

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E  
REGIONALIDADE

RAQUEL HOLSTEIN DA SILVA DOS SANTOS

MEMÓRIA, HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA  
EM *EL DOCK*, DE MATILDE SÁNCHEZ

CAXIAS DO SUL

2012

RAQUEL HOLSTEIN DA SILVA DOS SANTOS

HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA  
EM *EL DOCK*, DE MATILDE SÁNCHEZ

Dissertação de Mestrado apresentada  
como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em  
Letras, Cultura e Regionalidade da  
Universidade de Caxias do Sul.

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR. CECIL JEANINE ALBERT ZINANI

**Memória, história e representação da identidade  
feminina em *El Dock*, de Matilde Sánchez**

**Raquel Holstein da Silva dos Santos**

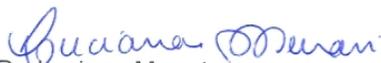
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 13 de agosto de 2012.

Banca Examinadora:



Dra. Cecil Jeanine Albert Zinani  
Universidade de Caxias do Sul



Dr. Luciana Murari  
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Regina da Costa da Silveira  
Centro Universitário Ritter dos Reis



Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos  
Universidade de Caxias do Sul

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

S237h Santos, Raquel Holstein da Silva dos, 1978-  
História, memória e representação da identidade feminina em *El Dock*, de Matilde Sánchez / Raquel Holstein da Silva dos Santos.-  
2012.

96 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul,  
Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade.  
“Orientação: Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Cecil Jeanine Albert Zinani”

1. Literatura latino-americana – Crítica e interpretação. 2. El dock (Obra literária). 3. Identidade feminina. 4. Memória coletiva. 5. Sánchez, Matilde, 1958-. 6. Argentina – História. I. Título.

CDU 2.ed.: 821.134.2(7/8=134).09

Índice para catálogo sistemático:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 1. Literatura latino-americana – Crítica e interpretação | 821.134.2(7/8=134).09 |
| 2. El dock (Obra literária)                              | 821.134.2(7/8=134)-94 |
| 3. Identidade feminina                                   | 396                   |
| 4. Memória coletiva                                      | 316.6                 |
| 5. Sánchez, Matilde, 1958-                               | 929SÁNCHEZ            |
| 6. Argentina - História                                  | 94(82)                |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Cleoni Cristina G. Machado – CRB 10/1355

Dedico a Ernani e Samantha.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, coragem e determinação concedidas, mesmo nos momentos mais difíceis;

À minha família, especialmente Ernani e Samantha, que compartilharam um desejo que, inicialmente, era apenas meu;

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr. Cecil Jeanine Albert Zinani, incansável incentivadora e companheira de trabalho, desde a graduação, pelo carinho e empenho que dedicou a mim, ao trabalho que desenvolvi e aos desafios que surgiram no decorrer dessa caminhada;

À Prof<sup>a</sup>. Dr. Salete Rosa Pezzi dos Santos, pela contribuição sempre valiosa e pela presença amiga;

À Prof<sup>a</sup>. Dr. Tânia Maria Cemim Wagner, pela troca de ideias e pelo carinho;

Aos professores e aos funcionários ligados ao Programa de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, pela dedicação e disponibilidade permanentes;

Aos colegas da Turma 9, especialmente, Leticia Baron Bortoluzzi, pela amizade, preocupação e contribuição constante, além da troca memorável de experiências;

À Universidade de Caxias do Sul, pela oportunidade e incentivo à pesquisa, através da bolsa de estudos concedida;

Aos professores, funcionários e alunos da Escola Estadual de Ensino Médio São Caetano, pela compreensão e auxílio, a fim de que eu pudesse participar das atividades do Mestrado;

Aos amigos, pela paciência e dedicação, em virtude da inevitável ausência durante o percurso do Mestrado.

*Muchas de las cosas que creemos  
que nos pasan solo a nosotros  
están pasando en el mundo entero.*

Matilde Sánchez

## RESUMO

As transformações ocorridas, em especial, a partir da segunda metade do século XX, promoveram questionamentos e rupturas acerca de práticas voltadas à manutenção do silêncio até então vigente. Nesse contexto, as relações entre memória, história e identidade de gênero não ficaram imunes a tais mudanças, constituindo-se em objeto de análise. Assim, busca-se investigar de que modo aspectos ligados aos relatos memorialísticos e aos fatos históricos contribuem para o processo de representação da identidade feminina e sua respectiva modificação frente ao desafio da desconstrução – imprescindível – em direção a uma reelaboração, ou seja, uma (re)construção tanto em âmbito pessoal quanto coletivo. Para tanto, são utilizadas as contribuições dos Estudos Culturais de Gênero, do Pós-Colonialismo e da Regionalidade, no sentido de destacar as especificidades e as contribuições da literatura produzida por mulheres no espaço latino-americano, com foco na reelaboração identitária do sujeito feminino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; História; Representação da identidade feminina; Literatura latino-americana; *El Dock*.

## RESUMEN

Los cambios que se producen, en particular, de la segunda mitad del siglo XX, promovido preguntas acerca de las interrupciones y las prácticas destinadas a mantener el silencio há prevalecido hasta el momento. En este contexto, las relaciones entre la memoria, la historia y identidad de género no eran inmunes a estos cambios, convirtiéndose en el objeto de análisis. Por lo tanto, tratamos de investigar cómo los aspectos de la memoria y los hechos históricos contribuyen al proceso de representación de la identidad femenina y su respectivo cambio frente al desafío de la deconstrucción - indispensable - hacia un rediseño, es decir, una (re)construcción, personal y colectiva. Para ello, utilizamos las aportaciones de los Estudios Culturales de Género, el Poscolonialismo y la Regionalidad, con el fin de poner de relieve las especificidades y las contribuciones de las mujeres en la literatura producida en el espacio latinoamericano, con un enfoque en el rediseño de la identidad del sujeto femenino.

**PALABRAS CLAVE:** Memoria; Historia; Representación de la identidad femenina; la literatura latinoamericana; *El Dock*.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>                                | <b>09</b> |
| <b>1 LITERATURA E MEMÓRIA.....</b>                                | <b>19</b> |
| 1.1 Representação e memória.....                                  | 19        |
| 1.2 Literatura de testemunho e memória.....                       | 27        |
| 1.3 Memória e história.....                                       | 33        |
| <b>2 LITERATURA E HISTÓRIA.....</b>                               | <b>42</b> |
| 2.1 Representação literária e histórica.....                      | 42        |
| 2.2 A história e as histórias.....                                | 53        |
| 2.3 Literatura e história: construção de uma região.....          | 57        |
| <b>3 REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA .....</b>               | <b>64</b> |
| 3.1 Representações identitárias na pós-modernidade.....           | 65        |
| 3.2 O duplo na reconfiguração de identidades.....                 | 73        |
| 3.3 Memória, história e representação da identidade feminina..... | 77        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                  | <b>86</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>92</b> |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decorrer de sua trajetória, o ser humano nem sempre estabelece uma conexão comunicativa ideal com a realidade. Assim, submersos em um conjunto ambíguo de sensações, questionamentos e respostas sobre a vida, alguns sujeitos utilizam a literatura como recurso representativo, para promover um exercício reflexivo, através, por exemplo, de relatos históricos, em torno de questões subjetivas e culturais que circundam a amplitude individual e social da sua existência.

Considerando tais particularidades, a escritora argentina Matilde Sánchez (1958-) demonstra que a experiência da mulher pode ser diferenciada, e que a representação do sujeito feminino pode construir novos significados a partir do outro e de suas experiências, sinalizando medos e desejos, em um contexto político-social problemático, como em *El Dock* publicado em 1993, romance que parte de fatos históricos ocorridos durante o período da ditadura na Argentina e dos seus respectivos efeitos junto às personagens envolvidas direta ou indiretamente em tais acontecimentos. Com isso, as questões de gênero, história, memória e representação da identidade feminina particularizam a narrativa, no contexto regional representado, de modo que, neste estudo, a organização da identidade, não mais unificada e estável e, sim, conforme Hall (2006), contraditória ou não resolvida, é descrita e pautada nas especificidades das experiências da mulher.

Nesse sentido, torna-se relevante analisar a representação da identidade feminina, por meio de aspectos da história e da memória, em um dos países sul-americanos marcados por um passado de flagelo e vozes veladas, pelo viés dos Estudos Culturais de Gênero, em *El Dock*, de Matilde Sánchez. É considerada por muitos críticos como uma das melhores romancistas contemporâneas de seu país, entre os quais Carlos Fuentes (1997), que a considera como uma das grandes escritoras argentinas da atualidade, pois tem dado aos sujeitos a oportunidade de rever suas experiências pretéritas, reelaborando um passado ainda registrado apenas parcialmente e encoberto pela censura, tarefa fundamental do romancista. Além disso, Sánchez já recebeu distinções como a Beca Guggenheim e a Knight Wallace Fellowship, da Universidade de Michigan, sendo que *El Dock* foi finalista da primeira edição argentina do Prêmio Planeta.

Cumprido destacar que o romance é o segundo de um conjunto de obras que traz em

suas páginas relatos de viagens, como *La ingratitud* (1990) e *La canción de las ciudades* (1999). Ao analisar as minúcias de um ato político, com sua lógica interna e sua contribuição na construção da história, a obra considera a problemática da maternidade, vista como algo em construção e não naturalizado. Na contemporaneidade, o movimento de olhar-se, na tentativa de encontrar respostas em âmbito micro e também macro, revela uma mulher com a intenção de retomar a condução da própria vida em âmbito pessoal e social, a partir das reflexões advindas de um retorno a si mesma, as quais são desencadeadas por eventos externos. Com isso, o sujeito feminino atua individual e coletivamente na sociedade, visto que as representações permitem conectar o ser inserido na narrativa aos seres que acompanham sua trajetória. Para tanto, questões como o reflexo do fato histórico no cotidiano da narradora e as memórias que traz à tona fazem essa protagonista passar por uma possibilidade de autorreflexão, ascendendo a uma representação de identidade que questiona os conceitos acerca do ser mulher cristalizados na sociedade.

Constata-se que a existência, em sua complexidade, passa por um processo de buscas identitárias e ressignificações, de modo que o cotidiano subjetivo da protagonista é descrito minuciosamente pela voz narrativa. Assim, o discurso torna-se pretexto para a reflexão que, a partir da desconstrução de certas personagens, procura construir sujeitos, de fato, inseridos na sociedade e reconhecidos por ela.

Tendo em vista questões relacionadas ao sujeito feminino, na contemporaneidade, evidenciadas por um tempo pretérito envolto em silêncios e ausências durante determinado tempo, o presente estudo tematiza o processo de representação da identidade feminina latino-americana com base em aspectos da história e da memória na obra *El Dock*, de Matilde Sánchez, com foco no seguinte questionamento: a narrativa elucida o processo de representação da identidade feminina e problematiza aspectos da história e da memória, evidenciados no romance?

Para tanto, objetiva-se analisar as especificidades do processo de representação da identidade feminina, através da memória e da história, evidenciada na narrativa, à luz dos Estudos Culturais de Gênero, do Pós-Colonialismo e da Regionalidade, a fim de contribuir para a fortuna crítica acerca das representações de gênero no contexto latino-americano contemporâneo. Além disso, pretende-se investigar as representações de gênero enquanto fator de questionamento e reflexão acerca da existência e da experiência do ser mulher; analisar o processo de representação da identidade feminina, tendo como ponto de partida a produção literária de autoras latino-americanas contemporâneas; relacionar o discurso de

representação da identidade de gênero aos conceitos de identidade, história e memória; além de estabelecer relações entre a literatura escrita por mulheres e a representação da identidade feminina na contemporaneidade. Nesse sentido, busca-se contribuir para a ampliação dos estudos críticos de obras de autoria feminina, enquanto indicadores de uma regionalidade latino-americana.

A análise proposta prevê o estudo da referida obra literária por meio da trajetória das personagens, em especial da narradora protagonista, que vive, em solo argentino, momentos difíceis devido à ditadura e que tenta promover um processo de representação identitária com base nesse fato histórico por meio da memória. Para tanto, a metodologia de trabalho transitará pela abordagem interpretativa e analítica, focalizando as condições subjetivas ligadas às ações e reflexões do sujeito feminino. Vale ressaltar que a análise do discurso literário será realizada através de um viés interdisciplinar acerca dos conceitos teóricos abordados, voltados, inicialmente, aos estudos da memória e da história e sua respectiva imbricação no processo de representação do sujeito feminino latino-americano, tendo como ponto de partida os Estudos Culturais de Gênero, a abordagem Pós-Colonial e as relações de Regionalidade.

Percebe-se, na contemporaneidade, a ressignificação de questões relacionadas à referência identitária dos sujeitos, muitas vezes, por meio de narrativas baseadas em fatos históricos e memorialísticos, especialmente em espaços que passaram a promover reflexões distanciadas das dicotomias presentes por longo tempo nos estudos de um modo geral, tornando-se uma via alternativa para pensar as relações entre os seres humanos, considerando um espaço peculiar como o da América Latina. Tal fato torna-se pretexto para promover significativa reflexão junto a diferentes grupos sociais, entre os quais o das mulheres.

Dentro dessa perspectiva, esse estudo justifica-se à medida que apresenta discussões enquanto subsídios de análise, pois propõe a investigação e o resgate dos processos de representação identitária da mulher, relacionando-a a aspectos que perpassam o romance *El Dock*, como a identidade do sujeito feminino e sua situação na contemporaneidade, gênero e poder, identidade e diferença, além do diálogo entre história e memória na literatura latino-americana, entendidos como fatores que perpassam a experiência humana.

Na verdade, os sujeitos, no decorrer do tempo, buscaram a compreensão dos fatos ocorridos e a respectiva reflexão acerca dos eventos tanto em âmbito pessoal quanto social. No entanto, nem sempre a expressão de tais buscas realizou-se de forma livre e autônoma, já

que o discurso, por séculos, considerou apenas o olhar androcêntrico sobre as experiências humanas, reservando a homens e mulheres um espaço diferenciado (e desigual) para a exposição de seus pontos de vista, privilegiando, por consequência, os primeiros.

A partir de 1960, com a propagação do movimento feminista, a mulher iniciou um processo de conquista de um discurso próprio, calcado na sua experiência pessoal, disseminando nos grupos sociais as especificidades do olhar de alguém cuja voz e experiência estiveram veladas até então. Nesse sentido, o discurso literário tornou-se um caminho alternativo, utilizado pelos sujeitos para tentar desvendar os sentidos das experiências vividas, o que, no caso feminino, constituiu-se em uma possibilidade ímpar de representação identitária, especialmente na América Latina, região historicamente marcada por uma posição marginal frente às nações europeia e norte-americana.

Conforme Santos (2010, p. 16), a noção de gênero está presente em “uma das questões centrais da crítica feminista no que tange ao sujeito que lê e ao que escreve, como também ao estatuto das personagens – a questão do cânone –, discussão recorrente nos debates sobre a produção de autoria de mulheres e outras minorias”. Dessa maneira, houve um redimensionamento da cultura “em termos de inclusão, multiplicidade, da heterogeneidade e legitimidade” (SCHMIDT, 1997, p. 188), o que oportunizou a conquista gradual de espaço em âmbito discursivo, de modo especial, no campo da ficção.

O sul do continente latino-americano, ao longo da história, foi marcado por conflitos armados e, nas últimas décadas do século XX, a presença de regimes ditatoriais calou os sujeitos de uma maneira geral, em países como Chile, Uruguai e Argentina. Ao final dessas ditaduras, tais fatos motivaram escritores a tratar dessas questões marcantes do passado, iniciando um período de retórica testemunhal, o que fez do ato de lembrar, de acordo com Sarlo (2007), uma tentativa de restaurar laços sociais perdidos durante o exílio ou mesmo devido à violência do Estado.

Nos anos 1980, a escrita feminina, consciente de seu papel político e social, passou a utilizar o período da ditadura nesses países como ingrediente motivador de obras literárias, possibilitando aos leitores o acesso a uma outra visão dos fatos históricos, registrando as especificidades do ser mulher em relação a essas experiências e os desdobramentos da alteridade da abordagem literária feminina frente à visão

“falocêntrica”<sup>1</sup>. Constatase, desse modo, que “a escrita das mulheres é um ‘discurso de duas vozes’ que personifica sempre as heranças social, literária e cultural tanto do silenciado quanto do dominante” (SHOWALTER, 1994, p. 50).

Com a narração da experiência pessoal, o testemunho e o discurso em primeira pessoa restituíram a confiança da sociedade na preservação e no reparo de uma identidade arranhada após um período de significativa violência e silêncio. Na Argentina, diversas escritoras utilizaram-se desse tipo de relato para promover uma reflexão acerca do passado recente de seu país, envolto em assassinatos, torturas, sequestros e desaparecimento de indivíduos que tentaram reinstalar o estado democrático de direito, entre as quais Isabel Allende (Chile, 1942-), Luisa Valenzuela (Argentina, 1938-), Cristina Peri Rossi (Uruguai, 1941-) e Matilde Sánchez (Argentina, 1958-), autora de obras que, entre outras, se constituem em relatos de viagem, os quais levam as personagens à constituição de sua identidade, através de fatos históricos advindos do período da ditadura e de lembranças ligadas à memória pessoal e coletiva. Nessa direção, o discurso literário feminino oportunizou à mulher o uso autônomo da palavra, revelando-a enquanto ser atuante na reconstituição da história, através da memória. Tal fato revela a possibilidade de estender tal busca por respostas aos questionamentos do presente em direção ao próprio sujeito detentor do discurso e, por consequência, à sociedade como um todo.

O tempo passado apresenta-se essencialmente permeado por conflitos. Nesse sentido, os registros históricos e memorialísticos disputam a primazia das análises com base nos relatos. No contexto latino-americano, houve um novo direcionamento em tais discussões no momento em que sujeitos historicamente marginais externaram novas exigências e a necessidade de dirigir a atenção aos discursos voltados à memória, a partir de períodos problemáticos da história de diversas nações do continente, como a argentina.

Assim, no primeiro capítulo, a discussão centraliza-se na utilização da memória, pela narradora do romance, cuja ação está centrada no período ditatorial da Argentina (1976 – 1983), com foco nas mudanças ocorridas na vida das personagens principais após uma ação violenta dos militares. Em síntese, as lembranças partem do desejo da narradora em esclarecer o fato e a participação dos envolvidos nesse acontecimento. Com isso, pode-se pensar em um exercício de (auto)conhecimento do sujeito, no plano individual e, conseqüentemente, no coletivo, o que revela a complexidade do relato e da literatura de testemunho, representando,

---

<sup>1</sup> Expressão de Hélène Cixous (1937-), considerada uma das disseminadoras da teoria feminista pós-estruturalista.

segundo Certeau (1994), um lugar praticado, quer dizer, constitui-se por meio dos discursos e das ações dos sujeitos que o compõem.

Desse modo, o entendimento lógico do tempo pretérito é possível, para Sarlo (2007), pois, a perspectiva subjetiva do sujeito transforma o discurso da memória em testemunho da história. Assim, o ato de narrar a experiência mantém-se unido à presença real e efetiva do sujeito no passado, o qual busca reconstruir o fato ocorrido e seus reflexos na vida das personagens, com foco em um exercício reflexivo acerca de si mesmo e, inevitavelmente, da sociedade como um todo, o que indica o desejo de instituir a identidade.

A narração situa a experiência em determinado tempo da lembrança, atualizando-se conforme o momento em que o relato memorialístico é apresentado ao leitor. É possível considerar, então, que o espaço é definido pela ação dos sujeitos históricos. Com isso, através de sua viagem introspectiva, são trazidos à tona os trajetos subjetivos percorridos em busca de uma representação identitária autônoma, colocando a narradora frente a novas possibilidades de viver, sentir e falar acerca das experiências vividas, tanto pessoal quanto coletivamente, através das relações entre o discurso da memória e da história no texto ficcional.

Como embasamento teórico do capítulo inicial do presente trabalho, no âmbito da memória, são utilizados Sarlo (2007), tendo em vista os seus estudos direcionados à produção literária latino-americana, Paul Ricoeur (2007), Halbwachs (2006), Nora (1993), com foco nas relações entre memória e história, Lowenthal (1998), Pollak (1989), Seligmann-Silva (2003), Penna (2003) e Vianna (2003), além da contribuição de Certeau (1994), acerca dos relatos de memória em determinado espaço, de Santiago (1978), Coutinho (2003), Hanciau (2005), Arrigucci Jr. (1998) e Cortázar (1993), com relação ao entre-lugar do discurso latino-americano, e de Foucault (1992), segundo o qual o discurso, mesmo inconsciente, cria os sujeitos.

Por esse viés, no segundo capítulo, o ponto de partida são os cruzamentos entre literatura e história. Em tal direção, constata-se que os relatos baseados no passado motivaram, no decorrer da trajetória humana, debates significativos acerca da área que melhor poderia direcionar essa tarefa. Aristóteles (1990) já afirmava que a primeira trata de fatos e personagens reais, enquanto a segunda representa algo possível, cujo ponto de partida, em muitos casos, são eventos históricos importantes na trajetória de determinados grupos sociais.

As discussões em torno da história e da literatura continuam na contemporaneidade, visto que a literatura tem inserido em suas páginas fatos históricos

importantes na trajetória de diversas nações, como é o caso de obras latino-americanas de autoria feminina, a partir da segunda metade do século XX, com a representação de mulheres e homens frente aos regimes ditatoriais na região. Nesse sentido, a inserção de histórias particulares provenientes da história dita oficial permite revelar sujeitos marginais que vivenciaram experiências calcadas na dor e no sofrimento, o que justifica o longo tempo de silêncio e ausência, cedendo espaço à presença discursiva. Há, então, o questionamento do discurso (histórico e literário) dominante androcêntrico (secular), redirecionando a voz e a presença dos sujeitos na sociedade.

Mesmo que o acontecimento histórico seja o elemento propulsor da narrativa, é notável que a literatura contribui consideravelmente no decorrer do processo de reorganização identitária e de reflexões pessoais e coletivas e também para o entendimento do evento histórico. Tal fato, por sua vez, possibilita a construção permanente de uma região, com base na relação estabelecida entre produtores e receptores do discurso, voltado às especificidades regionais. Ainda que a arte literária não tenha um compromisso com a verdade, ela possibilita reinterpretções dos fatos, quer dizer, permite a inclusão de múltiplos olhares sobre um mesmo evento, a partir de relações de regionalidade historicamente construídas.

Nas últimas décadas do século XX, a região latino-americana presenciou inúmeros conflitos motivados por regimes ditatoriais, cujo registro foi moldado pela violência e pelo silêncio. Partindo do pressuposto de que a região é uma construção motivada por representações simbólicas estruturadas pela lógica arbitrária do poder na demarcação de fronteiras, o sentido do texto, para Kaliman (1994), perpassa as comunidades discursivas, enfatizando a relevância social dos processamentos textuais conforme a expectativa do leitor, o que, na América Latina, promove a tentativa de conquista de uma representação identitária baseada nas especificidades locais.

Quanto à relação entre a representação e história, são usadas as contribuições de Aristóteles (1990), White (2001), Levi (1992), Chartier (2010), Ricoeur (2007), Chaves (2004) e Conforto (2006), às quais são acrescentados os estudos de Barthes (2004), Mignolo (2001), acerca da relação entre autor e escritura, entre outros. Scott (1992) e Schmitt (1992) são utilizados a fim de embasar a análise do discurso de sujeitos marginais, enquanto Schmidt (1997), Navarro (1995), Schneider (2000), Sickert (1995) e Masina (2002) referendam as discussões acerca das representações de gênero. Por fim, as reflexões sobre o espaço regional são realizadas com base em Bourdieu (2001), Kaliman (1994; 1998), Pozenato (2009; 2003; 2001); Certeau (1994), Haesbaert (2010), Joachimsthaler (2010), Santos (2009) e Santos

(2008), relacionando a questão da região às perspectivas sistêmicas, com Bezzi (2004), Mance (2000), Castells (1999). Interconectando tais conceitos, são usados, no âmbito da identidade, Santos (2002) e Hall (2004), além de Duranti (2000), quanto à significação da linguagem nesse contexto.

Com o fenômeno da mundialização, as representações de gênero, assim como as regionais, têm percorrido um caminho oposto, ou seja, voltam-se à alteridade. Assim, na terceira e última parte do trabalho, serão abordadas as representações identitárias na pós-modernidade, a partir da noção de indivíduo em direção ao sujeito feminino, confrontado com o seu duplo, em um processo de desconstrução, para posterior reconstrução própria, através de aspectos da memória e da história no contexto latino-americano.

No romance, a protagonista busca reconstruir o olhar do outro frente à ditadura e as respectivas consequências sobre sua história pessoal. Esse duplo movimento (eu – outro) remete ao seu desejo de estabilizar ou mesmo de resgatar a própria identidade, o que revela o caráter fragmentário e contraditório, segundo Hall (2006), dessa (auto)representação da identidade.

É fato que a literatura produzida por mulheres, em especial a partir da segunda metade do século XX, tem percorrido direções inovadoras em âmbito artístico e político-social, promovendo o acesso do leitor a relatos silenciados por longo tempo. Assim, a experiência feminina possibilita uma visão particularizada dos fatos, de modo que a (re)escrita da história perpassa, obrigatoriamente, pela história pessoal das personagens.

Ressalta-se que, a partir da década de 1990, de modo mais intenso, as escritoras argentinas, assim como outras de origem latino-americana, inseriram em suas obras personagens femininas que saíram da posição de vítimas, ou seja, de alguém que se coloca passivamente frente aos fatos, visualizando-se enquanto sobreviventes de um passado difícil. Assim, é inegável a contribuição dessas narrativas em relação à representação identitária do sujeito pós-moderno. Nesse ínterim, apresenta-se o desafio de desvendar os caminhos trilhados pelas romancistas em direção ao (auto)conhecimento da(s) identidade(s) presente(s) no contexto regional/global em que estas estão inseridas.

Em relação à representação da identidade, no último capítulo, serão considerados os estudos de Hall (2000; 2006), Silva (2000), Woodward (2000) e Renaut (2004). A crítica pós-colonial perpassa as discussões, com base em Bhabha (1998). Quanto ao duplo na reconfiguração de identidades, são abordados os estudos Rosset (1998), Sasse (1994),

Rodrigues (1988), Mello (2000). Em relação ao conceito de desconstrução, consideram-se os estudos de Derrida (2004; 2001) e, em segundo plano, Culler (1999) e Pedroso Junior (2010). Para completar a abordagem, são acrescentadas as contribuições de Santiago (2012), Antonini (1990), Montaldo (2005), Chejfec (2005), Touraine (2007) e Mill (2006), acerca das representações de gênero no decorrer da história.

É importante salientar que, no decorrer da análise, são utilizadas as contribuições relacionadas à crítica feminista, como Woolf (1996) e Showalter (1994), além de estudiosos no campo dos estudos culturais de gênero, como Schmidt (1997), Navarro (1995), Zinani (2010), Santos (2010), Montaldo (2005), Masina (2002), Ravetti (2011), Samara (1997) e Vianna (2003). De qualquer modo, no decorrer do trabalho de pesquisa, a intenção é contribuir junto aos estudos que focalizam a representação do sujeito feminino, em especial no reduto da América Latina.

Tento em vista a proposta de investigação, cumpre destacar que a obra *El Dock* é muito representativa no contexto latino-americano, pois, através dela, Matilde Sánchez promove a abertura de um passado negligenciado pelas esferas máximas do poder durante décadas, oportunizando à narradora um movimento em direção a caminhos não trilhados até então, na tentativa de entender o evento histórico, com seus algozes e vítimas, e a si mesma. Zinani (2010, p. 97) afirma que “a memória, presente nessa modalidade de literatura, recupera, paralelamente, ainda que de forma fragmentária, tanto os grandes eventos que envolvem personalidades destacadas e um grupo humano expressivo, como também acontecimentos que compõem a vida dos seres ordinários”.

As relações que se estabelecem entre as personagens promovem um entrelaçamento de questões fundamentais na representação simbólica da mulher. Para tanto, os conceitos de gênero, identidade, história, memória e regionalidade perpassam a obra, de forma que o posicionamento do sujeito feminino no contexto social em que está inserido pode ser visualizado pelo leitor de maneira inédita, já que expõe, em âmbito coletivo, não apenas a palavra, mas a participação da mulher na (re)construção da sua identidade e, por consequência, da própria nação argentina. Com isso, a história pode ser reinterpretada através da multiplicidade dos papéis sociais, o que justifica a visão feminina da ditadura, representada via memória e relatos acerca da relação de amizade existente entre a narradora e sua amiga assassinada.

O movimento em favor de novas identidades culturais ou de uma reestruturação das

identidades existentes torna-se complexo, na medida em que exige uma postura diferenciada da sociedade frente à escritura de grupos marginalizados, entre os quais o das mulheres, possibilitando, assim, a inserção de experiências isoladas e obscurecidas pelo silêncio por vários séculos. Desse modo, é imprescindível reconhecer a importância desses relatos, ancorados na memória e, nesse caso, moldados pela literatura, a qual possibilita aos leitores, através da experiência estética, uma viagem em direção ao passado e um movimento reflexivo inovador, considerando todos os que, enquanto integrantes do grupo social, vivenciaram os fatos representados. Assim, a(s) busca(s) da(s) identidade do sujeito é o grande desafio dessa jornada.

## 1 LITERATURA E MEMÓRIA

*Entre las muchas formas de la memoria se cuenta la imagen proyectada. En una caja luminosa, enteramente rodeada de oscuridad a la manera de un escenario teatral, la memoria representa o recrea sus materiales intangibles.*

Matilde Sánchez

A arte literária, no decorrer da história da humanidade, possibilitou conquistas importantes, entre as quais, a da própria palavra, ou seja, de um estado que revela a liberdade do sujeito em condição particular de ver e estar no mundo, distante de manipulação ou interesses de seus pares. Ao mesmo tempo, percebe-se no discurso memorialístico uma capacidade ímpar de fazer fluir relatos acerca de eventos que, mesmo de ordem pública e coletiva, deixam marcas específicas naqueles que os vivenciam.

Desse modo, a literatura e a memória revelam-se afins, na medida em que permitem ao narrador retornar ao passado, considerando os limites impostos apenas por si mesmo. Para tanto, o acesso ao tempo pretérito sofre a interferência das influências contextuais, por exemplo, de imposições, como é o caso do silêncio e das amarras simbólicas evidenciadas durante a ditadura argentina. Tais condições desfavoráveis acenam para um processo lento, cujo progresso dependerá da profundidade do mergulho efetivado pelo sujeito ou em que medida isso será possível para ele, tendo em vista os traumas que eventualmente podem estar vivos na lembrança.

### 1.1 Representação e memória

A literatura de autoria feminina, no continente latino-americano, firmou-se após a

década de 1980, quando se tornou relevante um movimento de representação da mulher através da ficção, tendo como ponto de partida, em boa parte das obras, os conflitos históricos inseridos na trajetória de determinadas nações, aliados a relatos memorialísticos organizados pela lembrança, no sentido de desvelar questões em aberto de um passado que ainda assombra o presente. Tal fato motivou uma guinada subjetiva nessa região, quando sujeitos marginais, ao longo do tempo, como as mulheres, demandaram novas exigências e a escuta sistemática dos discursos voltados para a memória. A cultura, nesse caso, foi redimensionada com base em múltiplos olhares cujo objetivo era a conquista de uma voz autônoma, o que oportunizou a obtenção gradual de espaço em âmbito discursivo, de modo especial no campo da ficção. Nessa direção, o passado ressurge no presente quando menos se espera, sem possibilidade de controle, apropriando-se do instante atual e indicando que o esquecimento é uma ilusão, já que a lembrança pulsa no interior daqueles que vivenciaram os fatos.

Em um momento no qual o ser humano supervaloriza o passado, através de espetáculos construídos e sob forte apelo capitalista, o relato histórico passa por uma mudança de perspectiva que conta com as contribuições individuais, advindas da memória particular, com foco, em diversos casos, na reconstituição do registro factual. À memória, então, cabe externar versões pessoais de acontecimentos que encontram sustentação na esfera pública, oferecendo amparo e certezas que a história oficial não consegue proporcionar ao grupo social envolto nas sombras de um passado tortuoso, por meio do testemunho, que passa a ser considerado como símbolo da verdade e, desse modo, fundamental para a reconstituição desse passado, após um período em que o regime ditatorial impossibilitou discussões e silenciou a sociedade. Sarlo (2007), reportando-se a Benjamin, acredita que o silêncio que se segue após o conflito impossibilita a presença da experiência em si e não só do relato, ambos diretamente conectados, revelando um desencanto típico da modernidade. Além disso, o relato, nessa época, seria inviável, pois os conflitos teriam rompido a organização da experiência e do discurso; porém, por outro viés reflexivo, o estudioso vê a memória como recurso possibilitador da reconstituição do passado.

Na verdade, a consciência do passado é uma necessidade humana, avalizada por histórias acerca de pessoas e fatos, comuns à história e à memória. No entanto, o tempo pretérito, nesse exercício consciente, coexiste com a força do presente, ao mesmo tempo em que é distinto dele, quer dizer, a lembrança é guiada pelo sujeito influenciado pelo agora, modificado pelas vivências, mas que precisa olhar para o ontem a fim de organizar-se no hoje. A passagem da vida, com suas respectivas transformações, promove, na protagonista,

reflexões importantes, como no trecho em que afirma ser feliz, ao menos antes do ocorrido com Poli, sua amiga assassinada, e do problema de saúde que persiste sem respostas:

lo era en la medida en que así percibía la realidad. Llevaba una vida tranquila e Independiente, Al menos la tranquilidad y la independencia representaban las formas civilizadas de la felicidad. Me adentraba em la treintena com la certeza de que era más sabio no esperar grandes acontecimientos. No tenia que rendir cuentas a nadie. Podía realmente prescindir del mundo con solo desearlo, y tal deseo no era infrecuente. A estas alturas, había visto el aniquilamiento de buenas familias y la amistad había ido desintegrándose bajo dificultades menores de orden práctico. Nuestros ídolos juveniles habían perdido el pelo y ganado um abdômen, envejecían en el anonimato, em el alcohol o la mediocridad. (...) Desde ya que a largo plazo esto simplificaba la vida, pero nos convertia en responsables, y digo esto sin la menor ironía (SÁNCHEZ, 2004, p. 31-32).

O fato de não ser possível o acesso pleno ao passado, não mais verificável objetivamente pelo ato de observar ou experimentar, gera incertezas quanto à veracidade do que é contado, mas o registro histórico e a lembrança remetem à possibilidade da existência de um tempo pretérito. Nesse momento, não há grandes preocupações em relação às certezas, pois, conforme H. H. Price, citado por Lowenthal (1998), o importante são as lembranças do momento, independentemente se são verdadeiras ou falsas, o que torna tangível a memória e a história por meio de detalhes e fragmentos do passado. Mesmo assim, a aproximação desse tempo inscrito no ontem não o trará integralmente ao presente, pois a lembrança registrada não possibilita o acesso ao que aconteceu de modo pleno, de forma que o passado presentificado constitui-se em um recorte do ontem, limitado pela presença do hoje, algo característico tanto da memória quanto da história.

Considerando-se que a memória humana é o acesso a uma notável narrativa, sendo útil na medida em que estabelece relações entre as lembranças e atribui significado às experiências, em *El Dock*, Matilde Sánchez utiliza-se de uma voz narrativa, não nomeada, que busca (re)estruturar-se enquanto sujeito ao voltar-se para um passado centralizado na figura da amiga Poli, morta em confronto com o exército argentino, em um bairro de Buenos Aires, em plena ditadura. Há um recontar dos eventos pelo olhar individual, e a interferência pessoal do sujeito feminino, sob a dimensão subjetiva (individual) e objetiva (coletiva) do relato, promove uma tentativa de reconstrução do fato histórico através da memória que, com a restituição da confiança na primeira pessoa, revela a narração de uma “vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007, p. 19) no presente.

Percebe-se, então, que o entendimento lógico do passado, uma utopia presente na construção do discurso oficial da história, é possível. Para Sarlo (2007), além de amenizar a

complexidade da tarefa de reconstituir determinado evento, considera-se a perspectiva de um sujeito, em sua subjetividade, que se utiliza do discurso da memória, transformando-o em testemunho da história. Dessa maneira, a narração da experiência une-se à presença real e efetiva do sujeito na cena pretérita, o que remete ao fato de que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*” (SARLO, 2007, p. 24-25) (grifos da autora).

A tentativa de compreender a si mesma, pela memória, revela uma mulher que busca, a partir do passado, reconstruir a lógica do fato ocorrido, de forma processual, e sua influência nas decisões de Poli, “perdida em la búsqueda insatisfactoria de sí misma” (SÁNCHEZ, 2004, p. 153). Nesse caso, a memória é convertida em recurso que institui a identidade, de acordo com Zinani (2010, p. 96), “uma vez que se estrutura nos elementos e nas práticas imediatas e aparentes que estão tanto na camada superficial ou aparente do cotidiano dos indivíduos quanto nas regiões mais profundas e ignotas, ambas influenciando na consciência de mundo de cada individualidade”.

A memória, segundo Sarlo (2007), constitui-se em uma visão particular sobre algo que possui relação direta com o coletivo. No entanto, Lowenthal (1998, p. 75) assevera que “dúbio devido à sua real ausência, inacessível embora intimamente conhecido, o caráter do passado depende de como – e de quanto – é conscientemente apreendido”, o que revela a complexidade de tal processo, por conta da subjetividade do discurso, o qual está ligado à representação de identidade do sujeito feminino, no caso de *El Dock*. Voltada à reflexão acerca de si mesma em prol de uma (re)elaboração individual que pode ser revertida à coletividade, através de uma possível (re)definição dos papéis sociais das personagens, a narradora pode ser visualizada como a própria nação argentina, que, pela apropriação do discurso literário, busca conquistar espaço e encontrar uma referência identitária por meio da narrativa após um longo período de silêncio.

A memória, é verdade, constitui-se em uma visão particular sobre algo que possui relação direta com o coletivo. Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 130) afirma que “é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma”. Assim, deve-se considerar que a memória individual, ao contrário da coletiva, “faz o inventário caótico das coisas e é completamente amoral, enquanto a memória coletiva atende à construção de uma moralidade, a memória individual roça sempre o inexplicável: constrói o relato secreto de

nossa vida, que em nada coincide com o relato oficial” (VIANNA, 2003, p. 147).

Em pensamento, é inevitável a identificação do sujeito com um ou outro grupo, tendo em vista que o ser humano é um ser social. Em tal direção, Halbwachs (2006, p. 30) assevera que

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Com isso, o estudioso entende que a estruturação da memória parte de diferentes pontos referenciais que permitem sua inserção na memória da coletividade da qual o indivíduo faz parte, como datas e personagens históricas, cuja importância é constantemente lembrada. Ao considerar a contribuição metodológica durkheimiana, Pollak (1989) entende que é possível visualizar nesses referenciais a fundamentação e o reforço do sentimento de pertença e das fronteiras culturais e sociais, diferenciando um grupo de outros, o que praticamente determina a institucionalização de uma memória coletiva, baseada na adesão dos sujeitos a tal “comunidade afetiva”, expressão utilizada por Halbwachs (2006), ou seja, inexiste uma memória totalmente individual, mas ela é indispensável à existência do grupo.

De acordo com a tradição europeia oitocentista, “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 3), posicionamento que permite conectar a trajetória da narradora com a da nação argentina em *El Dock*. Nesse caso, constata-se que a memória, segundo Lowenthal (1998), também transforma episódios públicos em vivências pessoais idiossincráticas.

Considerando o caráter problemático da memória, para que as memórias individuais sejam beneficiadas mutuamente umas pelas outras, é imprescindível que ocorra não só a seletividade, mas também um sistema de negociação entre elas, no sentido de estabelecer pontos de contato significativos. Isso para que a lembrança do outro, externada pelo testemunho, possa ser reconstituída em uma base comum. Na situação instável em que se encontra a narradora do romance, o retorno ao passado é impulsionado pelo retorno ao lugar no qual ela e Poli dividiram experiências em outra fase de suas vidas, constituindo-se em uma etapa importante para o relato memorialístico vir à tona, pois “como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele” (HALBWACHS, 2006, p. 33).

Atualmente, pela perspectiva construtivista, não basta entender os fatos como coisas, mas de que modo se transformam em coisas, como e através de quem adquirem estabilidade. Com isso, busca-se analisar os processos e impulsionadores que contribuem para constituir e formalizar as memórias. Nesse momento, para Pollak (1989), a partir da contribuição da história oral, o excluído e o marginalizado são privilegiados, ao encontrarem-se em contraposição à memória oficializada historicamente por grupos, muitas vezes, minoritários, porém detentores da supremacia do discurso. Tal viés de estudos reabilita grupos periféricos, como é o caso da mulher, acentuando o caráter destrutivo e opressivo da memória coletiva nacional, a qual unifica os relatos do grupo.

As memórias provenientes da marginalidade (silenciadas por longo tempo) surgem em momentos permeados por conflitos, gerando uma disputa entre essas memórias, o que revela a não continuidade/estabilidade de uma memória construída por quem deteve o poder durante certo período, além de promover uma reescrita da história, não mais voltada a uma idealização, sob vozes narrativas testemunhais diversificadas, como a feminina. Essa situação é visualizada no decorrer da narrativa, em que a narradora, apesar do medo e da insegurança, ilustrados, por exemplo, pelo fato de não citar, no decorrer do romance, seu próprio nome, toma posse da palavra e decide reescrever a história (pessoal e coletiva), com base na tentativa de compreensão da lógica dos acontecimentos, antes e após o conflito que provocou a morte de Poli, e a conseqüente revolução em sua vida, com a adoção inesperada de Leo.

Com a invasão do meio público, as memórias subterrâneas (proibidas e clandestinas) conquistam espaço de modo imprevisível, modificando não só o registro do discurso memorialístico, mas também acenando para a necessidade de associação entre uma mudança política profunda e uma revisão do passado, por meio de um exercício de (auto)crítica do sujeito. Esse novo cenário traz riscos, inevitavelmente, pois não há um controle possível sobre os efeitos que a revisão de um tempo pretérito, marcado por lembranças traumatizantes, pode causar.

Para Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. Ocorre que a permanência do silêncio por longo período não pode ser explicada facilmente. Nessa direção, um aspecto a ser considerado no relato de experiências dolorosas é a presença de uma escuta, que decide ouvir e dividir vivências cujas feridas ainda estão abertas no presente, tencionando evitar o esquecimento.

Com o objetivo de clarear questões relacionadas ao ato de forjar um discurso cristalizado em máscaras decoradas pelo regime ditatorial e, conseqüentemente, pela sociedade, de um modo geral, os testemunhos surgem, fazendo referência a lembranças proibidas e mantidas sob as cercanias das memórias individuais silenciadas. Para tanto, no contexto argentino, a narrativa é utilizada como elemento importante para organizar e tornar públicas histórias individuais, a fim de (re)estruturar uma memória coletiva que, de fato, represente os sujeitos na diversidade de suas experiências.

A tarefa é desafiadora, já que a memória oficial possui credibilidade, segundo Pollak (1989). No entanto, constata-se que, em certos momentos, da coletividade emerge a necessidade de externar o não dito em favor de um processo voltado à representação de identidade, como no caso feminino, em que há uma reescrita da história através da memória de um sujeito marginalizado duplamente ao longo do tempo na sociedade. Há um processo de exclusão em favor de uma verdade coletiva, o que pode ser revisto, na medida em que a memória coletiva deverá ser (re)construída através da complementaridade das memórias individuais.

Entre as principais funções da memória grupal, pode-se citar a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras do que há em comum no coletivo, como o território. Ressalta-se, porém, que o ato de enquadrar essa memória tem limitações, visto que não é construída de maneira arbitrária e deve ter uma justificativa. A memória enquadrada depende da contribuição do registro histórico, com o objetivo de reinterpretar o passado a partir das problemáticas do presente (e do futuro).

Um fator importante refere-se à escolha das testemunhas autorizadas a falar, já que devem despertar confiabilidade. No caso de *El Dock*, Sánchez utiliza uma voz narrativa que, além de experienciar o período da ditadura militar voltado ao controle, por vezes, violento, e ao silêncio, vive um momento turbulento também em seu percurso pessoal ao reformular (ou pelo menos ao tentar fazer isso) a representação que tem de si mesma enquanto sujeito feminino que, inesperadamente, precisa se reorganizar na condição de mãe, pois passa a ser o referencial de um adolescente. Nessa direção, “o passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (POLLAK, 1989, p. 11).

A partir de tais considerações, visualiza-se, no processo de autorrepresentação da narradora, um caminho inverso, de certo modo, ao período da ditadura na Argentina.

Enquanto as Mães e Avós da Praça de Maio, em Buenos Aires, consideram suas memórias individuais para reivindicar o estatuto da verdade acerca da versão oficial sobre o desaparecimento de seus filhos e netos, a narradora também parte de sua memória individual a fim de (re)estruturar-se, mas com base na presença de um “filho” inesperado. Assim, a memória coletiva acerca do próprio sujeito feminino é revista pela ausência, no primeiro caso, e pela presença, no segundo. De qualquer modo, há, em um contexto marcado por conflitos de ordem individual e coletiva, a necessidade de não deixar fatos significativos relegados ao esquecimento, como poderia interessar àqueles que detêm o poder, o que é constatado pela protagonista uns dias após à batalha que resultou em diversos mortos, entre os quais Poli: “uo me quede um momento más frente al televisor mirando a la presentadora que entregaba premios y bilhetes a gente ávida que en pocos días había dejado atrás el episodio del Dock” (SÁNCHEZ, 2004, p. 54).

Há uma problematização em relação ao papel da mulher em âmbito pessoal e coletivo, ou seja, quanto a sua participação/contribuição como mãe e cidadã e como esses papéis podem ser reelaborados pela voz narrativa e pela sociedade. Nesse sentido, conforme Pollak (1989, p. 13), “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”.

Quando o sujeito não acredita em possibilidades de compreensão, opta pelo silêncio (que não é sinônimo de esquecimento), na tentativa de manter o diálogo com o meio ambiente. Não é o que ocorre com a protagonista do romance, que sai de Buenos Aires e permanece em Solís, no Uruguai, buscando um distanciamento necessário para a devida reelaboração dos fatos dentro de si. Assim, durante o tempo em que relata suas experiências e tentativas de entendimento destas, percebe-se seu trânsito em um processo de reelaboração identitária, na condição de sujeito não acomodado ao meio social do qual faz parte. Para tanto, faz-se necessária a ruptura com o passado e com as representações de gênero, sempre, segundo Lowental (1988), procurando acomodar as lembranças às exigências do presente.

Tendo em vista que os relatos, de acordo com Certeau (1994), têm a função de atravessar e organizar lugares, algo que os seleciona e os reúne em um único conjunto, permitindo a criação de percursos de espaço (baseados em discursos e trajetos), é possível pensar que esses relatos consistem em transportes coletivos, quer dizer, metáforas dos caminhos percorridos em busca de respostas para os vazios do sujeito. Na obra é utilizado o relato memorialístico como ponto de partida, no contexto da ditadura na Argentina, para a representação das personagens do romance, por meio das lembranças do passado e de suas

respectivas reelaborações, no presente, pela protagonista.

Nesse sentido, Rosenzvaig (2004) afirma que a obra é uma tentativa de construção da memória pela narradora, promovendo um fato novo por meio do desvelamento de um passado. Esse processo, na visão do crítico argentino, permite um olhar reflexivo sobre o tempo pretérito, na tentativa de constituição da trajetória de Poli, e tal reconstrução da memória possibilita a cura da protagonista (que sofre de uma doença não identificada) por meio da solidariedade, ao adotar o filho de Poli. Com isso, como um reflexo, a sociedade, também doente, obtém a cura, assim como a detentora do discurso, que vê Poli em uma busca insatisfatória de si mesma. A memória, então, torna-se um recurso que institui a identidade, retirando a narradora do papel de vítima, já que apresenta-se estruturada junto aos elementos e às práticas imediatas e aparentes localizadas no plano superficial e profundo do cotidiano dos indivíduos, de modo que ambos influenciam a “consciência de mundo de cada individualidade” (ZINANI, 2010, p. 96). Isso evidencia a importância dos dados fornecidos pela memória, baseada na coerência dos discursos.

## **1.2 Literatura de testemunho e memória**

Na América Latina, a partir do século XX, após um engessamento da historiografia literária, a qual esteve por longo período ligada ao cânone do Primeiro Mundo, as obras literárias passaram a representar em suas páginas grupos marginalizados historicamente, como a própria região frente a outras nações (enquanto continente dominado pelos colonizadores europeus por um tempo prolongado), e, dentro desse contexto, as mulheres, na condição não só de escritoras, mas também de testemunhas, cuja ausência e silêncio, em um e outro caso, estiveram presentes em boa parte da trajetória do sujeito feminino e da região. Isso indica que a literatura revela heranças, de acordo com Showalter (1994), de ordem social, literária e cultural em duas perspectivas: a do silenciado, como ocorre no caso das mulheres e dos latino-americanos, e a do dominante.

Para Coutinho (2003), a constituição do cânone teve como base o nacionalismo, voltado à preocupação com a singularidade dos grupos. No entanto, os cânones provenientes de diferentes nações variam conforme o momento histórico e, por isso, estão constantemente em aberto, inserindo a multiplicidade de olhares presentes nos limites nacionais. Na América Latina, a definição do cânone sempre esteve atrelada ao processo de formação e constituição

das nações e voltada à participação androcêntrica em tal fenômeno, motivando uma forte identificação entre as obras produzidas e suas respectivas nações. No entanto, as certezas cederam lugar a questionamentos quanto à homogeneidade representada, a partir da segunda metade do século XX, indicando que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13).

Desde então, os estudos culturais direcionam reflexões para uma leitura crítica da tradição. Inicia-se, assim, um processo de autorrevisão nessas nações, através de narrativas voltadas a questões locais, problematizando não só a região, na condição de área perpassada por conflitos de ordem econômica, política, cultural e social, mas a participação da mulher, em especial a partir dos anos 1980, não mais apenas receptora, mas também produtora do discurso. A partir desse momento, o cânone passa a ser questionado e substituído pela ideia de estrutura aberta, gerando várias possibilidades de representação sob múltiplas perspectivas.

Após o *boom* da literatura latino-americana (anos 1960), que desvelou o continente, apresentando-o ao mundo em suas especificidades, a partir da década de 1980, as escritoras, em grande parte das obras literárias, voltaram-se ao exercício de registrar a voz do silenciado, envolto pela atmosfera violenta e autoritária da ditadura, porém sob a perspectiva feminina nesse momento. Com isso, houve um movimento duplo de participação do sujeito excluído: da mulher e da testemunha, ambas historicamente marcadas pela ausência na sociedade, por conta da exclusão imposta a elas, motivando uma guinada subjetiva no contexto latino-americano.

Nesse sentido, há a possibilidade de um entendimento lógico do tempo passado. Sarlo (2007) afirma que, na reconstrução de determinado evento, dada sua complexidade, considera-se subjetividade de um sujeito que utiliza o discurso memorialístico, transformando-o em testemunho do fato histórico. Assim, o ato de narrar a experiência une-se à presença efetiva desse sujeito no evento pretérito, de modo que, segundo Sarlo (2007), a linguagem passa a libertar o aspecto silencioso da experiência, evitando seu esquecimento e transformando-a em algo comunicável, ou seja, comum.

Em tal contexto, a literatura de testemunho oportuniza a reflexão a respeito da história, problematizando-a e reavaliando o papel da mulher frente ao outro e a si mesma durante períodos de catástrofes, como a ditadura, o que ocorre na obra *El Dock*, de Matilde Sánchez. Ambientado na Argentina, o romance traz a trajetória de uma voz narrativa que assiste à morte da amiga Poli, integrante de um grupo de esquerda, em um confronto com o exército argentino. O fato de tentar compreender a si mesma, através da memória, denuncia

um sujeito feminino disposto a reconstruir o evento ocorrido e sua respectiva influência nas decisões e atitudes de Poli.

De acordo com Seligmann-Silva (2003), a literatura de testemunho constitui-se em uma perspectiva da literatura que obtém espaço em épocas de catástrofes, promovendo uma revisão da história da literatura, embora o real considerado nessas obras não deva ser confundido com a realidade propriamente dita, pois está ligado ao conceito freudiano de trauma, ou seja, de um fato que resiste à representação. Assim, a literatura de testemunho problematiza noções como a autorreflexão da linguagem e o caráter representativo da literatura, trazendo à discussão a própria função do texto literário, tendo em vista seu vínculo estreito com uma realidade permeada por conflitos.

A literatura baseada no relato testemunhal reivindica o acesso ao extraliterário, e, com isso, as relações estabelecidas entre elementos intra e extraliterários dependem da leitura do texto. Na América Latina, houve forte identificação do leitor, enquanto sobrevivente, com as narrativas ficcionais. Isso porque suas experiências no âmbito da memória pessoal e coletiva, com a morte de familiares e amigos, muitas vezes não confirmadas, são visualizadas na obra literária, além do fato de o testemunho promover a crença na verdade narrada/apresentada. Dessa forma, a narradora afirma: “voy a remontar la historia de una mujer que hoy no es más que una desconocida” (SÁNCHEZ, 2004, p. 37).

Constata-se que é difícil definir o limite entre a ficção e a realidade, e, nesse sentido, o testemunho, conforme Seligmann-Silva (2003, p. 375), pretende resgatar e apresentar o que há de mais terrível no real, “mesmo que para isso ele precise da literatura”, como pode ser visualizado no trecho em que a narradora, testemunha da morte violenta de Poli, descreve o modo como encontra a amiga, quando precisa reconhecer sua identidade formalmente, no necrotério: “parecia una pieza de género, (...) de coyo borde superior escapaba el pelo negro y lacio, semejante a la cola de un animal muerto, de todos modos más humano. (...) Estaba desnuda. Tenía la piel quemada, de color marrón, y por todas partes heridas” (SÁNCHEZ, 2004, p. 41). Na verdade, o autor assevera que a literatura de testemunho não deve ser vista como mera imitação da realidade, mas como um tipo de manifestação do real, o que exige da autora um redimensionamento da literatura, já que, nesses casos, o texto possui, além do alcance literário, o alcance jurídico por conta de uma ferida ainda aberta no âmbito sociedade.

As autoras latino-americanas apropriam-se da palavra, na condição de testemunhas, e o avanço da atividade feminina possibilitou, de acordo com Zinani (2010, p.

157), “que as escritoras desenvolvessem sua consciência crítica e superassem os modelos pautados pela moral patriarcal para, rompendo os limites do *eu*, ingressarem no domínio do nós, ampliando gêneros e temáticas, discutindo temas como ditadura, exílio, repressão, considerados masculinos”, assuntos voltados ao discurso do homem por longo tempo.

Matilde Sánchez faz uso da memória na obra *El Dock*, cujo início é marcado pelo contexto da ditadura argentina, para a representação das personagens. Em síntese, a obra traz a narradora como protagonista, cujo nome não é revelado ao longo do romance, e que, sobre as recordações, revela-se em busca do entendimento do fato que dá início a sua trajetória na narrativa, quer dizer, o que teria motivado a amiga Poli a integrar um grupo rebelde no combate ao regime ditatorial, nos limites da capital do país, cujo preço foi a própria vida. Nas palavras do crítico Rosenzvaig (2004), o romance revela a intenção da narradora de construir a memória “que no es otra cosa que el olvido, jamás logrará re-producir la memoria pero sí producirla, como un hecho nuevo, un descubrimiento del pasado posibilita una mirada reflexiva del presente, y en ese continuo descubrir los distintos aspectos de la vida de Poli, ella misma se reconstruye”.

A linguagem, para Foucault (1992), é capaz de articular e desarticular as coisas, deixando-as visíveis na transparência de cada palavra. Entende-se, segundo Penna (2003), que o eu revela uma pluralidade, de modo que tais registros revelam grupos e multiplicidades existentes no sujeito, e a relação grupal indica uma relação entre multiplicidades. Assim, o testemunho é constituído na e pela escritura, num gesto profundamente ambíguo.

Desse modo, visualiza-se o registro de excluídos, entre os quais o das mulheres testemunhas, com base em relatos memorialísticos que têm como pano de fundo um evento histórico importante (a ditadura), como possibilidade de uma representação da identidade que transita entre o plano individual e o coletivo, favorecendo a revisão da historiografia literária presente e cristalizada por séculos na América Latina, tendo em vista que o grande desafio para a organização de uma história da literatura, de acordo com Zinani (2010), consiste na instauração de relações e conexões.

Sob o regime ditatorial, foram praticados atos inéditos na história argentina, como assassinatos, torturas, sequestros e desaparecimentos. Com isso,

desde antes das transições democráticas, mas acentuadamente a partir delas, a reconstituição desses atos de violência estatal por vítimas-testemunhas é uma dimensão jurídica indispensável à democracia. Mas, além de ter sido a base probatória de julgamentos e condenações do terrorismo de Estado na Argentina (o que também está sendo possível no Chile), o testemunho se converteu num relato de grande impacto fora do cenário judiciário. É onde ele opera cultural e ideologicamente que se passarão as tentativas de resposta às perguntas do parágrafo

anterior (SARLO, 2007, p. 24).

O discurso narrativo, além de inscrever a experiência em dada temporalidade da lembrança, atualiza-se de acordo com o momento em que a leitura é desenvolvida. Para tanto, há uma recriação do passado retido na memória, por meio do relato, o qual, além de atravessar, reorganizar, selecionar e reunir lugares, tende a se modificar segundo o contexto e a época em que é ativado pelo leitor. Assim, a leitura pode ser considerada, nas palavras de Certeau (1994, p. 202), como “espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito”. Pode-se considerar, então, que os relatos são transportes coletivos, ou seja, metáforas nos caminhos percorridos pelo ser humano em busca de respostas. Revela-se, dessa forma, um mapa da trajetória das personagens, descrito pela narradora, o qual pontua os efeitos do percurso na vida de cada uma, via posicionamento da voz narrativa.

Tendo em vista as contribuições de Ricoeur (2007, p. 132), ao afirmar que “nossas representações não passam de reflexos das coisas” e ao observar, com base nas contribuições de Halbwachs, que “somente notamos as influências rivais quando elas se enfrentam em nós”, a narradora do romance, a fim de prosseguir na tarefa de preencher as lacunas de um passado conflituoso e cujos reflexos se mantêm no presente, sai de Buenos Aires e permanece determinado tempo em Solís (local de refúgio), de modo que tais espaços estão “ligados entre si de maneira mais ou menos firme ou fácil por 'modalidades' que precisam o tipo de passagem que conduz de um lugar a outro” (CERTEAU, 1994, p. 200). Nesse caso, pode referir-se ao (auto)conhecimento, à existência (repensada) ou mesmo aos deveres (assumidos), revelando a complexidade do relato, o qual constitui um lugar praticado, segundo o autor. Com isso, o discurso testemunhal da narradora é produzido a partir do distanciamento, temporal e espacial, dos fatos que desencadeiam essa trajetória investigativa com base na memória, (re)construindo-a no presente, como metonímia de si mesma.

Em *El Dock*, a voz narrativa testemunha uma realidade marcada pela violência e pelo desafio da (re)construção de sua identidade, enquanto mulher e cidadã argentina, pois, sem opção de escolha, passa a cuidar de Leo, filho de Poli, exercendo o papel de mãe, juntamente com o de “esposa”, até então desconhecido por ela e marcado por conceitos cristalizados na sociedade (como o de protetora e cuidadora da família), além de ver alguns de seus pares em constante processo aparentemente de “(auto)destruição”, como Poli, em favor de uma coletividade castigada pelo silêncio e pela impossibilidade de ação. Pode-se pensar,

então, no testemunho inserido em uma política de solidariedade, visto que, para Penna (2003), o externo atua sobre o interno (subjetividade) do sujeito.

No romance, a protagonista passa por esse processo, pois a compreensão acerca do contexto da ditadura está diretamente relacionada à sua autocompreensão, possibilitando sua inserção em âmbito social enquanto sujeito detentor de voz e vez. Contudo, Leo passa a ser uma figura extremamente desafiadora e a ser enfrentada, de certo modo, pois é uma espécie de obstáculo às tentativas empreendidas pela narradora, já que se recusa a recordar sua história de vida junto à mãe: “por favor, no me recuerde esos tiempos, contesto, con el tono de un adulto que quiere borrar un capítulo penoso de su historia” (SÁNCHEZ, 2004, p. 52).

Considerando-se a complexidade da viagem realizada pela narradora, em direção a si mesma, percebe-se uma tentativa de articular e desarticular as coisas, característica da linguagem, segundo Foucault (1992), deixando-as visíveis na transparência de cada palavra, ou seja, há um redirecionamento dos acontecimentos, com base nas experiências do sujeito feminino. Constata-se, então, a subversão ao discurso que reduziu a participação social feminina aos limites da família, cristalizando o conceito de mãe e esposa, por exemplo, como algo natural, próprio da mulher. Quando as relações de poder são estabelecidas através de um imaginário social influenciado e controlado pelo discurso tradicional dominante, as criações de ordem social e cultural tendem a cristalizar-se, deixando a mulher em uma posição inferior se comparada ao homem, no convívio em sociedade.

Entende-se, segundo Penna (2003), que o eu revela uma pluralidade, de modo que tais registros revelam grupos e multiplicidades existentes no sujeito, e a relação grupal indica uma relação entre multiplicidades. Assim, “o testemunho (...) constitui-se na e pela escritura, num gesto radicalmente ambíguo, que, ao mesmo tempo em que reata o vínculo essencial do sujeito com a comunidade a que pertence, o individualiza irremediavelmente e separa-o dela” (p. 319-322). No entanto, deve-se considerar que “é para o lado das representações coletivas que devemos nos voltar para dar conta das lógicas de coerência que presidem à percepção do mundo” (RICOEUR, 2007, p. 133).

Constata-se, assim, o registro das mulheres testemunhas, excluídas historicamente, por meio da memória, tendo como base um evento marcante na trajetória da nação argentina (a ditadura). Revela-se, então, uma representação da identidade cujo movimento considera o horizonte individual e o coletivo. Tal exercício possibilita a revisão da

história da literatura latino-americana, tendo em vista o estabelecimento de relações e conexões construídas no decorrer do tempo.

### **1.3 Memória e história**

O tempo passado é, em sua essência, conflituoso. Nesse sentido, os registros da história e da memória concorrem ao tratá-lo, já que, segundo Sarlo (2007), nem sempre a história acredita na memória e vice-versa. Com isso, a definição da preponderância do discurso memorialístico ou histórico no registro da trajetória de grupos sociais constitui em uma questão complexa, promovendo inúmeros debates entre os estudiosos que defendem um ou outro relato acerca do passado.

No espaço latino-americano, tais debates foram ampliados a partir da segunda metade do século XX, em especial, com a inserção do tema da ditadura em obras literárias escritas por mulheres. Em um contexto cujo foco principal tem sido, ao longo do tempo, a (re)definição identitária de sujeitos historicamente marginais, além das incertezas e contradições acerca da legitimidade dos registros da memória e da história, vale ressaltar que os posicionamentos dicotômicos são uma constante na trajetória da América Latina.

As dicotomias concentraram, no decorrer do tempo, a atenção dos estudos e das análises nas diversas áreas do conhecimento. Em espaços periféricos, como a América Latina, iniciou-se um processo de busca por autonomia, sobretudo com base no discurso literário, o que possibilitou considerar a multiplicidade de olhares na representação dos fatos. Considerando-se o viés unilateral de verdade, imposto pelo colonizador ao colonizado, apesar das controvérsias e indefinições, incluindo o próprio conceito de América Latina, iniciaram-se discussões relacionadas ao entre-lugar, uma opção diferenciada a fim de olhar a literatura produzida em tal espaço, sem levar em conta, apenas, os binômios colonizador-colonizado ou centro-periferia. Além disso, objetivando a conquista de voz própria, os latino-americanos assistiram a uma ressignificação da escritura, inclusive, pela voz narrativa feminina, no momento em que as escritoras locais passaram a registrar sua visão particular sobre os fatos,

baseada na experiência da mulher.

Com relação a esse outro olhar, visualiza-se, na crítica pós-moderna, o fato de que a literatura latino-americana nasce a partir de uma situação diferenciada, com a tentativa de implantação, na região, de uma cópia da cultura e da ideologia advindas do Velho Continente, algo impossível pelas disparidades existentes entre realidades tão diferentes. Sendo assim, os eventos discursivos provenientes da América Latina revelam-se enquanto uma opção cuja soma da tradição europeia e com a originalidade local formam algo novo. Nesse contexto diferenciado de produção literária, grupos marginalizados conquistam espaço através da obra literária, desafiando as escritoras, por exemplo, à participação efetiva na sociedade.

Sobre a questão de um espaço intermediário ou do entre-lugar, Silviano Santiago (1978) parte da obra *Ensaio*, de Montaigne, que traz estudos sobre os antropófagos sul-americanos, para abordar o conflito permanente entre civilização e barbárie, ou seja, entre colonizador e colonizado, situação que ilustra perfeitamente a condição do discurso latino-americano em confronto com o europeu no decorrer de sua história. Na sequência, o estudioso revela que, de acordo com pesquisas etnográficas realizadas por Lévi-Strauss, por exemplo, constata-se a conquista do espaço novo baseada na violência, com foco na ideologia do conquistador. Com base na imposição da uma única religião e de uma só língua, em detrimento das crenças e dos falares locais encontrados entre os povos recém-descobertos, o poder colonialista é fortificado, sustentando a ideia de transformação da América em mera cópia do continente europeu. As novas terras, então, deveriam ser reconhecidas como cópias idênticas ao original. Entretanto, para o crítico brasileiro, essa originalidade não poderia ser encontrada na cópia do modelo original, mas na sua essência, desconsiderada completamente pelos conquistadores.

Partindo de tal situação, o neocolonialismo do século XX apresenta-se como meio de exportação de valores não mais considerados pela metrópole. Ocorre que,

o renascimento colonialista engendra por sua vez uma nova sociedade, a dos *mestiços*, cuja principal característica é o fato de que a noção de *unidade* sofre reviravolta, é contaminada em favor de uma mistura sutil e complexa entre o elemento europeu e o elemento autóctone – uma espécie de infiltração progressiva efetuada pelo pensamento selvagem, ou seja, abertura do único caminho possível que poderia levar à descolonização. (SANTIAGO, 1978, p. 17) (grifos do autor)

O novo contexto híbrido revela que a língua e a religião passam a sofrer influências múltiplas e, nesse sentido, a maior contribuição dos latino-americanos consiste na destruição dos conceitos de unidade e de pureza, o que confirma o ineditismo das práticas

discursivas produzidas na região, construídas sob a força da tradição e a necessidade da inovação.

A partir das considerações de Barthes, Santiago (1978) indica que há textos legíveis, cuja reescritura não é possível, e escrevíveis que, ao contrário do primeiro grupo, suscitam no leitor a possibilidade de também ser produtor do texto, reelaborando seus sentidos. Dessa forma, com uma nova condição de produção e de leitura, na ausência do original e da cópia pretendida, surge uma terceira via, com foco no questionamento. Em tal condição, esse lugar do meio indica um comportamento antropófago, algo semelhante ao que fazem os escritores de uma cultura dominada por outra há muito tempo: “suas leituras se explicam pela busca de um texto escrevível, texto que pode incitá-los ao trabalho, servir-lhes de modelo na organização da própria escritura” (SANTIAGO, 1978, p. 22). Assim, o escritor latino-americano, como é exemplificado pela personagem Pierre Menard, de Borges, promove uma reelaboração da escritura, sinalizando a necessidade de reverter uma imagem construída sob o olhar do colonizador, no decorrer dos séculos.

Inserida em tal discussão, Hanciau (2005) traz uma contribuição importante, quanto à existência de um espaço de fronteira, na condição de limite entre centro e periferia. A autora utiliza as contribuições de diversos estudiosos, partindo dos conceitos de entre-lugar (Santiago), lugar intervalar (E. Glissant), *tercer espacio* (A. Moreiras), espaço intersticial (Bhabha), caminho do meio (Z. Bernd), zona de contato (M. L. Pratt), fronteira (Ana Pizarro e S. Pesavento), terceira margem (Guimarães Rosa), entre outros, para discutir a questão do descentramento na contemporaneidade, o que remete à heterogeneidade das culturas no contexto latino-americano. Esse movimento revela a inserção dessa região em um projeto de afirmação identitária que desvela o desafio das misturas no novo mundo, levando à ultrapassagem de fronteiras, não mais estáveis, mas detentoras de uma mestiçagem enriquecedora, já que aponta para múltiplos olhares sobre os fatos.

Conforme Hanciau (2005, p. 133), o conceito de fronteira “avança para os domínios da construção simbólica de pertencimento denominada identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária, definido pela diferença e alteridade na relação com o outro”, como é constatado na presença de temas que envolvem a memória, o exílio e as relações de gênero na literatura da América Latina, por exemplo. Nessa reconfiguração da realidade, percebe-se que o movimento de ir-e-vir é uma constante nessa região, na pós-modernidade, algo que possibilita a inserção do outro, como a mulher, nos registros das experiências. No entanto, a estudiosa alerta para o fato de que a

desfronteirização, assim como pode contribuir para alargar o conceito de unificação, aceitação e identidade, por outro lado, também pode provocar insegurança ou medo de negar as identidades locais.

A respeito da problemática envolvida na literatura hispano-americana, enquanto um entre-lugar, faz-se necessário considerar dois fatos imbricados, segundo Arrigucci Jr. (1998, p. 110):

por um lado, a própria complexidade do processo histórico-literário hispano-americano, cuja organização em termos de sistema é pouco nítida, dando ideia de um feixe de manifestações literárias sem articulações internas definidas; por outro, a falta de uma tradição crítica capaz de sistematizar o que há nele de sistematizável.

Independentemente de uma tentativa de organização um tanto tardia, é inegável que as mesclas estilísticas baseadas nas influências europeias trouxeram certa peculiaridade à literatura da América hispânica. Tal fato contribuiu para que, considerando barreiras de ordem física, cultural e política, houvesse um considerável desconhecimento do que é produzido nessa região, algo que deixava Cortázar (1993) na condição de escritor hispano-americano, sentindo-se como um fantasma. Isso, em boa parte, ocorre pela ausência de uma crítica consistente nesse território. Na verdade, ao contrário do que seria esperado, o crítico afirma que a influência estrangeira, em tal contexto, não originou meras cópias nas obras dos escritores locais, que as reelaboram, promovendo uma releitura dessas influências e tornando-as mais complexas do que as anteriormente apresentadas, com a utilização de novos recursos e técnicas na construção do texto na América Latina. Nesse sentido, uma das principais características que diferenciam a literatura hispano-americana envolve a conexão entre linguagem e denúncia político-social, o que é percebido na produção literária de autoria feminina a partir das duas últimas décadas do século XX. Além disso, outra influência marcante, presente em autores como Borges e Cortázar, tematiza a própria essência da literatura, em um jogo que, muitas vezes, deixa para a narrativa uma ameaça de paralisia ou mesmo de silêncio, em um equilíbrio instável, de acordo com Arrigucci Jr. (1998), entre os limites da realidade e da ficção.

Assim, constata-se um movimento inovador relacionado à literatura proveniente do espaço latino-americano, na medida em que tal região revelou-se ao mundo em suas especificidades locais. Estas, por sua vez, aliadas às influências exteriores, em um movimento antropofágico, tornaram presentes e reconhecidos, na pós-modernidade, autores e obras que exigem uma via alternativa para a compreensão do discurso literário.

Em relação à escrita de autoria feminina no Novo Continente, o desafio consiste em presentificar uma voz que, por séculos, manteve-se silenciada. Embora tardio, se comparado à mobilização na América do Norte e na Europa, o processo de ressignificação do discurso, por meio da literatura, possibilitou às escritoras dessa região problematizarem a situação de submissão da mulher ao sistema patriarcal dominante, utilizando-se, para tanto, de um pano de fundo baseado em fatos reconhecidos pela violência e o autoritarismo, questões diretamente relacionadas à trajetória de lutas das nações latino-americanas de um modo geral. Essa realidade envolve historicamente a dualidade dominado e dominante, nas relações internas ou externas das nações, e o processo de subversão do discurso encontra amparo nas palavras de Bourdieu (2002, p. 118), o qual assevera que tal processo envolve o ato de

aprender ao mesmo tempo *o que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou <<inexistir>> o que existe, e *as representações*, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a <<realidade>>, logo, de compreender e de prever mais exactamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivistas.

Considerando-se que o poder define o sistema de práticas existente na sociedade, a relação entre mulheres e homens, no ocidente, em grande parte, foi marcada, no decorrer dos séculos, por um constante desequilíbrio no que tange aos seus papéis sociais. Nessa direção, Duranti (2000, p. 75) afirma que, para Bourdieu, “la cultura no es algo sencillamente externo al individuo (por ejemplo, en rituales o símbolos que nos hayan legado los miembros antiguos de la sociedad), ni algo sencillamente interno (por ejemplo, en la mente individual)”, indicando que ela existe através de práticas nas quais estão incluídas as condições materiais e as experiências dos atores sociais.

Com isso, entende-se que a objetividade e a subjetividade podem transitar concomitantemente nas obras de autoras latino-americanas, como ocorre em *El Dock*, cuja voz narrativa transita entre o desejo de compreender questões internas que motivaram Poli a integrar grupos contrários ao regime ditatorial na Argentina, culminando com sua morte em um confronto armado, aliando-as à realidade externa que trazia a violência e o silêncio como pontos fortes do cotidiano daquele país durante a ditadura. Em tal contexto, a narradora do romance utiliza as lembranças, tendo como pano de fundo o evento histórico, a fim de autoconhecer-se, (re)desenhando uma representação identitária problematizada no decorrer da obra, de modo que a complexidade desse processo consiste em definir como transitam a

história e a memória no discurso narrativo que busca um referencial identitário.

Considerando que a memória humana pode ser entendida como uma grande narrativa, cuja utilidade pode ser observada na medida em que estabelece relações entre o ato de lembrar e as experiências, atribuindo significado a estas, em *El Dock*, é utilizada uma voz narrativa, não nomeada, que busca (re)estruturar-se enquanto sujeito ao voltar-se para um passado centralizado na figura de Poli. Ao tentar compreender os motivos que levaram Poli a integrar o movimento de resistência ao regime ditatorial e ao enfrentamento, sem temer a morte e sem pensar no filho que deixaria para trás, talvez em nome de uma coletividade, a narradora do romance promove um movimento para dentro de si mesma, pretendendo reelaborar-se enquanto sujeito feminino, em especial quanto ao significado da figura materna, envolvida em uma série de representações cristalizadas no meio social em que vive.

Ocorre que a memória da narradora, na tentativa de reconstituir a totalidade de suas experiências individuais, em um mergulho no próprio interior, possibilita voltar o olhar para um período da história argentina permeado pela violência e, por consequência, pelo silêncio. Isso sinaliza a necessidade de uma sociedade, em âmbito pessoal e coletivo, de reavaliar um tempo pretérito em favor do(s) sujeito(s) no presente, por conta de um padrão de identidade que foi modificado na modernidade, pois não se apresenta mais de forma fixa, como, por exemplo, no período medieval, no qual a vida era regida por princípios gerais cuja referência era apenas o presente.

Nesse sentido, a experiência narrativa coloca lado a lado o sujeito feminino e a própria sociedade argentina, ambos ocultados por determinado tempo, em virtude do domínio de ideologias alicerçadas de um discurso que os mantinha à margem do poder, ou seja, a experiência particular pode ser associada à experiência social pela qual passa a mulher. Assim, o reconhecimento de fatos localizados na história recente da Argentina permite essa aproximação entre os aspectos histórico e memorialístico da narrativa. Tal movimento torna-se significativo na medida em que a protagonista, pouco depois do confronto que resultou na morte de Poli, assevera que “los informativos ya no se ocupaban del Dock y habían cesado las repercusiones políticas del ataque. Ahora se limitaban a leer algún informe judicial sobre los detenidos” (SÁNCHEZ, 2004, p. 54). Ocorre que as repercussões não ficam presas ao âmbito político apenas, vão além, deixando marcas consideráveis nos sujeitos que vivem as perdas provenientes de tais eventos históricos. Nessa direção, a trajetória das personagens tem início a partir de um confronto armado que opõe dominados e dominantes no período ditatorial no bairro fictício chamado Dock, relacionável ao conflito de *La Tablada*, ocorrido em 1989,

quando militantes de esquerda atacaram um regimento do Exército em Buenos Aires.

A autoconsciência sobre o passado, segundo Lowenthal (1998), revela motivações, modos e frequência que variam de acordo com a cultura, baseadas em três fontes de conhecimento: memória e história (reconhecidos como processos de introspecção com fronteiras tênues) e fragmentos, ou seja, resíduos de processos (biológicos, via desgaste e envelhecimento, e históricos, percebidos por meio de estruturas e formas anacrônicas). É necessário ressaltar que a comunicação entre memória e história cobra certo dever dos sujeitos na pós-modernidade, visto que “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17), como se pode visualizar na protagonista do romance, que busca reescrever uma história entre outras existentes.

Dessa maneira, pode-se depreender, no resgate do passado que a narradora de *El Dock* promove, uma tentativa parcial do que, de fato, aconteceu com Poli, com as possíveis motivações para a sua participação em um conflito armado, teoricamente deixando de lado a sua vida pessoal e o filho, porém o olhar da protagonista está ligado diretamente às suas experiências atuais, como, por exemplo, o compromisso assumido, de maneira inicialmente involuntária, de cuidar de Leo, situação que abala sua referência identitária enquanto mulher. Isso porque, nesse momento, confundem-se a mulher e a figura materna construída no imaginário social.

É fato que o discurso da lembrança atualiza-se conforme o momento em que age o sujeito histórico, o que revela a representatividade do romance no contexto latino-americano. Isso porque, pela ficção, Matilde Sánchez possibilita o acesso e a reavaliação de um passado moldado pelo discurso dominante, através da voz narrativa feminina, na tentativa de entender o evento histórico em sua complexidade a partir da visão de grupos marginalizados historicamente, como o das mulheres e o dos latino-americanos (em um contexto global), processo que permite um exercício reflexivo não apenas em relação à sociedade, mas também à narradora, enquanto sujeito sem voz e sem vez no contexto social em que esteve inserido ao longo do tempo.

Nora (1993) entende que, quando há mediação, o sujeito encontra-se nos limites da história. Então, o ato de recorrer à memória representaria a forma mais objetiva (direta) de externar a subjetividade feminina, em especial nas narrativas em primeira pessoa. Isso porque haveria um desligamento do potencial idealizador da história, estática e impessoal, ao

contrário da memória, conectada ao que, de fato, foi vivido pelo sujeito e, por isso, em constante processo de reelaboração. O trânsito entre história e memória aponta para uma redefinição identitária, de forma que o exercício da memória possibilita que cada sujeito registre sua própria história.

Lowenthal (1998) está mais atento à natureza e ao valor da memória do que no processo em si. Para tanto, considera que as lembranças inseridas no presente organizam-se conforme uma hierarquia de hábito relacionado a todos os resíduos mentais (conscientemente lembrados ou não), recordação (ligada à consciência de fatos pretéritos) e mementos (recordações recuperadas de forma proposital).

O passado fica deformado com o relato memorialístico, segundo o autor, pois é intrinsecamente pessoal. No entanto, o ato de compartilhar as lembranças torna-as um pouco mais passíveis de confirmação, ou seja, de credibilidade. Ao voltar o olhar às lembranças pessoais, o sujeito necessita da sua respectiva confirmação junto às lembranças do outro, confirmando-as. Na verdade, sujeitos e grupos buscam nas lembranças a sustentação de sua identidade a longo prazo.

Entendendo que a recordação do passado envolve as experiências pessoais, quando a narradora de *El Dock* busca lembrar o tempo pretérito com foco em Poli, de fato, volta-se inevitavelmente ao seu próprio passado. Portanto, “as recordações de outras pessoas sobre acontecimentos passados se encobrem e com frequência se mascaram, como se fossem nossas” (LOWENTHAL, 1998, p. 81).

No contato com o passado, a protagonista do romance utiliza-se da memória episódica, relacionada a eventos específicos de sua vida, de modo que o reconhecimento desse tempo pretérito, conforme Lowenthal (1998), ocorre por meio da diferenciação entre duas épocas distintas, mas também pelo estabelecimento de semelhanças, que tornam o sujeito ciente de sua continuidade com o passado. Por outro lado, a memória afetiva, mais intensa, revela um passado intenso, a ponto de ser quase revivido pela narradora. Assim, a recordação intensificada revela-se a partir de uma reativação de sensações não mais lembradas e não apenas pela simples introspecção, o que é constatado, no romance, através das lembranças da narradora acerca da juventude e das vivências ao lado de Poli.

Ocorre que, contrariamente à afirmação de Lowenthal (1998), de que o passado vivido é modificado, pela memória, no que poderia ter sido, de certo modo, sendo reconstruído pela idealização, a protagonista da narrativa busca cenas

indesejáveis/problemáticas, a fim de reelaborar a representação que tem de si mesma no presente, indicando que, ao final desse processo, ambos os “eus” (do passado e do presente) mudaram.

Com isso, a história pode ser reinterpretada através da multiplicidade dos papéis sociais, o que justifica a visão feminina da ditadura, representada pela memória, a partir dos relatos acerca da relação de amizade existente entre a narradora e Poli. Em tal contexto, tendo em vista que “a necessidade da memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14), é possível que história e memória percorram trajetórias paralelas na representação do sujeito feminino, já que ambos os discursos passam por um processo de questionamento sobre as “certezas” construídas e mantidas no decorrer do tempo. Há, nesse caso, segundo Nora (1993), um deslocamento fundamental que se transfere da memória, passando do plano histórico e social para o psicológico e individual, respectivamente, em direção à rememoração, o que abre um novo regime de memória, desse momento em diante, privada.

No entanto, pode-se pensar em um redirecionamento do particular para o coletivo novamente, visto que o movimento para dentro, através da memória, externa-se posteriormente, promovendo uma reescrita do fato histórico pelo sujeito feminino. Isso porque tal memória, passível de proibição e, portanto, de clandestinidade, ocupa a cena cultural como um todo, acenando para o que distingue, de fato, a sociedade civil e a ideologia oficial que pretende a dominação hegemônica.

Deve-se considerar que, para Lowenthal (1998, p. 103),

a função fundamental da memória (...) não é preservar o passado mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta.

Uma vez rompido o tabu, percebe-se uma reestruturação dos papéis sociais, por meio da história, em âmbito coletivo, e da memória, nos limites do individual. Ambas percorrem, de certa forma, uma trajetória paralela na representação do sujeito feminino, também em transformação. Isso porque, no caso da protagonista do romance, a mulher e a mãe são reelaboradas através do relato memorialístico, juntamente com a cidadã e a sociedade argentina de um modo amplo, com base no exercício reflexivo que avança as páginas ficcionais em um período que promove uma reescrita da(s) história(s) com base na(s) memória(s).

## 2 LITERATURA E HISTÓRIA

*A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o real comparando-o ou equiparando-o ao imaginável.*

Hayden White

A compreensão do tempo pretérito perpassa a produção simbólica, indicando que as narrativas históricas e ficcionais dialogam entre si. Com isso, entende-se que o autor empenha-se em “servir de mediador entre os modos alternativos do uso da linguagem ou estratégias tropológicas para escrever originariamente um dado campo de fenômenos e constituí-lo como um possível objeto de representação” (WHITE, 2001, p. 145).

Na América Latina, a consciência histórica mantém-se constante na produção literária e, nesse sentido, as narrativas redirecionam o uso da palavra e a atuação do sujeito feminino através da sua representação em meio a contextos conflituosos e tendo como pano de fundo eventos históricos marcantes. A região, então, pode ser visualizada enquanto construção, pois, conforme Kaliman (1994), o sentido do texto perpassa as comunidades discursivas, de modo que sua identificação com os fatos é determinante para um exercício reflexivo importante em direção ao futuro.

### 2.1 Representação literária e histórica

A relação entre literatura e história tem motivado, no decorrer do tempo, inúmeras

discussões acerca dos registros de acontecimentos pretéritos pertencentes a grupos sociais e de que modo seria possível registrá-los em uma ou outra área. O olhar sobre dado momento histórico define a ordem das experiências representadas e os indivíduos que as vivenciaram, promovendo formas discursivas distintas em favor do reconhecimento do caráter predominantemente ficcional ou histórico de um texto.

Na contemporaneidade, as discussões em torno da história e da literatura permanecem, tendo em vista uma produção literária que privilegia momentos marcantes da trajetória de diversos países, entre os quais os latino-americanos, em especial a partir do século XX. Percebe-se uma integração entre essas duas áreas, considerando que o foco de ambas é o passado. Entretanto, o diferencial consiste no modo como os eventos são representados.

A relação entre literatura e história já integrava os debates aristotélicos, de modo que, na visão do estudioso grego, a primeira abordaria a possibilidade das ocorrências, enquanto a segunda trataria de acontecimentos e personagens reais, ou seja, inscrevendo-se em uma intenção de verdade, conforme Chartier (2010), característica do discurso histórico, já que faz referência a um regime de saber definido por critérios de prova envolvidos em uma perspectiva universal. No entanto, é significativo ressaltar que tais comprovações dos fatos seguiram, ao longo dos séculos, as definições provenientes apenas de determinados grupos sociais, de acordo com a estrutura de poder dominante.

Ainda que a ficcionalidade esteja baseada na realidade, não é por isso menos criadora, quer dizer “nada impede que alguns fatos reais sejam verossímeis e possíveis e é em virtude disso que ele [autor] é seu criador” (ARISTÓTELES, 1990, p. 29). Considerando que a história estuda o real e que a literatura representa a ficção, Conforto (2006, p. 45) expõe que “a atividade artística não possui comprometimento com o rigor do registro científico. Ela se descompromete da exatidão dos acontecimentos que a inspiraram, misturando, ocasionalmente, fatos históricos com acontecimentos fictícios”.

O trabalho dos historiadores, em determinadas oportunidades, concentrou-se no registro de eventos marcados por confrontos e violência, buscando relatar experiências humanas com foco apenas nos acontecimentos. A significação problemática dos acontecimentos passados na vida atual dos sujeitos, como as revoluções e as guerras civis, ou ainda de instituições cujo papel é importante no cenário social, como no espaço latino-americano, permite uma espécie de reelaboração pessoal e coletiva.

Chartier (2010) entende que o conhecimento histórico é apenas uma das modalidades de relacionamento que as sociedades mantêm com o passado, juntamente com as obras ficcionais e a memória (individual ou coletiva). Muitas vezes, estas últimas conferem um destaque ao tempo pretérito mais poderoso do que as obras de história. As concorrências entre o conhecimento histórico e a memória são analisadas por Chartier (2010) a partir de três diferenças básicas, com base nas contribuições de Paul Ricoeur, ou seja, a distinção entre o testemunho e o documento (o primeiro está diretamente ligado à recordação, gerando um crédito voltado à confiança outorgada à testemunha, participante ativa dos acontecimentos do passado), a oposição entre o imediatismo da reminiscência à construção da explanação histórica (as histórias contribuem para a construção de uma história global) e, por fim, a diferença que confronta o reconhecimento do passado e a representação desse passado (a memória detém uma suposta fidelidade ao tempo pretérito, enquanto a história possui uma intenção de verdade, atestada por meio de documentos e em sua interpretação).

No caso da literatura, a grande questão está relacionada à certificação da representação histórica do passado. Nesse sentido, Ricoeur (2007) apresenta duas possibilidades: a primeira, no sentido epistemológico, impõe a necessidade de distinção e articulação das três fases da historiografia (definição da prova documental, a estruturação da explicação e a organização em formato literário), e, a segunda, indicando a certeza da existência do passado através do testemunho da memória (o ato testemunhal como fiador desta). Acompanhando o posicionamento de Aristóteles, Chartier (2010) afirma que a distinção entre história e ficção, aparentemente, está resolvida, caso se aceite que o discurso ficcional informa acerca do real, ao passo que o histórico pretende representar de forma adequada uma realidade que, de fato, já não existe mais.

As distinções entre a literatura e a história ainda não são muito claras, no entanto é inegável a força das representações do passado sugeridas pelo texto literário, revelando-se poderosas no encontro dos sujeitos com os eventos pretéritos. O discurso traz as influências do grupo social e do contexto aos quais pertence, ou seja, há o efeito de realidade, como define Barthes (2004), de maneira que se torna inevitável não inserir tais heranças na escritura, deixando, mesmo que nas entrelinhas, o sinal de uma visão de mundo que contempla determinadas ideologias, crenças e interpretações dos fenômenos, entre outros aspectos, tanto no campo histórico como literário. Na visão de Mignolo (2001, p. 131),

enquanto o romance moderno construiu-se sobre o pressuposto da convenção da ficcionalidade, a qual, entre outras coisas, permitiu distinguir o autor do narrador (...), essas fronteiras tendem a desaparecer e o narrador é uma instância

independente do autor, ao mesmo tempo que são incluídos dados suficientes para que o leitor estabeleça correlações entre as características do narrador e a biografia do autor

O texto histórico detém, teoricamente, a verdade ou, em outras palavras, uma reprodução verbal adequada a um modelo exterior, relacionado a ações humanas pretéritas ou ao próprio pensamento do historiador sobre essas questões. Entretanto, esses registros concentram um exercício contemplativo e interpretativo sobre as ocorrências conectado a um *modus vivendi* específico, que pode, de fato, influenciar o interlocutor. Para White (2001), o problema não considerado por filósofos e historiadores e que tem recebido atenção momentânea de teóricos da literatura está relacionado ao *status* da narrativa histórica, ou seja, não sujeita a controles experimentais ou observacionais, tendo em vista a veracidade das informações. Isso não é sinônimo de desatenção dos profissionais da Filosofia e da História, os quais desconsiderariam a natureza essencialmente provisória e contingente da representação histórica e sua suscetibilidade à revisão ininterrupta, de acordo com novas contribuições à área, mas indica certa relutância em considerar as narrativas históricas como ficções verbais, o que manifestamente são, pois sua matéria tem relação direta com a invenção e a descoberta. Tal característica, segundo White (2001), está ligada mais fortemente aos seus equivalentes na área literária do que no campo científico.

Em tal direção, a conversão dos eventos em história depende da supressão de alguns e do realce de outros, algo característico do enredo de uma obra literária. Para modificar a fronteira entre as produções e as práticas comuns da cultura escrita e da literatura, entendida como uma esfera restrita de ações criativas e de experiências, é essencial a aproximação do que a tradição ocidental afastou: “de um lado, a compreensão e o comentário das obras; e, de outro, a análise das condições técnicas ou sociais de sua publicação, circulação e apropriação” (CHARTIER, 2010, p. 38-39). No espaço latino-americano, por exemplo, as relações de gênero foram problematizadas pela escritura de autoria feminina em um contexto de produção envolto na violência e no silêncio, ambos promovidos pelas ditaduras militares, o que possibilita considerar a restrição dupla à palavra no caso do sujeito feminino. Nesse caso, White (2001) afirma que o fundamental é o acesso ao registro de diferentes sequências históricas, oportunizando interpretações distintas dos eventos, dotando-os, assim, de sentidos variados e voltados à liberdade reflexiva do leitor.

Na condição de um sistema de signos, segundo o estudioso norte-americano, a narrativa histórica aponta para duas direções simultaneamente: os acontecimentos relatados e

o tipo de *mythos* análogo à estrutura dos acontecimentos. Assim, pode-se comparar a história à literatura por conta do seu interesse mais focalizado na realidade que na possibilidade, supostamente o objeto de representação das obras literárias. Tal fato pode ser observado em *El Dock*, na medida em que Poli é vista pela narradora como alguém que, em meio à oficialização dos fatos, entende a necessidade de seu registro pessoal, fiel apenas a uma visão particular, eventualmente distorcida, ou seja, “una persona trágica y [que] no concebía outra forma de contacto con el mundo que no fuera profundo, (...), basado en la declaración de principios y la confesión en espiral de sensaciones minúsculas, (...) fantaseadas, que cobraban realidad en el discurso” (SÁNCHEZ, 2004, p. 86).

Tendo em vista a sua estrutura simbólica, a narrativa histórica não reproduz os eventos descritos, não imagina o que procura caracterizar, quer dizer “ela nos diz a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de valências emocionais diferentes. A narrativa histórica não *imagina* as coisas que indica: ela *traz* à mente imagens das coisas que indica” (WHITE, 2001, p. 108). Pode-se considerar que os elementos poéticos e históricos estão interconectados continuamente nas representações das experiências humanas, pois a linguagem figurativa é fundamental para a caracterização dos objetos e para as respectivas estratégias através das quais são observadas as transformações desses objetos no transcurso do tempo.

Sob o enfoque de Chaves (2004, p. 9), podem ser consideradas duas formas de ação sobre o mundo que é oferecido ao indivíduo: “num primeiro caso, eu construo uma ponte e cruzo o rio de um ponto a outro; a *técnica* ou a *ciência* proporcionam o caminho da ação. Entretanto, há o outro caso, no qual não construo a ponte mas suponho, adivinho a outra margem”. Assim, essa força incoercível da imaginação permite a averiguação a respeito de sua verdade, o que torna a arte necessária. Na leitura de uma obra literária, criaturas imaginárias são apresentadas ao leitor, porém tais personagens se impõem e participam da visão do mundo dos sujeitos, permitindo a visualização da verdade da ficção, ou seja, da verossimilhança (categoria essencial na construção ficcional) na sua possibilidade de convencimento.

Com base nas contribuições de White (2001), o caráter real ou imaginário com o qual o mundo é concebido não é o mais importante. Isso porque a maneira de dar-lhe sentido é a mesma. Na verdade, o ponto fundamental de uma história predisposta a reconhecer como os atores sociais significam suas práticas e discursos está situado na tensão entre “as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e (...) as restrições e as

convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação” (CHARTIER, 2010, p. 49), permitindo-lhes refletir e agir, por meio do uso da palavra. Desse modo, conferir sentido ao mundo através da imposição da coerência formal associada à produção dos ficcionistas não minimiza o *status* de conhecimento atribuído à historiografia. Tal postura só o diminuiria se a literatura não fosse vista como uma área que ensinou algo acerca da realidade, somente por ter sido o produto de uma imaginação desvinculada deste mundo.

Para o autor, o insucesso da história, enquanto disciplina, atualmente, consistiria no fato de desconsiderar que sua origem está voltada à imaginação literária. Com o objetivo de estar centralizada na ciência e na objetividade, ela teria reprimido e negado a si mesma sua grande fonte de renovação e vigor. Na verdade, para White (2001, p. 116) “vivenciamos a ‘ficcionalização’ da história como uma ‘explicação’ pelo mesmo motivo que vivenciamos a grande ficção como iluminação de um mundo que habitamos juntamente com o autor”. Em ambas há o reconhecimento das maneiras pelas quais a consciência concebe e povoa o mundo que ela pretende ocupar livre de tensões.

A relação entre o texto literário e o histórico ainda permanece sob uma névoa de indefinição. Entretanto, as representações não pressupõem o afastamento dos sujeitos do real ou do social, pois possuem um vigor próprio, remetendo à ideia de que “o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é” (CHARTIER, 2010, p. 52). O que deveria realmente interessar no debate acerca do registro do fato é o grau de sobreposição, de semelhança ou de correspondência mútua entre o discurso do ficcionista e o do historiador (WHITE, 2001).

Nesse contexto, visualiza-se uma relação integrada entre literatura e história, já que ambas podem utilizar os mesmos eventos do passado em sua escritura, de maneira mais ou menos intensa, ou seja, o diferencial é o modo como os acontecimentos são dispostos na narrativa, o que não os torna excludentes, mas, sim, complementares. Chaves (2004) assegura que as relações entre literatura e história são complexas, de forma que uma não pode desconsiderar a outra, tendo em vista que podem ser visualizadas como sustentáculo do comprometimento entre o autor e seu tempo. Entretanto, o estudioso acrescenta que “se é de Literatura que se trata, nela não devemos buscar a História; temos de encontrar a sua historicidade, o que é, creio eu, dialeticamente válido. O texto literário não interessa à História enquanto transcrição, mas enquanto instauração do seu significado” (CHAVES, 2004, p. 13).

É fato que as tentativas de compreensão do passado perpassam as produções

simbólicas, indicando que as narrativas literárias e históricas dialogam entre si. Entende-se, assim, na visão de White (2001), que o empenho do autor está centralizado na mediação entre as formas alternativas do uso da linguagem ou estratégias tropológicas, a fim de escrever originariamente determinados fenômenos (como as ditaduras latino-americanas), constituindo-os em um possível objeto de representação. Em tal direção, Chartier (2010, p. 51) assevera que

a reflexão sobre a definição das identidades sexuais constitui uma ilustração exemplar da exigência que hoje habita em toda prática histórica: compreender, ao mesmo tempo, como as representações e os discursos constroem as relações de dominação e como eles próprios dependem dos recursos desiguais e dos interesses contrários que separam aqueles cuja potência legitimam daqueles ou daquelas cuja submissão asseguram (ou devem assegurar).

Ao travar um diálogo entre história (real) e literatura (ficcional) em *El Dock*, a narradora propõe a análise tanto da mulher-observadora (coadjuvante), como da mulher-participante envolvida nas situações e nas decisões (pessoais ou sociais) derivadas do período da ditadura na Argentina. Um dos eventos históricos mais importantes e violentos ocorridos no país encontra-se em um plano secundário, porém motivador dos relatos e ações da narradora.

A veracidade dos fatos, no entanto, é relativa, já que, enquanto literatura, seu compromisso primeiro não é com a verdade e, sim, com a possibilidade da verdade, uma vez que a “literatura é sobretudo arte e pertence ao âmbito da Estética. (...) Ao trabalhar com a representação do objeto e com a representação do desejo, o intérprete deverá ser capaz de identificar e também de inventar” (MASINA, 2002, p. 52), ou, quem sabe, (re)interpretar e (re)avaliar os fatos em âmbito pessoal e social em dado espaço. Desse modo, “perante a sua pluralidade de significados – que é a pluralidade da própria Literatura ou, se quisermos, a sua historicidade -, a interpretação será sempre um *compromisso do leitor*” (CHAVES, 2004, p. 18) (grifos do autor).

A consciência histórica mantém-se presente nas narrativas que focalizam o tempo pretérito em seus enredos, detendo sentimentos comuns entre os sujeitos. O trânsito desafiador entre o passado e o presente está, inevitavelmente, ligado à memória coletiva, algo compartilhado, por exemplo, entre as nações latino-americanas, permitindo compreender que caso os eventos representados em determinado discurso sejam interpretados como partes ínfimas de um todo ou como possíveis circunstâncias em uma totalidade perceptível, o discurso considerado em sua totalidade como imagem de certa realidade demanda “uma relação de

correspondência com aquilo *de que* ele constitui uma dupla imagem. É nesse duplo sentido que todo discurso escrito se mostra cognitivo em seus fins e mimético em seus meios (WHITE, 2001, p. 138).

Para o autor, há uma crise do pensamento histórico agravada desde os primórdios do século XX, o que pode ser revertido em uma escrita da história que considere as inúmeras possibilidades de estruturação do enredo, conferindo sentidos diversos aos eventos. Com isso, é possível pensar em um entendimento amplificado das narrativas, já que seu sentido básico consistiria na desestruturação de determinado conjunto de relações possíveis que tais acontecimentos representam, passível de demonstração.

O registro da história reivindica um *status* de verdade absoluta, ou seja, concluída e completa. Todavia, para White (2001), o conhecimento da realidade objetiva (das estruturas e dos processos históricos) é determinado mais pelo que é desconsiderado do que é incluído nas representações. Portanto, “nosso conhecimento do passado pode aumentar de maneira crescente, mas não a compreensão que temos dele” (WHITE, 2001, p. 106), o que denota a contribuição do texto literário e de uma história aberta a novas possibilidades narrativas no desvelamento de um passado que, em diversos contextos, ainda integra e confunde a vida presente de determinados grupos sociais.

A narrativa histórica, por muito tempo, concentrou eventos e versões mais voltados aos interesses dos núcleos centrais das sociedades, de um modo geral, excluindo agentes não menos importantes na trajetória dos acontecimentos. Nesse sentido, a palavra que detém uma versão única dos fatos, utilizando vozes narrativas pertencentes a determinadas parcelas dos grupos sociais, em concordância sobre o que merece ser registrado e de que maneira isso deve ser feito, foi cedendo espaço um novo modo de pensar e fazer a escrita da história, possibilitando, assim, registros mais específicos, nos quais o historiador, segundo Levi (1992), não está preocupado apenas com a interpretação dos significados, mas antes com as interpretações plurais e possíveis do mundo, além do confronto que se estabelece entre os recursos simbólicos e materiais.

Com base em tais modificações na maneira de registrar os acontecimentos históricos, Levi (1992) afirma que, dessa forma, é construída uma historiografia capaz de organizar e explicar o mundo do passado. Por isso, o conflito de maior relevância não está situado entre a nova história e a história tradicional, mas primeiramente no significado da história entendida como uma prática interpretativa. Assim, a micro-história, como uma

prática, é fundamentalmente voltada a uma redução da escala da observação, processo analítico que pode ser utilizado em qualquer local, independentemente das dimensões do objeto investigado.

Nesse sentido, as experiências individuais demonstram diferentes conjuntos de relacionamentos, os quais determinam reações (particulares) dos sujeitos à estrutura normativa e suas respectivas escolhas em relação a ela. Então, pode-se pensar que a visão feminina acerca dos acontecimentos, assim como de outros grupos, cujo discurso tenha sido desconsiderado, desvela aspectos não observados previamente. Tal situação oportuniza o registro de experiências ativas em dado momento histórico, as quais, apesar de silenciadas por determinado período, podem (e devem) ser consideradas, pois integram o caleidoscópio de vivências relacionadas a um evento de forma heterogênea, independentemente do tempo e do espaço em que tenham ocorrido.

O caráter polissêmico dos símbolos deve ser considerado constantemente, porém é válido ressaltar que eles podem assumir sentidos mais específicos, segundo Levi (1992), com base em diferenças sociais variáveis e dinâmicas, como é o caso das representações femininas, de modo mais intenso a partir da segunda metade do século XX, na América Latina. Isso porque foram contempladas práticas que, de fato, fizeram-se presentes na sociedade, mas que, por conta de um jogo de interesses existentes ao longo do tempo junto à sociedade, foram deixadas em um segundo plano (“apagadas”).

Considerando o contexto da ditadura na Argentina, os efeitos da violência foram negligenciados, de um modo geral, e, no caso da mulher, tal fato ocorreu duplamente. Esse é um aspecto importante a ser considerado na literatura latino-americana voltada à representação feminina, já que traz à superfície a voz e a ação de um sujeito que, deste momento em diante, mais enfaticamente, exterioriza desejos e constatações presos ao silêncio, compartilhando esse “micro-olhar” com o grupo social do qual faz parte e, portanto, através da fragmentação dos registros, pluralizando os pontos de vista sobre os acontecimentos.

Quanto às formas de interpretação de um contexto social, há duas possíveis, “como um local que imputa significado a particulares supostamente ‘estranhos’ ou ‘anômalos’, revelando seu significado oculto e conseqüentemente seu ajustamento a um sistema; ou, por outro lado, como um ponto de descoberta do contexto social” (LEVI, 1992, p. 155). Nesse caso, um acontecimento que parece fora da norma estabelecida ou insignificante é reconhecido, quando as incoerências ocultas de um sistema aparentemente unificado são

reveladas, indicando que “a autoridade de um poder ou a dominação de um grupo dependem do crédito outorgado ou recusado às representações que proponham de si mesmos” (CHARTIER, 2010, p. 50). Complementando seu posicionamento, Levi (1992) apresenta uma terceira via a ser considerada no processo de contextualização, que consiste na formalização e na comparação de um evento, comportamento ou conceito, em uma série de outros similares, mesmo que estejam separados temporal e espacialmente, como ocorre com a visualização do contexto social e político da ditadura, em *El Dock*, cujas versões podem (e certamente são) apresentadas de maneiras diferentes, como é o caso da narradora do romance, a qual, a partir da morte de Poli, passa por um processo de recontextualização dos acontecimentos, a fim de compreender o que, de fato, ocorreu com a amiga e, por consequência, revelar-se a si própria.

Apesar de considerar os eventos através das experiências mais particulares, a micro-história não rejeita qualquer forma de abstração, pois os registros voltados à individualidade podem revelar um fenômeno mais geral, o que possibilita visualizar a conexão existente entre o indivíduo e o grupo social. Essas são questões e posicionamentos comuns em casos como a “redução da escala, (...) a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo” (LEVI, 2002, p. 159), considerando a atuação ativa do indivíduo, antes aparentemente passivo ou indiferente junto ao discurso dominante.

Em tal direção, constata-se que, apenas a partir do centro, é impossível voltar o olhar a uma dada sociedade como um todo, já que essa postura reproduz as ideologias detentoras do poder. Na verdade, para Schmitt (1992), a compreensão nasce da diferença e, para tanto, torna-se imprescindível que múltiplos pontos de vista sejam cruzados, trazendo inúmeras facetas através da história. Vale ressaltar que o termo “marginais”, conforme o estudioso, impõe-se a partir de 1968, nos estudos históricos, no período pós-guerra, revelando um movimento contestatório, inicialmente nos Estados Unidos e, depois, na Europa, o qual questionou discursos e práticas já cristalizadas junto aos grupos sociais, como a ética no mundo do trabalho capitalista, a moral sexual tradicional, a ideologia do progresso, a poluição industrial e a própria instituição família.

A ausência presente na vida cotidiana de sujeitos marginais, suportada e não voluntária, (porém não menos importante) aponta para desigualdades sociais que escondem o seu testemunho de dominação e exclusão no contexto social em que estão inseridos. Esse mundo periférico, desconhecido até então, passa a ser explorado, na tentativa de integrá-lo aos

registros provenientes do centro do espaço social, na medida em que figuras, teoricamente desconhecidas, começam a fazer uso da palavra, a fim de promoverem registros acerca das experiências de determinado grupo.

É fato que a voz marginal revela uma sociedade por inteiro, pois complementa lacunas por meio da conquista do discurso pelos sujeitos que, ao longo do tempo, foram mantidos na clandestinidade. No contexto das ditaduras latino-americanas, por exemplo, a autoria do discurso, pelas mulheres, através da literatura, entre outras formas de expressão, promoveu a inserção de um modo de vida caracterizado pelo silêncio, mas não pela apatia ou ausência nos eventos pretéritos. Assim, a tentativa de reconhecimento da atuação dos indivíduos situados à margem torna-se fundamental para promover um registro histórico mais abrangente e fiel das vivências de determinado grupo social, pois

os historiadores da marginalidade começaram preenchendo as lacunas da história tradicional, trazendo de volta à memória os esquecidos da história tradicional: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas. (...) como ouvir a voz dos marginais do passado, quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar (SCHMITT, 1992, p. 284).

Um problema, em tais registros, está relacionado às fontes documentais de que o historiador se utiliza no processo de inclusão de vozes em fatos marcantes do passado. É fato que os documentos emanam, em sua grande maioria, do centro, e não da periferia. No entanto, apesar do paradoxo, é nesses arquivos que a voz dos marginais pode ser melhor ouvida, já que tais dados tiveram origem na repressão.

De qualquer modo, em todas as épocas, poderá haver rejeição de determinados sujeitos e, conseqüentemente, dos papéis por eles desempenhados. Entretanto, o registro das contribuições de diferentes sujeitos, localizados tanto no centro quanto na margem da sociedade, indicam novas possibilidades na representação das experiências advindas de eventos históricos significativos junto aos mais variados grupos humanos. Em *El Dock*, o caso de Poli, trazido à tona pela narradora, revela que “esa era la historia de los hombres (...), los lugares seguían allí, sujetos a un tiempo milenario mientras los hombres los destruían y peleaban por ellos” (SÁNCHEZ, 2004, p. 250).

Tendo em vista que as palavras e as ideologias consideradas na escrita da trajetória dos grupos sociais, em geral, são provenientes do centro, de acordo com as estruturas de poder dominantes, tornou-se imprescindível (mais especificamente a partir do século XX, através de movimentos que reivindicaram espaço para expor, ou mesmo representar, no caso

da literatura, o pensar e o agir de parte da sociedade coberta, até então, pelo véu do silêncio e, por consequência, da ausência) voltar a atenção para os sujeitos mantidos à margem da sociedade por tanto tempo, cujo diferencial das experiências pode contribuir para um registro amplo e, com isso, mais justo de eventos notórios ocorridos na trajetória dos sujeitos. Assim, pode-se pensar em uma via dupla, na qual as histórias individuais e a história coletiva dialogam constantemente, proporcionando trocas fundamentais no processo de constituição da escritura de seus respectivos percursos históricos.

## **2.2 A história e as histórias**

Entre os relatos emergentes que se notabilizaram no decorrer do século XX, estão os concernentes ao sujeito feminino. Na década de 1960, as ativistas feministas reivindicavam uma história que instituísse a atuação da mulher, refletindo sobre a opressão e o estímulo para a ação, ou seja, o objetivo maior era a conquista de autonomia para expressar o outro lado da história, não necessariamente divergente da escrita considerada oficial, mas, sim, enquanto complemento. Em silêncio, sem notoriedade e reconhecimento junto à sociedade, no século XIX, a escrita feminina ainda era vista apenas como expressão de “uma sensibilidade contemplativa e exacerbada, sentimentalismo fantasioso, lampejos de histeria” (SCHMIDT, 1997, p. 188), ou seja, como um olhar subjetivo da realidade contrastando com relatos objetivos, característicos do registro histórico coordenado por uma visão androcêntrica.

Para Scott (1992), tal contexto indica que a conexão entre a história das mulheres e a política é simultaneamente óbvia e complexa. Ocorre que, na década de 1980, a noção de gênero, entendida como divisão natural dos sexos, efetivou um rompimento com o viés político, propiciando a este campo de estudos a obtenção de um espaço próprio, já que esse conceito aparenta neutralidade, sem um propósito ideológico imediato. Em tal interpretação, a emergência da história das mulheres como uma área de investigação indica a evolução do feminismo para o gênero, quer dizer, da política em direção à história especializada e, desse ponto em diante, para a análise.

Apesar das variações dos relatos, conforme a autoria (em algumas versões, o entendimento acerca da referida evolução é considerado positivo, na condição de um resgate da história; em outras, é negativo, já que é vista como um sinal de despolitização), a

complexidade dessa escritura leva em conta a posição mutável da mulher na história, o movimento feminista e a própria disciplina da história. É fato que a narrativa do sujeito feminino depende desse contexto múltiplo, voltando-se, inevitavelmente, para a política (SCOTT, 1992).

A questão de gênero, segundo Rita Schmidt (1997, p. 185), refere-se a um “ato político, pois remete às relações de poder inscritas nas práticas sociais e discursivas de uma cultura que se imaginou e se construiu a partir do ponto de vista normativo masculino”. As desigualdades nas relações de gênero tendem a sustentar grupos sociais convergentes ao androcentrismo, além de ter, segundo Schneider (2000), suas bases construídas em um sistema preso à diferença sexual que, por sua vez, exhibe o poder assimétrico e a opressão sofrida pelo sujeito feminino.

Contrariamente ao posicionamento de Scott (1992), segundo o qual a história das mulheres é, ao mesmo tempo, supérflua e indispensável, é fato que a reescrita da história, ocasionada pela inclusão de uma participação existente, porém desconsiderada nos registros oficiais, proporciona uma complementação essencial dos acontecimentos. Conforme a estudiosa, a ambiguidade da história feminina e sua força política potencialmente crítica revelam que não há uma síntese fácil ou resolução simples relacionadas aos contextos e sentidos das estratégias políticas subversivas. Certamente, como ela mesma afirma, essa escritura confronta-se com o dilema da diferença.

Desse modo, além de reivindicar a importância das mulheres na história, o seu registro promove reflexões acerca dos fatos, investigando os significados estabelecidos ao longo do tempo. A recuperação da participação feminina junto a eventos importantes não significa necessariamente contrariar as definições de história e seus agentes instaurados como verdadeiros, como assevera Scott (1992), porém promover questionamentos acerca de sua revisão e complementação (já que a informação, por muito tempo, foi apresentada de modo incompleto e parcial), com base no lugar do indivíduo no tempo e no espaço. A mulher, então, passa a figurar como sujeito histórico, o que foi potencializado com as contribuições da história social.

O eco da documentação da realidade histórica das mulheres colaborou para a afirmação do discurso da identidade coletiva, promovendo o movimento feminista na década de 1970. Nesse contexto, “o aumento da consciência acarretou a descoberta da ‘verdadeira’ identidade das mulheres, a queda das viseiras, a obtenção de autonomia, de individualidade e,

por isso, de emancipação” (SCOTT, 1992, p. 83), integrando-as à história. Considerando-se a necessidade de pensar sobre a diferença e de que maneira sua construção delimitaria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais, a definição de gênero foi utilizada para teorizar acerca da diferença sexual. As conotações sociais de gênero foram, assim, enfatizadas pelas feministas, frente às implicações físicas de sexo.

Para Scott (1992, p. 87), “uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança”. Com isso, a categoria gênero, primeiramente usada na análise das diferenças entre os sexos, foi expandida para o tema das diferenças dentro da diferença, algo semelhante ao que ocorre com o conceito de região, tendo em vista a existência simultânea de sujeitos cujas influências culturais podem ser extremamente diversificadas.

A partir daí, há precedente para a seguinte questão: há, de fato, uma identidade comum das mulheres? Sendo assim, é possível escrever uma história única relativa ao universo feminino? A parcialidade da história de vida de determinado grupo social, no caso, voltado à participação feminina em fatos marcantes da trajetória de uma coletividade, constitui-se em um problema, de certa forma, pois segue “a lógica da suplementação que caracteriza a história das mulheres e que lhe proporcionou sua força crítica” (SCOTT, 1992, p. 94). Todavia, essa problemática potencializa a força inclusiva da participação feminina em dada região, estendendo a inserção de vozes silenciadas historicamente a outros grupos sociais, em situações permeadas pela violência, como no período de vigência de diversas ditaduras no espaço latino-americano.

Na América Latina, a consciência histórica mantém-se presente nos enredos das obras literárias, redirecionando vozes e reflexões, na tentativa de desvelar interpretações e reavaliar o papel feminino em tal contexto e na (re)construção da história. Em tal panorama, as narrativas de autoria feminina, a partir da década de 1980, possibilitam uma análise dos constituintes fundamentais de uma literatura gendrada e questionadora do discurso dominante. Com isso, a relação entre gênero e história, nos últimos anos, promove, conforme Navarro (1995), um discurso ficcional renovado, uma crítica à história oficial e às normas aceitas pela ordem patriarcal, além de representar uma mulher com voz própria, autônoma e uma nova literatura feminista em uma região, marcadamente, marginalizada ao longo do tempo.

Na intenção de tornar-se perceptível em meio a uma sociedade dominada pelo

discurso e influência patriarcais, a literatura produzida por mulheres redireciona fatos históricos marcantes, buscando sua autonomia a partir de registros da participação feminina em eventos importantes na trajetória de diversas nações, tradicionalmente também desconsideradas no cenário mundial. Constata-se que as representações, em território latino-americano, de um modo geral, levaram em conta interesses masculinos, determinando as relações de poder e desconsiderando as experiências de grupos marginalizados na estrutura social, como o das mulheres.

Levando-se em conta que há um redimensionamento da cultura “em termos de inclusão, multiplicidade, da heterogeneidade e legitimidade” (SCHMIDT, 1997, p. 188), nota-se a presença de um elemento subversivo fundamental no enredo de *El Dock*, através da voz narrativa feminina que percorre um caminho no qual a violência do Estado silencia e imobiliza grande parte da sociedade. No entanto, a reação da narradora, mesmo que ainda limitada ao seu íntimo, remete a uma atitude de resistência presente no decorrer do romance, sempre ligada à trajetória de personagens femininas, como é o caso de Poli, que desencadeia toda a movimentação das figuras humanas, ao participar de um confronto com o exército argentino, enfrentando, duplamente, todo um sistema dominador: na condição de mulher e de cidadã.

Em meio a comportamentos desafiadores e contestatórios, a partir dos estudos de Lúcia Guerra Cunningham, Sickert (1995, p. 70) afirma que o sujeito feminino encontra-se dividido entre

o ser (zona problemática e enigmática de autodefinição da mulher relacionada concretamente com a história e as construções culturais de um sistema patriarcal); o não-ser (cujas características atribuídas à mulher são a passividade e a carência de racionalidade); e o dever-ser (relacionado aos códigos morais vigentes na época).

Nesse sentido, a narrativa de Sánchez traz um enfoque diferenciado, construído com base no relato histórico oficial, mas tendo como ponto de partida a experiência feminina, por meio de histórias pessoais de mulheres que transpassam os fatos representados. Assim, a escritura utiliza a invisibilidade histórica como ato de “negação da legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso, exercendo funções de significação e representação” (SCHMIDT, 1997, p. 183), o que remete à presença de uma literatura gendrada e questionadora do discurso dominante masculino, considerado como símbolo de uma verdade única e inquestionável por muito tempo. Com isso, são acrescentadas versões importantes ao registro da história, orquestrada, dessa forma, pelas diferentes vozes que a compõem.

Na contemporaneidade, a literatura de autoria feminina constitui-se através da

representação particularizada no eixo da diferença, na tentativa de organizar a base identitária de sujeitos que integram os acontecimentos. Nessa direção, a conquista da palavra possibilita à mulher romper o silêncio e desafiar “a construção social tradicional do sujeito feminino” (NAVARRO, 1995, p. 14), na medida em que há um movimento de reescrita da história, em âmbito coletivo e individual, por meio da participação da mulher. À sociedade, assim, apresenta-se o desafio de voltar-se ao passado, reavaliando a história a partir, também, da contribuição feminina, cuja gradação dos atos está diretamente ligada ao seu lugar de origem, de acordo com determinantes culturais, sociais e políticas, entre outras, responsáveis, conforme Certeau (1994), pela construção do espaço.

### **2.3 Literatura e história: construção de uma região**

O evento histórico, em diversas obras literárias, é o elemento propulsor da trajetória das personagens, o que revela a contribuição da literatura no processo de buscas identitárias e de reflexões de cunho pessoal e coletivo de determinado grupo social. Nesse sentido, é possível entender a região enquanto construção. Constata-se, assim, que a relação entre quem produz e quem recebe o discurso está voltada aos núcleos regionais presentes na literatura. Isso porque os sujeitos reconhecem e acreditam na exposição de fatos relacionados a si mesmos e às regiões que integram, a partir do momento em que passam a ser representados e percebidos. Na visão de Kaliman (1994), o sentido do texto perpassa as comunidades discursivas, determinando a relevância social dos processamentos textuais conforme suas expectativas, o que pode ser constatado no contexto latino-americano, de modo especial em relação à inserção de vozes múltiplas no cenário literário.

Os debates acerca dos temas regionais têm sido constantes nas últimas décadas, ligados, em especial, à identificação de determinado grupo social que mantém seus integrantes próximos e conectados em favor de um lugar construído histórica e culturalmente, como é o caso da América Latina. Nesse contexto, a questão identitária aparece nos romances “como despersonalização colonial, (...) onde a pulsão de identidade emerge como indagação enigmática” (RAVETTI, 2011, p. 207). Diferentes sujeitos ligados entre si por algum tipo de similaridade, enquanto buscam e necessitam de uma integração, compartilhando experiências

e representações, também creem ser imprescindível direcionar a luz dos holofotes à cor local. Em tal contexto, as relações de regionalidade, provenientes de lugares construídos, em um mundo aparentemente sem fronteiras, determinam relações paradoxais na contemporaneidade.

A região, como constructo, não está relacionada, conforme Pozenato (2001), a uma realidade natural e, sim, à determinada divisão firmada por um ato de vontade. Ocorre que, segundo o pesquisador, essa divisão não é arbitrária por completo, considerando-se critérios ligados ao alcance e à eficácia do poder presentes no processo de autoria da região, que só existe enquanto esse poder é reconhecido. Pode-se ter em conta, então, segundo Bourdieu (2002), que a região está envolvida em um contexto de lutas, inclusive entre diversas áreas do conhecimento que aspiram ao monopólio da legitimidade do conceito.

Para o estudioso francês, a cultura e grande parte dos sistemas simbólicos podem ser consideradas como instrumentos de poder, já que legitimam a ordem social vigente (influências de Marx e Weber). Por outro lado, tais sistemas são reconhecidos como instrumentos de comunicação e conhecimento, na medida em que promovem certo consenso acerca dos significados dos signos e ao significado do mundo (contribuições de Durkheim e Lévi-Strauss). Nesse sentido, “a região será melhor entendida se vista como simplesmente um feixe de relações a partir do qual se estabelecem outras relações, tanto de proximidade quanto de distância” (POZENATO, 2001, p. 157).

Em *El Dock*, é possível pensar nos relatos de viagem com base em uma ausência presente nas representações da narradora, ou seja, há uma região que concentra todas as referências que a protagonista tem de si mesma e do mundo de um modo geral, seu país de origem, autorizando-a a utilizar discursos e práticas tradicionalmente cultivados em âmbito social. Entretanto, o distanciamento provocado pelo “passeio” ao Uruguai dá início a um percurso desafiador, em que passa a visualizar quão devastador é o silêncio imposto à nação, no período da ditadura, e a si mesma, enquanto mulher sujeita à organização da sociedade sob o viés androcêntrico, já que inviabiliza a liberdade por meio do uso limitado (ou inexistente) da palavra. Percebe-se, na protagonista, um desejo de conquistar o espaço em que se encontra, já que “la experiencia en lo extranjero parecia que curaba todo” (SÁNCHEZ, 2004, p. 151).

A tentativa de acessar um território desconhecido, considerando-se a importância da autonomia do olhar para a organização de conceitos, está ligada, no romance, aos primeiros passos da narradora em direção às reflexões acerca da Argentina e da condição feminina. Para tanto, intercala afirmações do namorado sobre fatos e experiências humanas, e suas próprias

intenções quanto às reflexões pelas quais passa, por exemplo, quando diz que, em Solís, havia “tarefas solitárias y demasiado (...) mentales” (SÁNCHEZ, 2004, p. 150). Assim, “sufría de esa enfermedad que es la búsqueda de sentido (...). Era ignorante de sí misma” (SÁNCHEZ, 2004, p. 155).

A iminência de descobertas, a partir do espaço (de caráter transitório) em que estava inserida, revela um ambiente propício ao recolhimento, com o estabelecimento de relações de distanciamento, ao permitir uma análise mais aprofundada da situação em que se encontra sua terra natal, e de proximidade, na medida em que há uma identificação entre a protagonista e Leo, embora pausadamente, em uma relação de mãe e filho que passa a ser construída na convivência diária. Além disso, a aproximação de si mesma também desvela um exercício de (re)conhecimento, quando a narradora, ao falar sobre o passado, apodera-se da palavra. Nesse sentido, é possível relacionar o seu comportamento às afirmações de Santos (2002), de que o termo *fantasme*, usado por Barthes, na obra *Aula*, de 1977, deve ser usado no momento de decidir o sentido da viagem a ser iniciada, pois o sujeito, assim, desviaria o foco do que é tradicionalmente esperado, modificando o rumo das reflexões. Entende-se que o esperado sempre se encontra morto, ao passo que os fantasmas manteriam relação direta com a vida, ou seja, com as transformações que marcam, talvez, uma nova etapa na trajetória da protagonista.

No âmbito da região, o foco é a investigação das relações de regionalidade que se estabelecem em determinado espaço, permitindo que um evento seja considerado sob diferentes perspectivas. A regionalidade, segundo Pozenato (2009), refere-se à marca do regional, ou seja, à representação de um modo de ser e de estar presente no mundo, viabilizado, por exemplo, pela literatura.

A regionalidade, então, pode ser entendida como o ato de “identificar e descrever todas as relações do fato literário com uma dada região” (POZENATO, 2003, p. 155). Tal movimento pressupõe certa proximidade ou identificação do autor com a região a partir da qual escreve. Assim, esse local, cujo significado é potencializado por determinantes culturais e/ou sociais presentes no ato da escritura, pode ser considerado como “aquele espacio que puedo recorrer sin sentirme todavía un extraño” (KALIMAN, 1994, p. 14), como é o caso do silêncio, presente também fora do espaço argentino, no comportamento da protagonista ou mesmo de outras personagens do conto, em determinados momentos. Isso porque o contexto regional do qual procede a narradora, refém das forças silenciosas do poder, influencia seu

referencial identitário, ou seja, é em relação a circunstâncias provenientes desse espaço que ela se reconhece como sujeito.

Em tal direção, é possível visualizar a região como arte-fato, dado que “permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, auto-fazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’)” (HAESBAERT, 2010, p. 7). O significado da escritura, para Kaliman (1994), perpassa as comunidades discursivas, definindo a relevância social dos processamentos textuais. Tal fato segue as expectativas do produtor e do receptor do texto, com o acréscimo de fatores individuais considerados em tal fenômeno, os quais enriquecem o resultado final da obra, isso porque, conforme Duranti (2000), a linguagem estabelece um vínculo útil entre o pensamento interno e a conduta pública.

O texto artístico, dotado de um viés regional, com isso, desnuda experiências compartilhadas pelos integrantes de um lugar construído simbolicamente. A representação de visões de mundo motivadas via cultura promove uma literatura até certo ponto desprestigiada, porém não relacionada apenas a assuntos locais, o que remete às discussões da universalidade de certos textos literários. No entanto, é inegável que temáticas ligadas às vivências dos sujeitos em certo lugar são utilizadas no ato da escritura, revelando ideologias e modos de viver característicos de uma região, motivadas, muitas vezes, historicamente, esculpindo na obra literária a face e a experiência dos sujeitos ligados a ela.

Nesse sentido, para a narradora “el viaje representaba la salida de una intimidad que nunca había buscado” (SÁNCHEZ, 2004, p. 221), o que a motiva a explorar a cidade litorânea de Solís como a si mesma, revelando uma tentativa de reflexão acerca do passado, que, inicialmente, apenas pressagia a decadência e o contínuo desgaste do indivíduo, representados por Poli, ao entregar-se a um confronto nitidamente sem possibilidade de volta, fato que desencadeia toda a trajetória da narradora na trama. O texto literário, nesse momento, concentra oposições advindas de um ser que, por meio do distanciamento, reconstrói espaços, ou seja, a localidade uruguaia revela-se não mais como um lugar idealizado pelo trio (narradora, seu namorado e Leo), justamente pelo distanciamento dos problemas teoricamente deixados em Buenos Aires, mas como possibilidade de entendimento da situação em que se encontra o lugar de origem.

Em Solís, o silêncio e os cuidados permanentes na rotina dessa paródia de família de verão (SÁNCHEZ, 2004), como afirma a narradora (mantendo-se protegida de qualquer

desconfiança dos moradores locais sobre o real motivo de sua presença no local), prescrevem uma espécie de fuga da vida presente e, assim, a disponibilidade para, com base nas experiências pretéritas, construir um hoje melhor resolvido, em direção a um tempo futuro sem tantos fantasmas. Enquanto ser que se encontra entre a luz e a sombra, a narradora vive situações fundamentais em seu caminho, independentemente do espaço físico em que se encontra, porém sempre voltada a um espaço subjetivo que estimula a protagonista a prosseguir nesse processo, sobretudo, de busca interior.

Se visualizada enquanto constructo mental, cultural, social e político, de acordo com o marco conceitual no qual se trabalha, conforme Kaliman (1998), a região estabelece-se a partir de uma função sobre o espaço, cujo reflexo atinge o grupo que a ela se sente pertencente, definindo suas fronteiras. Com base na experiência dos sujeitos, o discurso é, indiscutivelmente, um dos grandes responsáveis pela propagação desse espaço significativo, envolto em ideologias. Assim, segundo Haesbaert (2010), o discurso da regionalidade institui a verdade da região, pois as palavras “como artículos de consumo, (...) tienen poder sobre sus hablantes; presuponen un punto de vista, igual que los objetos presuponen ciertos deseos en sus usuarios potenciales” (DURANTI, 2000, p. 123).

No romance, percebe-se que, entre o Uruguai e a Argentina, há fronteiras imateriais que separam povos próximos. Nesse ínterim, as fronteiras geográficas estabelecem limites simbólicos no interior da narradora, de modo que os relatos memorialísticos não estão ligados a relações de regionalidade específicas, mas aos limites da subjetividade da protagonista, de modo que o foco está em “no tanto extrañar a alguén, sino extrañar una situación dada, un modo de estar” (SÁNCHEZ, 2004, p. 226).

Desse modo, a região está diretamente relacionada a decisões voltadas ao íntimo dos indivíduos ligados a ela e à interação criada pelo espaço simbólico. Por isso, Certeau (1994) indica que, em um mesmo lugar, coexistem diferentes regiões, conforme o número de interações que são estabelecidas, o que remete à ideia de que o espaço revela dualidade e operacionalidade, quer dizer, está ligado a uma problemática de enunciação, relativa à interlocução. Nesse ponto, o estudioso afirma que os relatos são coprodutores de regionalidade, ou seja, a obra literária enuncia espaços simbólicos criados por meio desses relatos.

Em meio às suas fronteiras, a região trabalha o fortalecimento de um espaço

cultural, viabilizando e impulsionando a construção de identidades regionais, as quais podem estar sobrepostas em apenas um local geográfico. Joachimsthaler (2010, p. 40) assegura que “as identidades sobrepostas não se excluem umas às outras: elas são possíveis simultaneamente, mesmo com suas diferenças, pois, por princípio, as identidades regionais não seguem o princípio de exclusão das identidades nacionais”. Tendo-se em conta a existência concreta da região, deve-se observar que ela é vivida pelos sujeitos que estão presentes em tal espaço, o que remete a determinadas representações identitárias vinculadas ao local, as quais perseguem uma autoafirmação em âmbito global.

Na tentativa de entender o espaço regional como um todo, para Bezzi (2004), não necessariamente homogêneo ou equilibrado, e, por isso mesmo, contraditório, é preciso analisar seus reflexos externos, em direção a uma valorização territorial do lugar e a uma concepção globalizante. Com isso, Bezzi (2004) assevera que é imprescindível visualizar a região pela perspectiva sistêmica, a qual detém todos os aspectos envolvidos na sua constituição interligados, transformando-a em realidade concreta materializada em um espaço.

A região, no mundo globalizado, conecta-se ao conceito de rede, pois esta, conforme Mance (2000) promove articulações e trocas entre elementos que se fortalecem mutuamente, permitindo o equilíbrio sustentável ou mesmo a existência de novas unidades. Tal posicionamento corrobora as colocações de Castells (1999, p. 498-499), segundo o qual “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada. (...) Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio”. Nesse ponto, visualiza-se um sujeito feminino, representado no romance, que, ao expor suas limitações, frente aos desígnios do namorado, e desejos, com base em problemáticas regionais, localizadas em território argentino, possibilita uma identificação de outras mulheres, por conta de um universo subjetivo que ultrapassa as fronteiras espaciais e segue em direção a seres humanos desconsiderados ao longo da história.

Inevitavelmente, a região está conectada ao todo, condicionando as relações entre os grupos sociais e culturais. “As regiões se tornaram lugares funcionais do Todo, espaços de convivência” (SANTOS, 2008, p. 156), o que provoca uma reelaboração do espaço simbólico. Com o processo de mundialização da cultura, tendo-se em vista as pluralidades culturais, as questões regionais exigem uma análise mais cuidadosa, o que exige um distanciamento em relação do modo como são consideradas pelo senso comum. Pode-se pensar, então, a “cultura *regional* fundamentada na associação mecânica entre (...) um conjunto de valores, estilos-de-

vida, práticas sociais, modos de fazer, saberes e artefatos culturais e (...) uma determinada territorialidade” (SANTOS, 2009, p. 4). Consta-se que as regiões, com base nas práticas discursivas do momento presente, inegavelmente, constroem referências identitárias e, em tal direção, entende-se que identidades revelam a articulação existente entre o sujeito e o discurso.

Por outro lado, hoje, há uma referência ao futuro, subordinada à integração do país com base em relações que transcendem as suas fronteiras políticas. Nas palavras de Pozenato (2003, p. 155), “esse passado e esse futuro cruzam-se no presente. (...) Com o deslocamento do conceito de região do seu confronto tradicional frente à idéia de nação, pelo menos alguns dos preconceitos tradicionais poderão ser varridos”, o que facilita a investigação sobre em que consiste a rede de relações convencionalizada por região.

A voz narrativa revela um sujeito feminino que busca na memória uma possibilidade de renovação, por meio de um olhar renovado sobre o passado, a fim de reelaborar-se enquanto ser atuante no presente. Considerando as reflexões ocorridas logo após a imposição da maternidade à protagonista, a partir da morte de Poli, percebe-se que o distanciamento, no espaço, inicialmente, e no tempo, depois, é fundamental para sinalizar as transformações pelas quais passa a narradora, em direção a uma condição de vida diferenciada no futuro. A imobilidade física presente significa “la imposibilidad de ser superficial” (SÁNCHEZ, 2004, p. 226).

A região existe enquanto espaço simbólico, construído e representado na literatura a partir de determinados aspectos de ordem social, cultural, política ou econômica, entre outros, remetendo à heterogeneidade dos grupos humanos e seus respectivos modos de vida. Consta-se, assim, que o regional existe através de relações que se estabelecem via interação e discurso, de modo que os relatos de regionalidade, por exemplo, através da literatura, são responsáveis, da mesma forma, pela manutenção de determinada região.

Na atualidade, as mudanças ocorridas no âmbito das relações humanas, por meio da globalização, remetem a uma ideia de unificação, o que de fato não acontece. Nesse contexto, surge a região, representada em suas particularidades, em um movimento que valoriza o local frente ao global. Tal prática indica a necessidade de análise das relações de regionalidade que certamente se estabelecem e sofrem modificações em um ambiente teoricamente homogêneo, por meio de redes de comunicação, cuja principal característica é a

tentativa de articular e integrar grupos pertencentes a regiões distintas, em favor de uma estrutura global, fenômeno permeado por contradições, mas indiscutivelmente presente na contemporaneidade.

### 3 REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

*En cualquier caso, todo está sujeto a la emoción, teñido por ella, y la emoción sigue en el presente mientras los hechos pierden nitidez y se confunden en una materia indistinguible y viscosa.*

Matilde Sánchez

Na chamada pós-modernidade, o conceito de alteridade fez-se presente na sociedade, de modo que a busca por uma identidade foi passível de representação, por exemplo, em obras literárias que focalizam a trajetória do sujeito feminino. Este, após um considerável período de silêncio, revelou-se, enquanto ser pensante e participativo junto à sociedade, demonstrando que as posições do sujeito articulam-se ao discurso. No caso das ditaduras sul-americanas, tal constatação foi ainda mais evidente, tendo em vista que o texto ficcional trouxe à tona, além do posicionamento externado pela mulher frente aos fatos, sua participação efetiva e seu poder de decisão em relação ao evento histórico, utilizado como contexto coadjuvante na trajetória das personagens.

Em *El Dock*, a narradora tenta reconstruir o provável olhar do outro sobre a ditadura e a implicação disso em sua história pessoal. O duplo movimento de idas e vindas entre o eu e o outro, quer dizer, entre esses reflexos, expõe o processo de representação da

reconstituição identitária da narradora. Na verdade, os resgates identitários das personagens centrais, a protagonista, Poli, Kim e Leo, acenam com uma desestabilização. A ausência de um sentido de si expõe a sua descentração e sua possibilidade de desconstrução, para posterior reordenamento tanto social quanto pessoal.

No contexto latino-americano, com o advento dos estudos culturais, o sujeito feminino evidencia questões relacionadas à sua condição de submissão, enquanto ser restrito aos limites do lar, além de estabelecer sua inserção em discussões que se estendem à política e à sociedade de modo amplo. De acordo com Woolf (1996), “as mulheres, tendo encontrado suas vozes, têm algo a dizer, algo que naturalmente é de suma importância e significação para as mulheres”, porém, não só para elas e, sim, para a sociedade como um todo. As representações cristalizadas através dos tempos foram problematizadas, impulsionando questionamentos acerca de discursos e práticas presentes no cotidiano das pessoas em geral, com base, por exemplo, em reflexões acerca da memória e da história, com foco em uma reconstrução do sujeito e do grupo social que integra.

### **3.1 Representações identitárias na pós-modernidade**

No decorrer da história da humanidade, os indivíduos percorreram diversos estágios de compreensão e atuação acerca de seu papel junto aos grupos sociais que integram. Ocorre que a chamada pós-modernidade pressupõe uma condição em que os sujeitos sejam protagonistas de sua trajetória de vida, ou seja, detentores de um poder decisório particular e potencializador de transformações que vão além dos limites das experiências individuais, indicando, assim, um entrelaçamento constante entre o eu e o outro, já que os abalos ocasionados em âmbito particular, por conta de uma nova postura assumida frente aos desafios, promovem, inevitavelmente, modificações junto à coletividade.

A noção de indivíduo provém dos primórdios das reflexões filosóficas, conectando-se ao conceito de liberdade, mais especificamente com o advento da modernidade. Tais discussões revelaram uma ligação dos ideais de liberdade com os de autonomia dos seres humanos. Na verdade, o vocábulo “autonomia”, na origem grega, faz referência à condição de liberdade e autonomia da *polis* não submissa ao domínio externo. Talvez a essência do termo tenha provocado a indissolubilidade entre o que é livre e autônomo, provocando, com isso, a potencialização de tudo que é reconhecido como livre.

A modernidade é vista por Renaut (2004) como um modo de conceber e afirmar o humano como fonte de suas representações, o que indica a dependência direta da subjetividade revelada a partir da razão e da vontade dos indivíduos. Os particularismos, nesse contexto, fortalecem-se, marcando um culto à individualidade, o que, no século XX, apontou para uma situação desafiadora em meio aos grupos sociais, em sua maioria. Tais posicionamentos individualistas passam a justificar, em certa medida, tendências a um comportamento focalizado no eu. Contudo, a fim de legitimar as opiniões e escolhas pessoais, o sujeito não possui outro meio senão o de sair de si mesmo e inscrever-se em um espaço de discussão, colocando-se na posição do outro para compreender a si próprio, em um movimento cujos reflexos podem seguir em todas as direções, fazendo com que as reflexões caleidoscópicas do eu atinjam o todo que o compõe e vice-versa.

Tendo em vista que, já na Antiguidade, a liberdade do homem grego é medida conforme o alcance maior ou menor de suas ações, na pós-modernidade constata-se que o modo de ser e estar no mundo ainda possui a mesma essência, quer dizer, não basta uma presença passiva, mas ativa e propulsora de transformações em nível identitário, ainda que estejam situadas em âmbito individual, pois, só assim, é possível provocar modificações mais amplas em direção à coletividade e ao próprio indivíduo que se descobre de acordo com suas crenças e capacidade de agir.

Nessa direção, as velhas identidades, segundo Hall (2006), cujo papel foi estabilizar o mundo social, encontram-se em declínio, sinalizando o surgimento de novas identidades, as quais refletem a descentração do indivíduo a partir do advento da modernidade, deixando-o em uma condição de deslocamento ou fragmentação, ou seja, de alguém que perde um sentido estável de si. Tal crise identitária pode ser visualizada como parte de um amplo processo de mudança, constituído de um duplo deslocamento do indivíduo tanto em âmbito social e cultural quanto de si mesmo.

No decorrer da história, podem ser consideradas três concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo (centrado, unificado, focado na razão, na consciência e na ação, cujo centro essencial era a identidade de uma pessoa), o sujeito sociológico (formado na relação com o outro, importante para ele, ou seja, a identidade é formada com base na interação entre o eu e a sociedade) e o sujeito pós-moderno (não detentor de uma identidade fixa ou permanente, mas em constante transformação e, por isso mesmo, contraditória), em um movimento constante de possibilidades, de acordo com as representações existentes junto aos sistemas culturais nos quais a pessoa está inserida.

O caráter da mudança na modernidade tardia está relacionado à globalização e ao seu impacto sobre a identidade cultural. As revoluções subjetivas impulsionadas pela modernidade – caracterizada por rápidas mudanças – revelam uma forma de vida reflexiva, direcionando questões ligadas às modificações espaciais e temporais a modos de vida descontínuos, sinalizando a existência de uma sociedade descentrada por forças externas a si mesma. Em *El Dock*, Poli é revelada enquanto ser que simboliza uma busca identitária, fato diversas vezes sinalizado pela narradora, como no seguinte trecho: “Ella nunca había dejado de ser Poli y sus últimas reacciones no debieron corresponder a la mecánica de su organismo, sino a su identidad, como si la muerte no hubiera bastado para convertirla en una extraña” (SÁNCHEZ, 2004, p. 215).

A característica fundamental do sujeito passa a ser a diferença, ou seja, há uma gama de posições diferenciadas (identidades) para o indivíduo, as quais podem ser conjuntamente articuladas. Essa concepção de identidade definitivamente perturbadora e provisória, apesar da insegurança que possivelmente pode causar, contém características positivas, pois, ao mesmo tempo que desarticula as certezas do passado, abre a possibilidade de novas articulações.

Para Hall (2006), a tentativa de mapear a história da noção de sujeito moderno é bastante difícil. As mudanças relativas ao conceito imutável de indivíduo e de suas referências identitárias cederam lugar, a partir do Humanismo Renascentista (século XVI) e do Iluminismo (século XVIII), à ideia de indivíduo soberano. Desde então, a noção de sujeito individual, capaz de raciocinar e dotado de consciência, conforme as contribuições de René Descartes (1596-1650), passa a vigorar.

Entretanto, na medida em que cresce a complexidade das sociedades modernas, notabiliza-se uma visão mais coletiva e social dos grupos humanos, surgindo, assim, uma concepção mais social do sujeito, motivada, em especial, pelas contribuições da biologia darwiniana (a razão possui base na natureza e a mente no desenvolvimento físico do cérebro) e das novas ciências sociais, conectando o indivíduo ao coletivo, no século XVIII. “Essa ‘internalização’ do exterior no sujeito, e essa ‘externalização’ do interior, através da ação no mundo social (...) constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno” (HALL, 2006, p. 31). No entanto, durante a primeira metade do século XX, uma visão mais perturbada e perturbadora do sujeito e da identidade emerge com o surgimento do Modernismo, expondo um indivíduo isolado em meio à multidão.

Quanto ao descentramento do sujeito cartesiano, Hall (2006) considera grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas: as proposições do pensamento marxista (há uma essência universal de ser humano e isso se refere a cada indivíduo em sua singularidade), a descoberta do inconsciente por Freud (a leitura feita por Lacan, por exemplo, de tais contribuições visualizava o desenvolvimento da criança em formação na relação com os outros, através da “fase do espelho”, o que seria a origem contraditória da identidade), o trabalho desenvolvido por Saussure (a língua é vista como um sistema social e não individual, ou seja, preexiste aos sujeitos), os estudos de Foucault (há destaque a um novo tipo de poder, o disciplinar ou regulador) e, por fim, o impacto do feminismo como crítica teórica e movimento social (são deixadas à mostra as dimensões subjetivas e objetivas da participação política do sujeito junto à sociedade). Em relação a esse último fator, decisivo para o descentramento do sujeito, ressalta-se o questionamento proposto quanto à distinção entre o interno e o externo, o privado e o público, abrindo espaço para a contestação de grupos marginalizados historicamente. Assim, o feminismo “politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)” (HALL, 2006, p. 45).

O sujeito fragmentado, desde então, está situado em termos de suas identidades culturais, entre as quais as nacionais, uma das principais fontes para a definição de uma identidade cultural. No entanto, apesar de tamanha importância, as identidades nacionais formam-se e transformam-se no interior da representação. “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51). Esses dados encontram-se nas narrativas sobre a nação, de modo que as memórias conectam o presente e o passado, resgatando imagens construídas e partilhando experiências entre seus membros, com base, de acordo com Anderson (1983), em uma comunidade imaginada. Nessa direção, “o discurso da cultura nacional não é (...) tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro” (HALL, 2006, p. 56).

A formação de uma cultura nacional, na condição de uma comunidade imaginada, depende de três elementos: as memórias pretéritas, o desejo de viver conjuntamente e a manutenção da herança. Tais aspectos são fundamentais, a fim de definir a condição de pertencimento capaz de unificar sujeitos muito díspares, considerando-se aspectos como classe, raça ou gênero, o que determina uma identidade grupal que, em geral, tem uma relação direta com a estrutura de poder cultural. Como nos lampejos fantasiosos de um eu inteiro e

pleno, conforme a psicanálise lacaniana, as identidades nacionais ainda são representadas sob uma imagem de unificação, porém entende-se que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2006, p. 62). Depreende-se, então, que o conceito de identidade nacional, de fato, não está livre do jogo de poder e de diferenças que habita comunidades pensadas com base em uma visão homogênea dos sujeitos que a compõem.

É fato que as identidades culturais nacionais têm sofrido um deslocamento por conta do fenômeno da globalização, ou seja, processos que ultrapassam fronteiras, aproximando grupos e organizações a partir de novas combinações de espaço-tempo. As consequências podem não ser dimensionadas por completo, mas, entre as principais, é possível considerar que identidades nacionais passam a se desintegrar, reforçando, por outro lado, identidades locais, em um exercício de resistência, de forma que isso possibilita a constituição de identidades híbridas na pós-modernidade.

Em *El Dock*, a narradora sai de seu país de origem e segue para Solís, cidade litorânea uruguaia, buscando refletir sobre os acontecimentos mais recentes de sua vida e, a partir daí, sua reconstrução enquanto sujeito feminino, tanto sob a perspectiva individual quanto coletiva, através do distanciamento, fundamental para a definição de sua autorrepresentação. Contudo, apesar da distância espacial e temporal, ela ainda se encontra em território argentino, simbolicamente, quer dizer, sob influência direta das vivências e da realidade (constantemente presente) da terra natal. Isso ocorre porque “o tempo e o espaço são (...) as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (HALL, 2006, p. 70).

Tendo em vista que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação, deve-se considerar que o processo revisional de relações espaço-tempo em diferentes sistemas de representação promove efeitos profundos sobre a maneira como as identidades são localizadas e representadas. No caso da protagonista do romance, deve-se considerar, então, que ela está vivendo sob a influência de “geografias imaginárias” (SAID, 2011), posto que, apesar de se encontrar em solo uruguaio, na verdade, permanece prisioneira de uma referência espacial que determina, quase que exclusivamente, seu modo de ser e estar no mundo, embora em processo de transformação.

O momento de transição em que se encontra a narradora, entre um eu fragmentado e incerto frente a um conjunto social partido e cuja eficácia é posta em dúvida por parte de seus integrantes (até então em uma condição periférica), indica que há uma tendência direcionada à certa interdependência global, promovendo o colapso das identidades culturais

fortes, além de produzir uma fragmentação de códigos culturais, fenômeno chamado de *pós-moderno global* por Hall (2006).

Tamanha movimentação, no interior dos sujeitos e, por consequência, na sociedade, revela, na visão de Hall (2006, p. 75), que “somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (...), dentre as quais parece possível fazer uma escolha”. No entanto, entende-se que há a exigência de um exercício de desconstrução do sujeito, com o propósito de promover sua reconstrução, após um processo desafiador de revisão acerca do outro, no caso de Poli, e, assim, de si mesma, refletida na amiga, pois, para a protagonista: “el mundo exterior nos consideraba expresiones distintas de una misma alma” (SÁNCHEZ, 2004, p. 147).

A tensão entre o global e o local é o cerne da questão no que se refere à transformação das identidades. Assim como “as identidades nacionais (...) representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares, [gerando] novas formas de negociação da tensão entre os dois” (HALL, 2006, p. 76), a relação entre o sujeito e o coletivo pode ser visualizado do mesmo modo, pois as representações e experiências daquele determinam a trajetória desse, contemplando (ou tentando contemplar) a diversidade de identidades presentes em seu interior. Percebe-se, conforme Hall (2006, p. 86-87), que a identidade e a diferença encontram-se “inextrincavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma nunca anulando completamente a outra. Como conclusão provisória, parece então que a globalização tem, *sim*, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e ‘fechadas’” das culturas nacionais.

Em tal contexto, o sujeito feminino, cuja posição marginal reservada pela estrutura social de que faz parte começou a ser questionada, de modo mais consistente, a partir do século XIX, inicialmente na Europa e, depois, por volta da segunda metade do século XX, estendendo-se a locais periféricos, como a América Latina, inicia um movimento contestatório em relação a essa presença ausente. Isso porque se visualiza na condição de ser deslocado em sua realidade, quer dizer, como um estrangeiro, mesmo em seu lugar de origem. A impossibilidade de decidir sobre si mesma, ascendendo, conseqüentemente, a uma presença de fato presente (eficaz) na organização da sociedade, faculta que a mulher ocupe um lugar vazio que não corresponde à condição de sujeito que a pós-modernidade reserva aos indivíduos.

As perguntas vazias, em relação à atuação feminina tanto no meio social quanto

familiar, foram motivando, nas mulheres, reações voltadas ao desejo não só de receber respostas, mas, também, de construí-las, descobri-las sem a intervenção obrigatória e inquestionável do sujeito masculino, formatado por um sistema patriarcal vigente que se manteve fortalecido de forma inquestionável por muito tempo. Tendo em vista a necessidade sentida e sinalizada pelo sujeito feminino com foco em um novo modo de pensar e de agir, consideram-se três condições subjacentes ao ato de compreender o processo de identificação na analítica do desejo, de acordo com Bhabha (1998): a primeira, segundo a qual a existência ocorre em relação a determinada alteridade, seu olhar ou *locus* (...); a segunda, que afirma ser o lugar de identificação um espaço de cisão, por estar localizado na tensão entre a demanda e o desejo; e, por fim, a terceira, na qual a identificação não é vista como afirmação de uma identidade pré-dada, mas, sim, como a produção de uma imagem identitária e a metamorfose do sujeito ao adotar aquela imagem.

Os sujeitos estão em processo, portanto, nada é apresentado como algo concluído, ao contrário do que pode ser postulado, muitas vezes, por exemplo, na passagem em que a protagonista revela que “nos habíamos equivocado al pensar que el Dock era un capítulo concluido. Ahí estábamos hablando de Poli outra vez aunque no la nombráramos” (SÁNCHEZ, 2004, p. 213). Tendo-se em vista as contribuições de Bhabha (1998) acerca da condição pós-colonial de diversas nações, entre as quais as latino-americanas, a representação da identidade busca presentificar algo que foi mantido ausente e, por determinado tempo, adiado, indicando um movimento fendido, ou seja, pode-se pensar em tal processo por meio do seguinte posicionamento: o eu é percebido (perseguido) com base na visualização do outro. Este, por sua vez, segundo o estudioso indiano, deve ser visto como a necessidade da negação de uma identidade primordial (cultural ou psíquica), a qual introduz o sistema de diferenciação que possibilita ao cultural ser significado como realidade linguística, simbólica, histórica.

Considerando-se que o direcionamento da história ocidental é modificado pela luta contra a opressão colonial, o conceito historicista de tempo, entendido como uma linha ordenada e progressiva, também é contestado. Assim, além da perturbação da ordem historicista ocidental pela posição colonial emergente, a representação social e psíquica do sujeito humano é definitivamente alterada, de modo que as suas representações não mais são determinadas por ideias provenientes de fora, possibilitando uma identificação a partir do sujeito junto ao seu espaço histórico de enunciação.

Nesse sentido, o percurso do sujeito feminino traz como foco o fortalecimento de

suas aspirações em relação a uma contribuição mais efetiva à sociedade e, em contrapartida, o seu reconhecimento enquanto ser que pode (e deve) usufruir de um espaço de atuação justo, que considere as reflexões e ações, também, da mulher. A consciência acerca de si mesma, então, no caso das representações do sujeito feminino no contexto da ditadura argentina, revela a necessidade de transitar por um percurso histórico em direção ao passado, pois esse resgate é imprescindível para o exercício reflexivo sobre uma trajetória individual e social que, a partir deste momento, é realizado pela própria narradora de *El Dock*, quer dizer, sem interferências ou imposições externas em relação ao que deve ser considerado relevante (ou não) em seu modo de ver e viver os desafios cotidianos. Há uma tentativa, concretizada através da autoria do relato, de reescrever uma história particular e, assim, a história de uma sociedade que só pode ser legitimada plenamente a partir de registros provenientes das distintas vozes e experiências que a compõem. Entende-se, então, que

o instinto social é o destino progressivo da natureza humana, a transição necessária da Natureza à Cultura. O acesso direto dos interesses individuais à autoridade social é objetificado na estrutura representativa de uma Vontade Geral – Lei ou Cultura – onde Psique e Sociedade se espelham, traduzindo transparentemente sua diferença, sem perda, em uma totalidade histórica (BHABHA, 1998, p. 74).

Os olhos parciais tornam-se testemunhas de uma espécie de, “poética da ‘invisibilidade’, da ‘eclipse’, do mau olho e da pessoa desaparecida – todos instâncias do ‘subalterno’”, conforme Bhabha (2008, p. 97). Para o estudioso, dessas tensões psíquicas e políticas emerge uma estratégia subversiva, a qual se constitui em uma forma de negação que pretende não mostrar a completude humana, mas intervir em sua representação, sinalizando um poder exercido nas cercanias da identidade e da autoridade.

Quanto à questão da manipulação do ato de representar, pode-se entender tal movimento enquanto uma revisão, pelo sujeito feminino, das estratégias utilizadas nesse conjunto de ações, registrando, através da literatura, as transformações pelas quais têm transitado os seres humanos, em especial quanto à condição de sujeitos marginais, como as mulheres, nas sociedades ocidentais em especial. Na verdade, para Santiago (2012), o romance contemporâneo tem como função social proporcionar um espaço crítico, no qual podem ser refletidos os grupos sociais que vão ascendendo às esferas de poder.

A condição periférica, historicamente reservada às mulheres, quer dizer, o subalterno ou o metonímico, em tese, “não são *nem* vazios *nem* cheios, *nem* parte *nem* todo. Seus processos compensatórios e vicários de significação são uma instigação à tradução

social, a produção de algo mais *além*, que não é apenas o corte ou lacuna do sujeito, mas também a interseção”, segundo Bhabha (1998, p. 103), de modos de pensar e de atitudes frente às experiências, o que aponta para uma adição de realidades que se sobrepõem, sem necessariamente provocar a anulação de uma ou outra. Na verdade, o impasse da consciência, ao que tudo indica, base da experiência pós-moderna, é uma estratégia particular de duplicação.

O movimento de desvelamento de si mesma e de sua condição, enquanto sujeito, tendo como lastro um passado ainda não problematizado pela narradora até então, traz revelações e motiva um posicionamento inovador (e necessário), na busca por autonomia, porém provoca uma dose de desorientação na protagonista do romance. Isso porque “relembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção ou retrospectiva. É um doloroso relembrar, uma reagregação do passado desmembrado para compreender o trauma do presente” (BHABHA, 1998, p. 101), ainda fortemente influenciado pelas marcas de um governo ditatorial que relegou os fatos ao silêncio, sob os tentáculos da violência.

### **3.2 O duplo na reconfiguração de identidades**

A inquietude acerca de si mesmo remete o indivíduo a desdobramentos, por vezes inesperados, constituindo-se em alicerce para reflexões sobre um eu transitório. Este, em determinados momentos (ou mesmo durante uma vida inteira), projeta-se em um outro, ou seja, seu duplo, o qual gera reflexos contundentes no sujeito que se encontra em um processo de busca identitária imprescindível para o entendimento acerca de si próprio e de seu lugar no mundo.

Tendo em vista as influências do espaço latino-americano na representação do sujeito feminino em *El Dock*, como palco de regimes ditatoriais, “a identidade aparece (...) como a consciência de uma perturbação que pode ser pensada como despersonalização colonial” (RAVETTI, 2011, p. 207), o que pode ser relacionado à trajetória da protagonista, em processo de reconfiguração identitária a partir de uma situação que a retira de uma zona de conforto que, diversas vezes, provoca revolta e contestação quanto às vivências do presente. Nas palavras da narradora do romance, “nadie tiene esa última imagen de si mismo” (SÁNCHEZ, 2004, p. 17). Nesse movimento, há a revelação da dualidade, realidade e

idealidade do sujeito (SASSE, 1994), liberando “um *phantasma*, uma projeção da verdade contida no mundo das idéias” (RODRIGUES, 1988, p. 19).

Segundo Mello (2000), a ideia de duplicidade do eu é antiga, desdobrando-se em diversas acepções, conforme o contexto e de quem parte a mensagem. A pesquisadora assevera que, na Filosofia, a partir da alegoria da caverna, o conceito está contido no dualismo platônico, o qual entende que tudo o que é conhecido constitui-se no duplo de algo incognoscível ou de uma realidade ideal, de forma que o grande desafio é ver no outro (ideal) o reflexo do eu (real). Já, em âmbito religioso, o duplo transita na concepção divina, a qual assevera que Deus (absoluto) cria o universo com o objetivo de se refletir. Na verdade, a crença de que a alma sobreviveria ao perecimento do corpo é, em síntese, o paradigma da duplicidade, fundamentando, assim, as tradições religiosas em geral. Com isso, compreende-se a representação, no imaginário do ser humano, da problemática da morte ligada ao desejo de sobrevivência (finitude/transcendência), o que indica duas direções: a personificação da alma imortal (proteção do eu) e, por outro lado, o temor da morte (ameaça ao eu), gerando sentimentos e comportamentos ambivalentes.

Na área literária, o duplo desdobra-se em múltiplas representações, alcançando o apogeu no Romantismo (sob a influência da literatura fantástica), fase em que as indagações acerca do sujeito invadem a criação artística, nela projetando-se. Ocorre que, sobretudo a partir do século XX, os estudos sobre a representação da duplicidade contemplam o aspecto psicológico. Nessa direção, os heróis “têm uma predisposição amorosa para com o próprio Eu e sofrem de uma incapacidade de amar; um conflito psíquico cria o duplo – projeção da perturbação íntima – e a libertação só é alcançada a preço do sofrimento e do medo que o encontro suscita” (MELLO, 2000, p. 122).

Em determinado momento do romance, a narradora revela, através da imagem simbolicamente refletida de Poli, o caráter desafiador do esforço pela definição de sua identidade própria, trazendo superfície as angústias desse mergulho profundo para dentro de si, pois, através da busca pela história de Poli, acaba voltando-se para si mesma, tanto que a narradora começa a perceber tal fato relativamente tarde, após alguns meses em Solís: “Sin saberlo habíamos convivido todo el tiempo con ella, la habíamos llevado a costas en todas nuestras excursiones (...). Nuestra presunta autonomia había resultado ingenua” (SÁNCHEZ, 2004, p. 213).

Ao mesmo tempo, a protagonista, tendo Leo como um termômetro ameaçador, que

avalia seu comportamento (adequado ou não na condição de sua nova mãe) e registra as contradições da existência, com base nos relatos memorialísticos, e, com isso, dos desafios enfrentados a fim de se libertar das amarras interiores definidas por si mesma. O cotidiano sufocante e amedrontador propicia uma viagem ao desconhecido, por meio de reflexos que possibilitam confrontar o eu, tradução da realidade, e o outro, representação da idealização ou mesmo das cobranças em relação a si, favorecendo uma reconfiguração identitária necessária a esse sujeito, “em peregrinação na direção de si mesmo” (MELLO, 2000, p. 120).

O real e o ideal confrontam-se no interior da voz narrativa. Nesse sentido, seus conflitos subjetivos apresentam-se sob a forma de insegurança, dependência ou certo isolamento da realidade que a cerca. Talvez, esse movimento seja necessário, na medida em que o distanciamento, espacial ou temporal, seja determinante para o sucesso (ou não) de suas buscas.

Frente ao seu duplo, Poli, expõe situações de enfrentamento diante do outro (voltado à idealização), exercício que tem o poder de externar o que há de mais negativo (ou positivo) no eu (ligado à realidade na qual o protagonista acredita que se encontra), com base em uma relação de dependência, quer dizer, com comparações constantes entre um e outro ser, segundo o olhar da protagonista. A grande questão na vida da narradora passa a ser um ideal de maternidade que, inicialmente, tenta encontrar em Poli, via lembrança, e, depois, no comportamento de Leo, através de suas concordâncias ou discordâncias acerca de suas palavras e atitudes.

A liberação de medos e angústias reprimidos, possibilitando a vazão a sonhos e a fuga da rotina (MELLO, 2000), está diretamente relacionada à figura da amiga, ou seja, nas tentativas de resgatar, no passado, suas decisões frente a determinadas situações. Além disso, a imaginação, revelada pela voz narrativa quanto ao perfil maternal de Poli, é algo que a deixa perturbada no decorrer do romance, tendo em vista que era desejo seu, embora não admita durante certo tempo, ser uma mãe, no mínimo, adequada às condições em que se encontrava Leo, marcado pela violência da morte da mãe.

Ainda que tenha iniciado um processo, praticamente sem volta, buscando na memória respostas para um presente problemático e demonstrando, assim, autonomia ao decidir o que e como fazer (mesmo que através de ensaio e erro) o ir e vir no seu interior, a narradora demonstra forte dependência do julgamento de Leo. Em contrapartida, a presença de Kim é quase invisível, já que as cobranças pessoais dela em relação ao desempenho como

mãe ou, ao menos, se prosseguirá em tal investida, tornam-se mais significativas com a figura do menino. Ele, assim, passa a ser um lastro (não necessariamente seguro), amparando as suas inseguranças e aflições, além de possibilitar a convivência constante com a memória, imprescindível para esse voo para dentro de si.

Na verdade, a narradora encontra-se em um processo de busca identitária (alma interior), a qual caminha na direção contrária ao seu comportamento social (alma exterior). Visualiza-se, na narrativa, uma mulher desprovida de coragem para assumir um modo de pensar e agir (contrário às expectativas do meio em que vive), ao passo que Poli é vista por ela como alguém capaz de assumir a si própria, independentemente do julgamento da família ou da sociedade. Nesse sentido, o fracasso da ilusão consiste em “reconhecer tarde demais no duplo protetor o próprio real do qual se pensava estar protegido” (ROSSET, 1998, p. 105). Assim, a imagem de todas as lacunas (e chances de mudança) desse sujeito que luta contra os seus limites, refletida no passado novamente vivido, com base na figura da amiga, constitui-se em possibilidade para que possa visualizar-se como um ser humano dotado de especificidades, de modo que a aceitação de si mesma torna-se o ponto fundamental e desafiador de sua trajetória de vida no decorrer da narrativa.

Conforme Rosset (1998), constata-se que há muitas maneiras de fugir da realidade, entre as quais o suicídio, a loucura, a cegueira voluntária ou, ainda, dizendo sim ou não à realidade: o fato é aceito, porém suas consequências não. Na alteridade desvelada, ocorre a descoberta de novas imagens de si e, na ilusão, a percepção não é anulada, porém deslocada, o que duplicando tudo, além de indicar, segundo Rosset (1998), uma estrutura paradoxal do duplo, já que possui duas representações diferentes ao mesmo tempo.

Em determinados momentos, a consciência da finitude indica ao ser humano suas especificidades, impulsionando um movimento de reconhecimento dos fatos anunciados e, logo após, de reprovação, por não acontecer de outra maneira. Tal fato demonstra que um único acontecimento pode ser visto sob duas óticas diferenciadas, o que não indica, exatamente, dois sentidos aparentemente possíveis, mas somente um na realidade. De acordo com Foucault (1992), o duplo movimento é próprio ao *cogito* moderno. Portanto, aquilo que é pensado nem sempre conduz à evidência do que existe realmente. Nesse sentido, o reconhecimento do fato anunciado e a sua reprovação pode indicar que o ato de reconhecer e reprovar são inseparáveis, sinalizando uma única direção.

Na literatura, a duplicação do próprio “eu” motivou inúmeras obras no decorrer do tempo, pois este mostra uma visão ilusória, segundo Rosset (1998), indicando um inverso, um

reflexo. Assim, a busca do eu relaciona-se a um certo retorno obstinado ao outro, além de indicar uma forma de recusa da vida com base na preferência à imagem refletida, de modo que o narcisista, por exemplo, acaba por valorizar apenas a sua representação.

Nessa direção, a mulher, por meio da escritura, utiliza-se da essência intimista para buscar a expressão do “ser” feminino, promovendo “a revelação de sua identidade e de sua dualidade, a revelação de sua realidade e de sua idealidade” (SASSE, 1994, p. 330), adentrando em seus conflitos e seu modo de ser e estar no mundo. Dessa maneira, percebe-se um comportamento, de certo modo, desafiador, quando se revela firme na decisão de defender seus pontos de vista: “Bueno, yo creo que en esos años um hijo era la forma de demostrar en carne propia que el mundo había cambiado, y que una mujer podía hacer con su vida lo que le veniera en gana. Era una forma de refutar la Historia” (SÁNCHEZ, 2004, p. 98).

Matilde Sánchez utiliza o recurso da duplicidade, na tentativa de promover a busca por uma realidade, em um primeiro momento pretérita, que necessita ser desvendada e, posteriormente, enfrentada pela protagonista no presente desafiador. Certamente, o passado interfere decisivamente nas ações atuais das personagens do romance, mais especificamente nas da protagonista, marcando o seu imaginário, o qual, por sua vez, provoca a liberação de sentimentos confusos, alimentados por medos, angústias e incompreensões reprimidos no decorrer dos anos. Esse movimento subjetivo enseja uma espécie de “fuga” da realidade, constituindo-se em um modo alternativo ou, talvez, necessário, para essa mulher, a fim de enfrentar uma rotina cotidiana que a sufoca. Nesse contexto, o “outro”, representado de modo especial por Poli, motiva uma percepção deslocada de si, quer dizer, apresenta-se como seu duplo, o que revela duas representações de um único sujeito, as quais convivem ao mesmo tempo.

A duplicidade remete a reflexões que, não necessariamente, conduzem ao real. Então, pode-se compreender o caminhar da personagem central, na narrativa, enquanto procura a não-aceitação (inicial) de fatos pretéritos, os quais, por sua vez, exigem um resgate pela memória, certamente sob influência do presente. Os reflexos aceleram uma procura inquietante por explicações ou justificativas contraditórias em diversas fases pelas quais passa a personagem. Desse modo, a trajetória futura não se apresenta claramente, porém tal exercício reflexivo pode ser entendido como um processo, de forma que o resgate identitário seja visualizado como foco central da busca via memória e história.

A personagem principal, em busca de uma identidade, de fato, autônoma, tenta localizar o eu por meio do outro, profundamente desorganizador, entretanto a constatação é da incompletude. Há um “EU em contínuo confronto com seu OUTRO e em dual espelhamento

com seu MESMO” (ANTONINI, 1990, p. 172, grifos da autora). Contudo, a volta para seu interior possibilita uma reconstrução, após um período de desconstrução subjetiva, reorganizando o ser feminino que se mostra surpreendente a cada página, na tentativa de reencontrar-se enquanto ser humano pleno na dinâmica da vida.

### **3.3 Memória, história e representação da identidade feminina**

As proposições advindas de um posicionamento marginal articulam-se em relação ao outro. Nesse sentido, a cristalização dos lugares ocupados pelos sujeitos no meio social, por longo tempo, cede lugar à inversão dos papéis, ou seja, o modo fixo como estava organizada a sociedade abre espaço para a criação de vias alternativas para pensar e atuar sobre os acontecimentos, a partir de uma redefinição da dimensão subjetiva do ser humano na chamada pós-modernidade. Partindo-se da pertinência em considerar a arte literária como importante incentivadora desse reordenamento do sujeito, para o qual a significação da existência perpassa uma reavaliação sobre si mesmo, segundo Montaldo (2005, p. 144), “la literatura ocupa, invade, coloniza, (...) especialmente ‘la vida’”, entendendo-se que a vida e a escritura são elementos paralelos.

O redimensionamento do sujeito pode originar-se em um movimento de desconstrução e, conseqüentemente, das suas crenças, ações e reações, construídas e vivenciadas historicamente pelo sujeito. Para tanto, considera-se a necessidade de uma rearticulação desse sujeito frente a si mesmo e ao grupo no qual está inserido, prezando por uma renovação dos discursos e das práticas, e não a sua destruição, como um fim em si mesmo. Nesse âmbito, a contribuição da literatura vem ao encontro de tal proposta, pois “es básicamente una usina de problemas, pocas veces de soluciones” (CHEJFEC, 2005, p. 165).

Nesse movimento de idas e vindas da narradora de *El Dock*, responsável por uma tentativa de reelaboração pessoal, a memória tem função essencial, pois possibilita rever uma trajetória conturbada através do ato de percorrer seu caminho, agora pela direção inversa, no momento presente. Para ela “entre las muchas formas de la memoria se cuenta la imagen proyectada. En una caja luminosa, enteramente rodeada de oscuridad a la manera de un escenario teatral, la memoria representa o recrea sus materiales intangibles” (SÁNCHEZ, 2004, p. 63). Entende-se, assim, que, em meio às sombras do presente, o passado encontra-se, conforme Chejfec (2005, p. 165), “bloqueado y directamente ignorado, o porque no está

asumido como tal, no es oficial, o lo es a medias. El pasado parece algo oculto que precisa ser develado; es un paisaje escondido, pero ordenado dentro de tensiones, y sin embargo no nos conformamos con obedecer ese orden”.

Assim, partindo da experiência de Poli, que deixa uma herança significativa e transformadora, a protagonista, de certa maneira, percorre novamente o que foi anteriormente vivido, já que, o reavivamento do passado permite um distanciamento temporal do momento atual, imprescindível para uma aproximação, ao menos inicial, em relação a si mesma. Entretanto, o percurso apresenta-se enquanto uma construção, como narra a protagonista: “Las visiones que creía evocar, armadas de acuerdo con la sensibilidad del momento, no eran reales sino construídas y respondían a la necesidad de recordar algo que recreara un pasado común” (SÁNCHEZ, 2004, p. 123).

O exercício de reviver as experiências de Poli (e também as suas) apresenta-se desafiador, retirando a personagem principal de uma zona de conforto quanto à condição de sujeito feminino na qual se encontrava havia algum tempo (talvez uma vida inteira) distante de papéis, em âmbito familiar e social, historicamente reservados à mulher, como a função de mãe. Vale ressaltar que à mulher, por longo tempo, não cabia decidir a respeito do exercício da maternidade, além de conviver com a soberania do homem sobre os filhos, como indica Mill (2006, p. 92): “enquanto ela permanece cativa da pior forma de escravatura quanto à sua própria pessoa, qual a sua posição relativamente aos filhos em que ela e o seu senhor têm um interesse comum. Eles são, por lei, os filhos *dele*”.

A partir daí, a manutenção desse modo de estar no mundo torna-se insustentável, o que provoca uma viagem subjetiva à vida pretérita, fundamental para um reordenamento do pensar e do agir em direção ao futuro. Entende-se, nesse sentido, que a memória “nunca es obediente. (...) En general, la memoria que la literatura siempre se propuso reconstruir fue la memoria psicológica individual. (...) La literatura aparece en el discurso sobre el pasado cuando surgen dudas sobre su significado (del pasado)” (CHEJFEC, 2005, p. 164).

As reflexões, advindas de uma espécie de regurgitar do ontem, fazem a protagonista refletir acerca de sua interferência junto ao ambiente social, sedento por liberdade e autonomia, a partir de modificações possíveis nos limites de questões pessoais, por exemplo, assumindo, definitivamente, a maternidade por conta da afinidade (construída) com Leo. Em tal direção, Touraine (2007, p. 131), afirma que “a busca de si (...) não teria tanta força e profundidade se ela não fosse igualmente uma força de oposição a um

individualismo que paralisa as mulheres”, quer dizer, o olhar para si, em contrapartida, representa o olhar para o outro, ambos em permanente (e inevitável) diálogo.

A fundamentação desse retorno ao passado está baseada no fato histórico, especialmente em regiões de produção sob domínio do silêncio e da violência, como é o caso da Argentina. Na verdade, não só a história, mas as histórias, como afirma a protagonista: “Le conté despacio algunas cosas que habían ocurrido, es decir, la historia de la historia de la historia, (...) con la certeza de estar ligando arbitrariamente distintos acontecimientos en busca de una apariencia de orden que, en la práctica, no resultaba menos confusa” (SÁNCHEZ, 2004, p. 18). Essa situação demonstra, na verdade, que “aquello que se trata de ocultar es lo que se hace más visible” (MONTALDO, 2005, p. 146).

O resgate da história da nação, mesmo que parcial, torna-se etapa extremamente válida para o voo da Fênix em um contexto perturbado, porém passível de transitoriedade, desde que relatos considerados, em determinado tempo (em especial durante a vigência da ditadura), insignificantes, já que originados de sujeitos desconsiderados na rede de poder dominante, passem a ser observados, tendo em vista que detêm uma versão renovada do evento, o que provavelmente destoa do registro julgado oficial, muitas vezes manipulado, o que fica claro na passagem na qual afirma que “como el relato original provenía de los cobardes, su version magnificaba el salvajismo de los agresores hasta niveles de historieta (SÁNCHEZ, 2004, p. 23). Nessa direção, Chejfec (2005, p. 164) entende que

el reclamo por una recuperación de la memoria efectuado a la literatura, es relativamente nuevo y tiene dos articulaciones. Por un lado, (...) según las demandas o necesidades sociales o del saber novedosas, y por otro, la virtud, intuición o necesidad de los mismos autores, que apuestan a su obra como una intervención concreta en la lucha de significados en que se ha convertido el pasado, o por romper el silencio o la interpretación unitaria que se ha impuesto sobre aquél.

O espaço latino-americano, por toda sua trajetória de dominação externa, apresenta-se, por excelência, como possuidor de tensões que preponderaram no continente durante seu percurso histórico, concentrando relativa autoridade no que tange à questão de discursos periféricos, a começar pelo próprio conceito que baseou o termo. O surgimento deste provém da Europa oitocentista, pois o intuito foi designar uma América colonizada por povos de origem neolatina (...). No entanto, a ideia de América Latina transformou-se significativamente, no decorrer do século XX, visto que fez prevalecer sua dimensão política, mesmo que alterada e ampliada. Além disso, na visão de Coutinho (2005, p. 156), o termo “passou também por um processo de apropriação que o tornou marca expressiva de utopias do

habitante do subcontinente (...), passando (...) de uma ‘ficção’ a uma espécie de ‘autobiografia’”.

Ocorre que, por conta das tais oposições, diferenças importantes foram neutralizadas, fazendo surgir uma aparente homogeneidade que, na verdade, não há. Na pós-modernidade esse espaço é visualizado em sua pluralidade étnica, cultural e social, entre outros aspectos, exalando toda a contraditoriedade que lhe é peculiar. Essa expressão de oposições promoveu, talvez de maneira mais intensa, o envolvimento dos sujeitos em eventos históricos cujos traumas deixaram marcas profundas e dolorosas naqueles que os vivenciaram, o que ocorreu no período pós-ditadura (e mesmo durante a atuação dos militares).

Percebe-se, em *El Dock*, que a narradora, de fato, envolve-se em questões de interesse coletivo, no caso, a violência sublimada pelos órgãos oficiais, percebida a partir da morte de Poli, conforme o trecho a seguir demonstra: “antes de los acontecimientos, al menos para mi y para Kim, el Dock era apenas el nombre del margen urbano que quedaba afuera en nuestra geografía. Pero después se convirtió en un asunto” (SÁNCHEZ, 2004, p. 17), mais exatamente em um modo de interferência na esfera social, no início, motivado por questões externas e, em seguida, por fatores subjetivos, que a motivam a ir além, ou seja, motiva-se, em consequência, a aprofundar reflexões sobre si própria, através do reflexo em Poli, e à condição feminina em um meio tão adverso, o que ocorre quando revela que “no me interesan ni los destacamentos en general, ni el Dock en particular, ni el poder que emana de ellos (...). Sólo me veo obligada a describir lo más sumariamente posible el marco del hecho puntual. Me refiero a la muerte de Poli” (SÁNCHEZ, 2004, p. 19), fato que realmente passa a ser fundamental em sua trajetória, tanto pelas interrogações quanto pelas constatações e reflexões que desperta no decorrer dessa viagem a um tempo já vivido.

Na verdade, a protagonista, ainda que volte o olhar para a própria trajetória, reavaliando-se enquanto sujeito feminino, tanto em relação a pontos pessoais quanto coletivos, traz um registro alternativo sobre a história. Isso porque registra como os eventos ocorridos em âmbito social e de forma impessoal, muitas vezes com base em enfrentamentos entre governo e opositores (o que resultou no falecimento da amiga), são vividos e concebidos por pessoas ditas comuns em meio à multidão, em geral, não ouvidas ou vistas em sua individualidade.

Em um espaço desvelado por sua diversidade de interesses e experiências, por vezes contraditórias, a literatura apresenta-se como possibilidade de inclusão, através da

conquista da palavra, expondo a representação da experiência feminina na condição de uma entre inúmeras possibilidades de narrativa desprovida de controle, pois “que cidadão de um país livre daria ouvidos a quaisquer propostas de uma boa e hábil administração, se a contrapartida fosse abdicar da liberdade?” (MILL, 2006, p. 217).

Considera-se que o ato de narrar, tendo como pano de fundo o evento histórico, permite a inserção das singularidades, as quais, no registro histórico dito oficial fica condenada à transparência. Nesse processo, o sujeito propõe uma chance a si mesmo de reelaborar-se, já que, para Revel (2005), a busca histórica não envolve uma ideia do retorno, mas uma historicização de olhar do sujeito baseado naquilo que ele não é mais. Para tanto, o papel da história é evitar a apreciação de um historicismo que invoca o passado a fim de resolver as indefinições do presente.

O fato de permitir-se ir ao encontro de novos desafios possibilita a apresentação da narradora a um sujeito feminino (e seus respectivos interesses) até então desconhecido por ela. Isso revela um processo complexo que exige, como primeiro passo, um desligamento com o ser do presente, repleto de pensamentos e práticas solidificados ao longo da existência que, provavelmente, nunca foram interrogados. A desconstrução para posterior reconstrução de si torna-se essencial. Os resultados do percurso que se apresenta a ela dependem sobremaneira de um olhar atento que, portanto, considere as reflexões próprias de um ser cujo direcionamento foi, em boa parte do tempo, guiado por um sistema dominante formatado pelo androcentrismo. Considera-se que o ato de desconstruir (sem destruir) é uma etapa fundamental do processo de reconstrução do sujeito.

As contribuições da corrente teórico-crítica denominada de Desconstrução, proposta por Jacques Derrida, enquanto potencial de leitura crítica, promove um abalo no pensamento metafísico ocidental, centrado no logocentrismo e na dominação, desconsiderando as relações binárias nas quais este foi firmado. Transpondo as fronteiras da filosofia e da literatura, essa proposta põe sob suspeita as contribuições das ciências humanas, de um modo geral. Tal redimensionamento dos conceitos, até então inquestionáveis, abalou os discursos hegemônicos, como no caso da propagação das representações de gênero, o que impulsionou significativamente uma transformação no que tange à reflexão sobre a atuação de mulheres e homens no contexto social. Com isso, houve uma readequação de “questionamentos, deslocamentos, re-alocações de conceitos que eram considerados canônicos” (PEDROSO JUNIOR, 2010, p. 11).

O termo “desconstrução” foi, inicialmente, emprestado da arquitetura, cujo significado enfatiza a decomposição de uma estrutura, ou seja, desfazer, sem destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004), para, após, redefini-lo, também, sob outras perspectivas, gerando um modo alternativo (novo) de problematizar os acontecimentos. O texto literário, então, torna-se instrumento de contestação no que tange à ordem estabelecida e às posições fixas dos sujeitos, propondo uma renovação quanto à maneira de visualizar o conjunto social, de acordo com as particularidades de cada pessoa e com suas respectivas possibilidades de atuação, como revela a protagonista do romance ao dizer que “me hace sentir expulsada del mundo y precisamente estoy allí para ser nuevamente admitida en alguna forma de comunidad que me acepte” (SÁNCHEZ, 2004, p. 191).

Tendo em vista esse propósito, as representações de gênero, na literatura latino-americana, constituem-se em uma outra via de análise, já que inserem, em especial nas narrativas, o olhar de sujeitos marginalizados no decorrer da história, como é o caso das mulheres. Ainda assim, percebe-se, no decorrer do romance, um possível direcionamento da palavra e da ação da protagonista conforme o pensamento das figuras masculinas, Leo e Kim. Em contrapartida, ela sempre questiona o modo de enxergar a realidade do “filho” e do namorado: “todo estaba bien, repetió Kim, todo estaría bien. Pero ¿realmente era así o es que nos empeñábamos en una vigilancia policíaca de las emociones?” (SÁNCHEZ, 2004, p. 215).

Conforme Derrida (2001, p. 49), no texto literário existem “unidades de simulacro, ‘falsas’ propiedades verbais, (...) que não se deixam mais compreender na oposição filosófica (binária) e que, entretanto, habitam-na, mas, *sem nunca* constituir um terceiro termo, sem nunca dar lugar a uma solução na forma dialética especulativa”. É fato que o rompimento de um vínculo junto à organização familiar e social cristalizado fortemente ao longo do tempo exige uma postura constante de enfrentamento, assim Montaldo (2005, p. 142) assevera que “entre las obras, los/as artistas y las instituciones se han tramado vínculos tan interdependientes que no resulta fácil deslindar las propiedades de cada quien”, como nas questões relacionadas à participação feminina e/ou masculina junto na sociedade.

Em *El Dock*, mesmo que, ao final, a protagonista não sinalize uma definição em relação à sua postura frente a si mesma e ao grupo social do qual emerge, o fundamental é o movimento em direção a esse redirecionamento interior. Assim como o *phármakon*<sup>2</sup> pode ser

<sup>2</sup> Na obra *A farmácia de Platão*, o mito de Theuth é recuperado por Jacques Derrida. Segundo o mito do surgimento das letras, a escritura é entendida como detentora de um duplo sentido, ou seja, pode constituir-se em remédio ou veneno, pois permitiria, por meio do resgate da informação, a preservação e a ampliação da memória cultural e social de um povo.

considerado uma terceira via de compreensão dos fenômenos, ou seja, uma possibilidade que ultrapassa a barreira restrita do olhar binário, permitindo uma leitura dupla dos fatos, quer dizer, de simultaneidade, o sujeito feminino permite-se, durante a narrativa, testar a si mesmo por meio de posicionamentos (frente às suas questões problemáticas) inéditos até aquele momento, deixando fluir diferentes referências identitárias, a materna, por exemplo, quando passa a considerar a possibilidade de ser mãe de Leo. No entanto, esse papel – fica evidente – não é percebido como algo natural, mas, sim, construído, como na seguinte passagem, ao descrever o comportamento de Poli frente ao filho bebê: “se preguntaba para qué diablos había sido madre” (SÁNCHEZ, 2004, p. 58).

Ao contrário do que é comumente considerado a respeito da Desconstrução, quer dizer, que desconstruía oposições sustentadoras do pensamento ocidental, como, centro/margem, presença/ausência e natureza/cultura, entre outras, essa proposta de apreensão da realidade remete à necessidade de rever os lugares ocupados, já que, para Derrida (2001, p. 48), “um dos dois termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto. Desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia”. A atuação da Desconstrução revela-se no interior dos discursos que sustentam as sociedades voltadas à metafísica ocidental, promovendo sua desestabilização e, em consequência, suas fronteiras, o que possibilita pensar em uma dialética das oposições.

O ato de desconstruir posições opostas, de acordo com Culler (1999), consiste em mostrar que ela não é algo natural, mas construída através das práticas discursivas que estão baseadas nela, indicando a possibilidade de reinscrevê-la, permitindo, assim, a organização de uma estrutura e um funcionamento diferenciados, com base em um processo de decomposição. Assim, o ato de desconstruir não equivale a destruir e, sim, a uma atitude de questionamento, de decomposição e de re-organização dos discursos mantidos até então pela metafísica ocidental. Tanto que, após meses de convivência com Leo, o próprio conceito de maternidade passa a ser revisto pela narradora do romance, ao comentar como reage frente ao garoto em uma situação na qual, anteriormente, ambos teriam agido de maneira diferente, talvez repreendendo o jovem: “creo que debí dirigirle una mirada bastante desarmada porque no se adelantó, como habría hecho en cualquier otra ocasión, imponiendo su voluntad a la reserva protectora de los adultos” (SÁNCHEZ, 2004, p. 212).

Um espaço híbrido de reflexão passa a ser o foco da desconstrução, postulando-se que tudo é resultado dos discursos, “com a condição de nos entendermos sobre essa palavra - isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está

absolutamente presente fora de um sistema de diferenças” (DERRIDA, 2002, p. 232). Com isso, a marginalidade ocupa um lugar, colocando os holofotes sobre as diferenças. Portanto, a partir desse abalo do centro, pode-se ter em mente que

a Desconstrução abriu espaço para que se realizassem os estudos de literaturas emergentes ou de grupos minoritários, algo que contribuiu, ainda, para o grande êxito dos Estudos Culturais. Isso significou uma abertura revolucionária nos estudos literários, como ideologia democrática e não preconceituosa” (PEDROSO JUNIOR, 2010, p. 18-19).

Partindo do pressuposto de que a vida pode ser entendida como uma grande viagem, revelada através de experiências múltiplas, é possível visualizar a trajetória da protagonista de *El Dock* como um ser típico da pós-modernidade, ou seja, alguém que está em processo de busca de si e/ou do outro, cuja identidade carece de definições, por conta de uma multiplicidade de identidades que transitam no sujeito. Para Woodward (2000), por meio dos significados produzidos pelas representações, é direcionado um sentido à experiência e àquilo que as pessoas são, tendo em vista que tais sistemas simbólicos podem, inclusive, tornar possível o ser e o vir a ser. O ponto de partida revela eventos históricos marcantes, como é o caso dos períodos ditatoriais, ocorridos no espaço regional ao qual pertence, o que acontece de maneira expressiva na América Latina.

Em tal contexto, o sujeito feminino coloca-se de forma crítica em relação à história e, ao mesmo tempo, às histórias, na condição de motivadoras de autorreflexão, confrontando o presente e o passado, o qual tem como fio condutor a memória, com foco em um movimento de busca identitária impulsionado por sua condição marginal histórica. Para Bhabha (1998), talvez este não seja o lugar de terminar, mas de começar. De fato, a literatura, enquanto recurso sensível à liberdade, possibilita a desconstrução de conceitos julgados inquestionáveis ou intransponíveis, como a protagonista do romance revela no trecho no qual percebe que Poli “ya no era el objeto indeterminado que habíamos olvidado” (SÁNCHEZ, 2004, p. 211), assim como a própria narradora, que segue revelando-se, momento a momento, como sujeito em constante transformação. Por isso, a ideia de um início, a partir de contribuições silenciadas historicamente, de um movimento em direção a respostas ainda indefinidas, em processo de reconstrução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura pode ser considerada como a grande detentora das múltiplas possibilidades provenientes da utilização da palavra, em especial por sua característica ímpar: a liberdade discursiva. Para Ravetti (2011, p. 205), “resta à literatura o território incerto e inquietante do que não foi *ainda* ou aquilo que está sendo e não pode ser percebido em sua totalidade” (grifos da autora). Considerando que à arte literária fica reservado o ato provocador, o sujeito revela um pensar e um agir que, não obrigatoriamente, é visualizado na realidade. Na verdade, diversas situações concentram os indivíduos em uma ausência presente sob os ditames da censura.

A voz narrativa, por sua vez, traz possibilidades muito amplas acerca da conquista de espaço pelos sujeitos, pois, ao menos nos limites da ficção, a liberdade de expressão acena com projeções que revelam pessoas em suas especificidades, desejos, angústias, discordâncias

ou conflitos camuflados, em geral, por uma decisão alheia à sua. Nesse sentido, a conquista da palavra pelo sujeito feminino é algo extremamente significativo, já que vai ao encontro da ideia de autonomia que perpassa os séculos, tendo em vista a situação de submissão a que esteve condicionada por tanto tempo.

A busca de uma percepção excepcional para situações do cotidiano revela um conjunto de impressões, por meio das idas e vindas das lembranças, de modo que o presente e o passado trocam seus conteúdos, promovendo autodescobertas da protagonista. Ela percorre uma trajetória diferenciada a partir da viagem que realiza, em direção ao seu interior, de modo que o processo histórico sinaliza modificações no domínio dos mitos e das imposições da cultura. Aparecem, então, conforme Samara (1997), as mulheres como seres sociais integrantes de sistemas de poder, redes de dominação ou mesmo de laços de vizinhança, conquistando espaços públicos sem a prescrição masculina.

Para tanto, a literatura no espaço latino-americano, região marcada por relações de poder desiguais desde o início de sua história, tem promovido um exercício reflexivo bastante significativo, na medida em que traz para as páginas ficcionais fatos históricos importantes, como é o caso da ditadura, na Argentina, permeados por personagens com as quais os leitores se identificam muitas vezes, pois vivenciaram situações muito próximas. Nessa direção, a escrita literária carregaria o desejo e a missão de intervenção *através e contra* a noção de simulacro e de realidade virtual/racionalizada” (RAVETTI, 2011, p. 206). No caso das mulheres, as conquistas são ainda maiores, pois saem dos limites do ambiente doméstico e inscrevem, também, sua participação (não menos significativa) na história do país, a partir do momento em que conquistam a palavra e discutem questões relacionadas à situação econômica, política, social e cultural de sua região de origem, indo além dos domínios da família.

A memória revela particularidades do sujeito que podem avançar para um registro do fato histórico. Contudo, é importante ressaltar que essa tentativa de reviver o passado estabelece fortes vínculos com o presente de quem promove o relato. Dessa maneira, torna-se inviável reconstituir um tempo pretérito sem interferências. Na verdade, as experiências vividas são determinantes para que a memória reconstitua parcialmente um período fundamental na vida da protagonista do romance, mas cuja fidelidade está mais voltada a reconfigurações desse sujeito no momento atual, em direção, quem sabe, a um futuro mais promissor quanto às perguntas ainda sem respostas do agora.

Os relatos memorialísticos são convertidos em recurso que institui a identidade, “uma vez que se estrutura nos elementos e nas práticas imediatas e aparentes que estão tanto na camada superficial ou aparente do cotidiano dos indivíduos quanto nas regiões mais profundas e ignotas, ambas influenciando na consciência de mundo de cada individualidade” (ZINANI, 2010, p. 96). Com isso, a ordenação das lembranças no tempo e no espaço torna-se uma ferramenta fundamental, enquanto processo direcionado à representação de um sujeito que, na desconstrução de si próprio e dos vínculos estabelecidos com seu lugar de origem, também problemático e passível de questionamentos, demonstra que o ser humano transforma-se e é transformado, constantemente, através de uma rede de relações que ultrapassa fronteiras e promove uma reelaboração, nos sujeitos, do modo de ver e estar no mundo.

Em um processo de ressignificação das identidades que permeiam o espaço, a literatura de testemunho traz uma perspectiva do texto literário que se presentifica, de modo mais evidente, em períodos de catástrofes ou situações-limite para os grupos sociais. O fator positivo de tal fenômeno revela-se na problematização de questões, como a autorreflexão da linguagem e a representatividade da literatura, pois traz à discussão a própria função do texto literário, por conta do vínculo estabelecido pelo real envolvimento em conflitos.

O romance *El Dock*, de Matilde Sánchez, faz emergir uma narradora que, a partir de fatos marcados pela violência e pelo silêncio, percebe que está rodeada de interrogações acerca disso. Mesmo que os passos seguintes sejam dados sem total consciência do alcance que terão em sua existência, ela avança em direção a si própria, deixando em cada página questionamentos e possíveis tentativas de respostas que a inquietam profundamente. Inicialmente o medo a impulsiona a buscar refúgio em local estrangeiro, Solís, aparentemente com tranquilidade. Ocorre que o distanciamento da realidade problemática em que estava inserida a submete a um ilusório folgar dessa rede de questões pendentes, exemplificadas por Leo, o qual precisa da proteção dela, no papel de mãe, situação nunca cogitada em anos anteriores.

O entrecruzamento entre memória e história oportuniza a organização de diferentes olhares sobre importantes eventos históricos, como o do assalto ao quartel de *La Tablada*, onde houve um enfrentamento entre rebeldes e militares, em 1989, que resultou em quase quarenta mortos, representado pela batalha de *El Dock*, a qual deixou como herança a morte de Poli, grande impulsionadora da trajetória de buscas da protagonista. Além desse,

outro fato é utilizado por Matilde Sánchez na narrativa: a organização das Avós da Praça de Maio, por conta do desaparecimento de seus filhos e netos durante a ditadura militar, simbolizado por Leo, que é retirado de Buenos Aires pela narradora a fim de não correr riscos a partir do falecimento da mãe.

Considera-se que as relações entre a literatura e a história são passíveis de discussão, ainda por tempo indeterminado, tendo em vista que, desde a época aristotélica, desafiam os estudiosos na delimitação de suas fronteiras. Esse diálogo permite aos romancistas latino-americanos, por exemplo, uma conexão entre o discurso literário e o histórico extremamente envolvente nas narrativas, pois estas oportunizam a identificação do leitor com tais textos, provocando uma espécie de catarse em relação a eventos históricos que deixam marcas profundas no sujeito.

Esse direcionamento da escritura possibilita o registro de histórias dentro da história, ou seja, as experiências são transcritas mediante sua multiplicidade de ocorrências. A consciência histórica, então, mantém-se presente nos enredos das obras literárias, redirecionando vozes e reflexões, na tentativa de desvelar interpretações e reavaliar o papel feminino em tal contexto e na (re)construção da história, pois o outro ocupa um lugar importante nas discussões ou na menção aos eventos, retirando de uma relativa inquestionabilidade os conceitos e perspectivas aos quais o grupo social esteve voltado historicamente.

O espaço latino-americano estigmatizado, de certo modo, incita reflexões, tanto em relação à sua condição marginal quanto à marginalidade dos sujeitos que a ele pertencem. Em tal contexto, o sujeito feminino, ausente do discurso ao longo da história, revela-se como ser voltado a um desejo de deter a palavra e de utilizá-la como base para resgatar não apenas uma história particular, mas também de outras histórias de apagamento do indivíduo junto à sociedade, configurando-se, de certa forma, enquanto metonímia de uma realidade vivida por todos, mas cujo registro foi outorgado a poucos, promovendo, assim, uma investigação pessoal em relação às representações identitárias que existem e que ele mesmo tem sobre si próprio.

Para tanto, o movimento em favor de novas identidades culturais ou de uma reestruturação das identidades existentes torna-se complexo, na medida em que exige uma postura diferenciada da sociedade frente à escritura de grupos marginalizados, entre os quais o

das mulheres, possibilitando a inserção de experiências isoladas e obscurecidas pelo silêncio. Torna-se imprescindível reconhecer a importância de tais relatos, nesse caso, moldados pela literatura, a qual possibilita aos leitores, através da experiência estética, uma viagem em direção ao passado e um movimento reflexivo inovador, considerando todos os que, enquanto integrantes do grupo social, vivenciaram os fatos representados.

A busca pela identidade, através da representação, é o grande desafio analítico a ser aprofundado, de modo que os caminhos pelos quais transitam os questionamentos da protagonista possam indicar possíveis respostas a problemas ainda não resolvidos no íntimo do sujeito pós-moderno ou mesmo apenas a sinalização do início de uma trajetória (longa) a ser percorrida. Nesse ínterim, o conceito de maternidade, a partir disso, passa a ser interrogado e revela-se enquanto uma construção social (e não propriamente uma condição natural da mulher), pois a protagonista vai apreendendo detalhes primordiais da função maternal.

A conturbada trajetória da protagonista, cujo nome não é revelado até a última página do romance, apresenta um sujeito em conflito com a realidade que a cerca e, inevitavelmente, consigo mesma. No trânsito entre o passado e o presente, o desafio consiste em localizar uma identidade perdida (ou mesmo não compreendida) no decorrer da vida e que, de certo modo, contraria as expectativas da sociedade de um modo geral. Percebe-se que a base dos dramas existenciais da narradora está relacionada a cobranças externas e, por consequência, internas acerca das representações de gênero construídas ao longo dos séculos, de acordo com a ótica androcêntrica que definiu os padrões comportamentais de homens e mulheres no espaço familiar e social.

A obra acompanha o percurso da narradora em uma volta a um tempo pretérito que suscita incertezas (o que pode ser visto como uma de fuga da realidade difícil e problemática que a ela se apresenta), com foco nos períodos vividos junto a Poli, além de tentar refazer os passos da amiga, o que a leva a um encontro impensado consigo. A busca por uma clareza quanto à representação da identidade própria parte da autoimagem refletida em Poli. Entretanto, tendo em vista, de modo especial, as cobranças pessoais localizadas entre o ser, o não ser e o dever ser (SICKERT, 1995), esse duplo protetor torna-se, até certo ponto, ameaçador, pois revela a demarcação dos limites de um sujeito que, às vezes, ao contrário das convenções sociais, vê na mulher uma forma de existir no mundo que deveria ser sua, ou seja, dotada de autonomia e poder de decisão.

No decorrer da estadia em Solís, a protagonista intensifica as investigações acerca do passado, distanciando-se das ameaças existentes na capital argentina, e “é nessa interrupção que residem possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes (...) [o] que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades” (SILVA, 2000, p. 96). O exercício reflexivo, baseado na memória subjetiva, pode promover a autoaceitação de aspectos negativos (e positivos) de um ser humano, cuja identificação, segundo Hall (2000, p. 106), “opera por meio da *différance* (...). Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui”.

Na ambivalência de sensações e atuações, a voz narrativa feminina, a cada novo movimento, permite identificar posicionamentos identitários múltiplos (e ainda indefinidos), perseguidos com base na memória e na história, mais voltadas ao particular e ao coletivo, respectivamente. Para tanto, a representação do sujeito feminino, na busca por seus referenciais identitários fragmentados, apresenta-a em processo de desconstrução, tendo em vista uma época que “deixa suas interrogações ecoando no ar, muito tempo depois que os próprios interrogadores, e suas respostas, abandonaram a cena (BERMAN, 1989, p. 21).

A tentativa de desconstruir o que está posto, por sua vez, não é sinônimo de destruição ou desvalorização das vivências anteriores. Esse exercício vai além, quer dizer, ressignifica as crenças e as práticas já cristalizadas ou passíveis de uma ausência constante de reorganização por um sujeito, na essência, contraditório. Tal situação revela um tempo presente que, apesar dos vazios, segundo Berman (1989), aponta inúmeras possibilidades. Para Ravetti (2011, p. 168),

é imperativo, então, a aquisição de uma parcela de poder que permita a sobrevivência, por meio do (re)contar(-se) cada um a si mesmo, e aos interlocutores, uma história semiótica das vidas dos sujeitos, construindo um discurso que conceda sentidos a isso que pode ser considerado, provisoriamente, um fundamento histórico apesar de que será modificado de contínuo, deslocado, transformado, (re)escrito, à sombra espectral dos mortos e segundo as demandas dos vivos.

Nesse sentido, a obra *El Dock* é muito representativa no contexto latino-americano, pois, através dela, Matilde Sánchez promove a abertura de um passado negligenciado pelas esferas máximas do poder durante décadas, oportunizando à narradora um movimento em direção a caminhos não trilhados até então, na tentativa de entender o evento histórico, com seus algozes e vítimas, e a si mesma. Zinani (2010, p. 97) afirma que “a memória, presente

nessa modalidade de literatura, recupera, paralelamente, ainda que de forma fragmentária, tanto os grandes eventos que envolvem personalidades destacadas e um grupo humano expressivo, como também acontecimentos que compõem a vida dos seres ordinários”.

As relações que se estabelecem entre as personagens promovem um entrelaçamento de questões fundamentais na representação simbólica da mulher. Para tanto, os conceitos de gênero, história, memória, identidade e região são considerados no estudo da narrativa na intenção de redimensionar o posicionamento do sujeito feminino no contexto social em que está inserido. Assim, é possível visualizá-lo de maneira diferenciada, já que expõe, em âmbito coletivo, não apenas a palavra, mas a participação da mulher na reconstrução da sua representação de identidade e, talvez, da nação argentina, na condição de coletividade que recebe, certamente, as influências da protagonista, enquanto sujeito. A história pode ser reinterpretada através da multiplicidade e reorganização dos papéis sociais, o que justifica a visão feminina da ditadura, de acordo com Sánchez (2004, p. 169), pois “además, nadie puede decir realmente donde terminan las historias”.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Eduardo L. Suarez. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANTONINI, Eliana Pibernat. Posfácio. In: BINS, Patricia. *Pele nua do espelho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- ARISTÓTELES. Poética. In: Aristóteles, Horácio, Longino. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Tradição e inovação na literatura hispano-americana. In: \_\_\_\_\_. *Outros achados e perdidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 110-119.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Schwarcz, 1989.

- BEZZI, Meri Lourdes. Região: desafios e embates contemporâneos. In: SEI – Superintendência de Estudos Econ. e Sociais da Bahia. (Org.). *Desigualdades Regionais*. Salvador: Bigraf, 2004, v. 1, p. 39-87.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução de Roneide Venâncio Majer; Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CHAVES, Flávio Loureiro. A História vista pela Literatura. In: BATTISTI, Elisa; \_\_\_\_\_. (Org.). *Cultura regional: língua, história, literatura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 9-18.
- CHEJFEC, Sergio. La memória disuelta en la literatura. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. p. 163-166.
- CONFORTO, Marília. Personagens femininas dos romances brasileiros do século XIX: uma contribuição para a história das mulheres. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa (Org.). *Cultura regional 2: língua, história, literatura*. Caxias do Sul: EducS, 2006.
- COUTINHO, Eduardo F. América Latina: o móvel e o plural. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. p. 156-162.
- COUTINHO, Eduardo F. A reconfiguração de identidades na produção literária da América Latina. In: \_\_\_\_\_. *Literatura comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 59-68.
- CORTÁZAR, Júlio. Alguns aspectos do conto. In: \_\_\_\_\_. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 147-163.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. *De que amanhã... diálogos*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Escritura e a Diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DURANTI, Alessandro. *Antropologia lingüística*. Tradução de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FUENTES, Carlos. *Carlos Fuentes: o renomado escritor mexicano traça um panorama da política e da literatura latino-americana*. Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/PGM0578>>. Acesso em 10jan2011.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *Antares: Letras e Humanidades*, n. 3, p. 2-24, jan-jul 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/3/revista>>. Acesso em: 01set2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HANCIAU, Nubia Jacques. O entre-lugar. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 127-142.

JOACHIMSTHALER, J. A literarização da região e a regionalização da literatura. *Antares: Letras e Humanidades*, n. 2, p. 27-60, jul-dez 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/2/revista>>. Acesso em: 18jun2010.

\_\_\_\_\_. Un marco (no “global”) para el estudio de las regiones culturales. In: \_\_\_\_\_. *Las regiones culturales*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán – CONICET, 1998.

KALIMAN, R. *La palabra que produce regiones. El concepto de región desde la teoría literaria*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1994.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 133-161.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n.17, nov. 1998. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria17.pdf>>. Acesso em 10set2011.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MASINA, Léa. Quando o olhar acende as cores e dá forma às coisas. In: MASINA, Léa; CARDONI, Vera (Org.). *Literatura comparada e psicanálise: interdisciplinaridade, interdiscursividade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. As faces do duplo na literatura. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. Tradução de Joyce Rodrigues Ferraz (espanhol), Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos (francês). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2001. p. 115-135. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=8N8ofxXcTKkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=8N8ofxXcTKkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 29abr2012.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. Tradução de Benedita Bettencourt. Coimbra: GC, 2006.

MONTALDO, Graciela. Una literatura que lo puede todo. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. p. 141-155.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 20mar2011.

PEDROSO JUNIOR, Neurivaldo Campos. Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução. *Encontros de vista*, n. 5, p. 9-20, jan-jun 2010. Disponível em: <[http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo\\_Junior\\_Derrida\\_e\\_a\\_desconstrucao\\_uma\\_introducao\\_final.pdf](http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo_Junior_Derrida_e_a_desconstrucao_uma_introducao_final.pdf)>. Acesso em 02mai2012.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 297-350.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <[www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em 30mar2011.

\_\_\_\_\_. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

\_\_\_\_\_. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

POZENATO, J. C. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: FELTES, H. P. de M. *Filosofia: diálogos de horizontes*. Caxias do Sul: Educs, 2001. p. 149-160.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin; Nilton Milanez; Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RAVETTI, Graciela. Ficções do terror, a memória dos tempos répteis: *El Dock*, de Matilde Sánchez. In: \_\_\_\_\_. *Nem pedra na pedra, nem ar no ar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 165-174.

\_\_\_\_\_. A identidade como perturbação: na(rra)ções de Bernardo Carvalho e Matilde Sánchez. In: \_\_\_\_\_. *Nem pedra na pedra, nem ar no ar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 205-216.

RENAUT, Alain. *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Tradução de Elena Gaidano. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Selma Calasans. *O Fantástico*. São Paulo: Ática, 1988.

ROSENZVAIG, Marcos. *Niebla de diez años: historia de exilios y de soledades*. Disponível em: <<http://www.marcosrosenzvaig.com.ar>>. Acesso em 10jan2011.

ROSSET, Clément. *O real e seu duplo: ensaio sobre a ilusão*. Tradução de José Thomaz

Brum. Porto Alegre: L&PM, 1998.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. A construção da identidade social de gênero. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 15-51.

SÁNCHEZ, Matilde. *El Dock*. Buenos Aires: Seix Barral, 2004.

SANTIAGO, Silvano. *Vale quanto pesa*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/522431>>. Acesso em 29abr2012.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Linguagem, memória e história: o enunciado nacional. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Org.). *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Rafael José dos. Relatos de regionalidade: tessituras da cultura. . *Antares: Letras e Humanidades*, n. 2, p. 2-26, jul-dez 2009. Disponível em: <<http://www.uces.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/letras/revista/2/revista>>. Acesso em: 01set2010.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de letras: representações da condição feminina*. Caxias do Sul: Educus, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SASSE, Marita Deeke. Patricia Bins: a imagem multiplicada. In: FUNCK, Susana Bornéo (Org.). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o "real". In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 371-385.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Editora Palloti, 1997.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. . In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 261-290.

SCHNEIDER, Liane. A representação do feminino como política de resistência. In: PETERSON, Michel (Org.). *As armas do texto*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Tradução de Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SICKERT, Annette. La mujer habitada, um texto de luta. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Tradução de Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIANNA, Lúcia Helena. Poética feminista – poética da memória. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2003. p. 147-155.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOOLF, Virginia. *Kew Gardens; O status intelectual da mulher; Um toque feminino na ficção; Profissões para mulheres*. Tradução de Patrícia de Freitas Camargo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul: Educs, 2010.